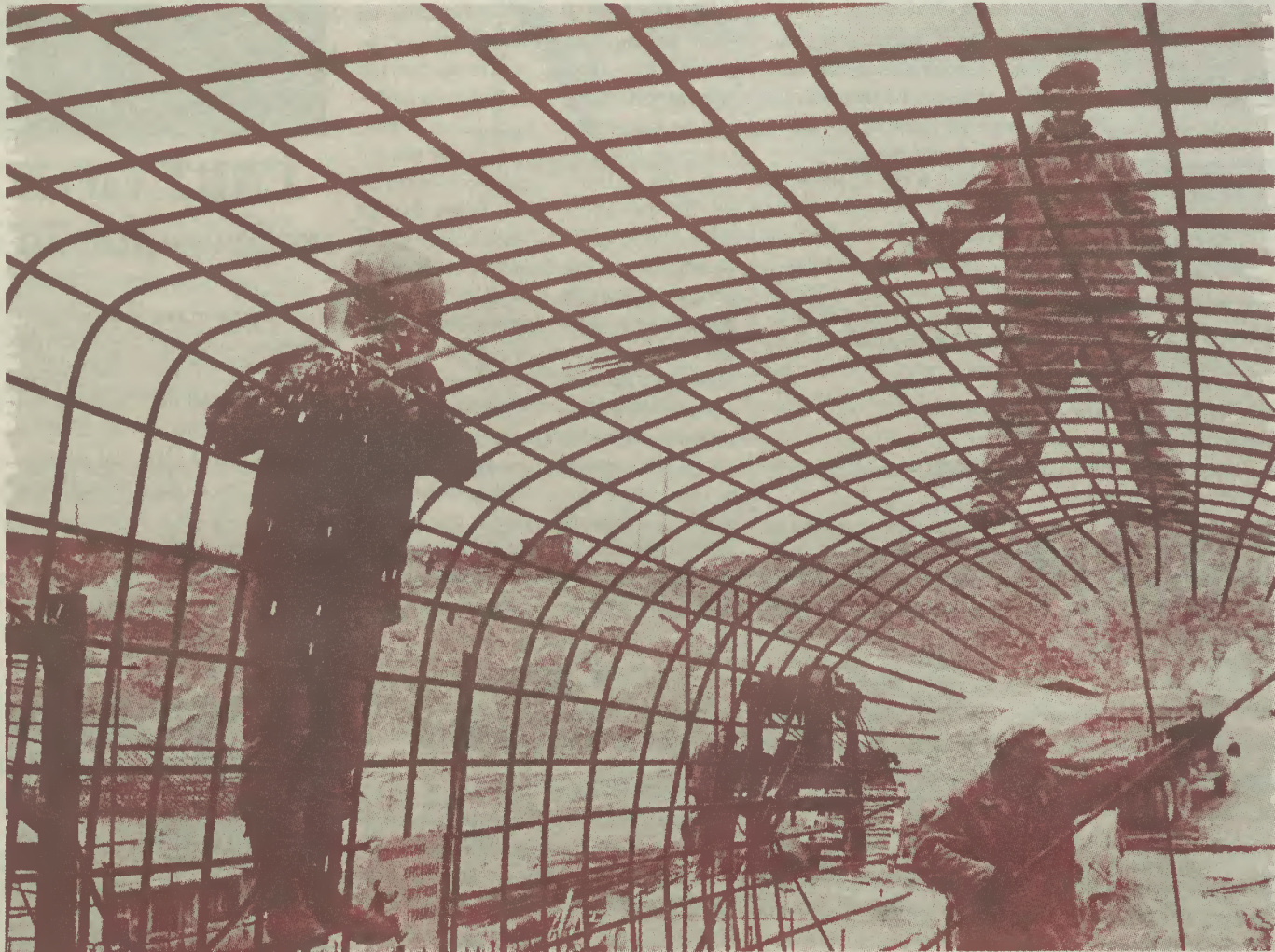


Cimeira do Emprego sem soluções para 50 milhões de excluídos



O combate
ao desemprego
passa pelo
abandono
do pacto
de estabilidade
e pela ruptura
com as políticas

neoliberais
– defende
a Esquerda
Unitária
do Parlamento
Europeu.

● Carlos Nabais
Centrais

Emprego e desemprego na Europa do capital



Em Lisboa PCP comemora
79.º aniversário Págs. 5 e 6

num comício
com Carlos Carvalhas
**Um Partido
de valores
voltado
para o futuro**

Desigualdades

Os números da desigualdade

Numa altura em que se comemorou mais um Dia Internacional da Mulher, interessa parar e reflectir um pouco sobre algumas das desigualdades que atingem ainda as mulheres portuguesas.

● Eugénio Rosa

Pág. 24

As eleições em Espanha

Maus tempos para a esquerda

Os conservadores do PP ganharam domingo as eleições gerais em Espanha com maioria absoluta. Conseguiram 183 lugares, contra os 125 do PSOE que, com a Izquierda Unida (8 lugares), é o grande derrotado nas urnas.

● Pilar del Rio

Pág. 23

Jornada do PCP

Mais valor ao trabalho

Arrancou anteontem, num encontro de centenas de quadros comunistas e sindicalistas, com Carlos Carvalhas, a campanha que o PCP vai dirigir aos trabalhadores.

Pág. 32

Avante!
Profetários de todos os países
UNE-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Manuel Jorge Veloso
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)	50 números: 8 100\$00 25 números: 4 200\$00
EUROPA	50 números: 21 850\$00
EXTRA-EUROPA	50 números: 30 600\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU	50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Comício no Pavilhão
Carlos Lopes

Resumo

8 Quarta-feira

Carlos Carvalhas, durante as jornadas do Grupo da Esquerda Unitária do PE sobre o emprego, desafia a ministra da Igualdade a apoiar a campanha lançada pelo PCP pelos direitos das mulheres • O PS apresenta na Assembleia da República um voto de condenação contra governo angolano pelas «ofensas» a Mário e a João Soares • A Comissão Europeia rejeita o pedido da Áustria para mediar as negociações com vista ao levantamento das sanções da UE contra este país • Yasser Arafat e Ehud Barak decidem retomar as negociações de paz • O atentado que vitimou o deputado Fernando Buesa é reivindicado pela ETA.

9 Quinta-feira

Helmut Kohl divulga os nomes das personalidades que o estão a ajudar a pagar a multa aplicada à CDU e confirma a intenção de regressar ao parlamento federal alemão • O chanceler austríaco afirma que a capacidade do seu governo para governar «decide-se na Áustria e não em Paris ou em Bruxelas» • São relançadas, no Egipto, as negociações de paz entre Israel e a Palestina • Kumba Ialá afirma que as autoridades guineenses, se quisessem, tinham a capacidade de matar Nino Vieira no Porto, onde reside actualmente.

10 Sexta-feira

O Conselho Directivo da Escola Secundária de Sines proíbe a candidatura de uma lista de alunos para a Associação de Estudantes acusando-os de distribuírem preservativos durante a sua campanha • Alberto João Jardim, após uma reunião com Durão Barroso em Lisboa, afirma não existir mais nenhum diferendo entre o PSD/Madeira e o PSD nacional • Abdurrahman Wahid, presidente indonésio, ordena às Forças Armadas que ponham termo à acção das milícias pró-integração em Timor Ocidental, depois de um protesto por parte do comandante dos capacetes-azuis, Jaime de Los Santos.

11 Sábado

Realiza-se, no pavilhão Carlos Lopes, o comício comemorativo do 79.º aniversário do PCP • Carlos Carvalhas afirma que não tem críticas a fazer ao Governo pela forma como este reagiu às acusações do ministro angolano contra Mário e João Soares e salienta que o importante é que o incidente seja

superado para que as relações entre os dois países se estreitem • Realiza-se a cerimónia de tomada de posse do socialista Ricardo Lagos, eleito presidente do Chile • Um relatório da ONU acusa os presidentes do Ruanda, do Togo e do Burkina Faso de venderem armas à UNITA em troca de diamantes, violando assim as sanções aplicadas à organização terrorista angolana.

12 Domingo

José Maria Aznar ganha as eleições com maioria absoluta, conquistando 183 lugares no Parlamento espanhol • A Rússia ameaça retirar-se da força de paz no Kosovo, acusando a Nato de querer conduzir a província sérvia à independência • Said Hajarian, dirigente da Frente de Participação (partido reformador de esquerda que venceu as legislativas do Irão) é atingido com dois tiros em Teerão, ficando em coma • Milhares de pessoas manifestam-se em Rabat (Marrocos) contra a exclusão e violência de que são vítimas as mulheres no país • Um anúncio de uma mega-fusão entre dois bancos alemães cria o maior banco mundial, fusão esta que se faz acompanhar pelo despedimento de 1600 trabalhadores.

13 Segunda-feira

João Soares afirma que vai apresentar uma queixa-crime contra o ministro angolano Hendrik Vaal Neto • António Guterres reúne-se com Wolfgang Schuessel em Bruxelas onde, mais uma vez, o chanceler austríaco faz um apelo ao fim das sanções contra o seu país • A cidade iraniana de Teerão é palco de um outro atentado, no qual é disparado um morteiro contra uma instituição militar, provocando quatro feridos.

14 Terça-feira

O PCP anuncia uma campanha pelo emprego com direitos, na qual defende a redução do horário de trabalho para as 35 horas • O PCP defende, na Assembleia da República, o alargamento do regime dos rurais a toda a população que recebe pensões mínimas do regime de Segurança Social • Manuel Alegre desafia o PCP a romper com a coligação que mantém com o PS na Câmara Municipal de Lisboa • Um relatório apresentado pela Comissão Mundial para a Água, revela que cerca de metade da população terrestre (três mil milhões de pessoas) não tem acesso a água potável.

Aconteceu

Papa pede perdão

Em plena basílica de S. Pedro, numa cerimónia religiosa enquadrada nas festividades do Jubileu, o papa João Paulo II pediu perdão pelos pecados cometidos pela Igreja Católica e os seus representantes ao longo do segundo milénio cristão que agora finda e que o Jubileu comemora. «Reconhecer os desvios do passado serve para despertar a nossa consciência face aos compromissos do presente, ensinando a cada um a estrada da conversão», afirmou o papa. Entre as «faltas cometidas no serviço à verdade» pela Igreja Católica e seus responsáveis avultam os «métodos não evangélicos» a que os católicos recorreram no período das Cruzadas, da Inquisição ou da conversão forçada dos índios da América Latina. Estes pedidos de perdão não são inéditos no pontificado do papa João Paulo II, que já os concretizara em anos anteriores em relação às «torturas infligidas aos não católicos», aos «enormes sofrimentos causados aos índios» ou ao «drama de uma civilização que se dizia cristã» e praticava a escravatura de seres humanos.

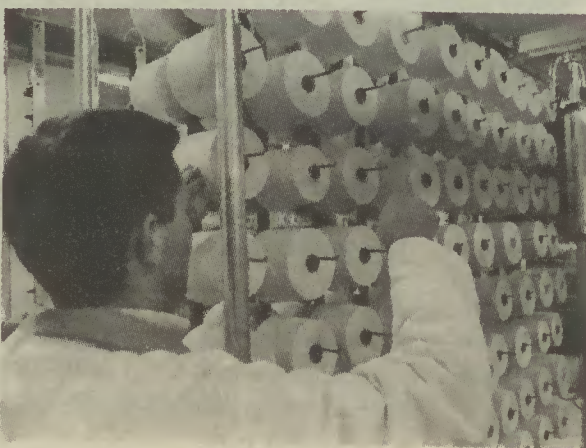
Casas em Espanha

Segundo o *Diário de Notícias*, está a aumentar cada vez mais o número de portugueses raianos que compram ou alugam casa em Espanha, particularmente nas zonas fronteiriças do Alentejo. A razão desta «fuga» habitacional para Espanha é simples: o elevado preço das habitações em Portugal, tanto na compra como no aluguer, torna compensadora a residência dos portugueses em Espanha, onde uma casa de quatro assoalhadas se pode alugar por 50 contos ou, em alternativa, se pode comprar uma boa casa de quatro assoalhadas, com cozinha mobilada, um pequeno quintal e garagem por cerca de 17 mil contos. Em Portugal, para se obter residências equivalentes (tanto no aluguer como na compra), os preços são, em média, entre 30% a 50% mais elevados.



Liberalização nos têxteis: 100 mil desempregados

Segundo um estudo encomendado pela Associação Portuguesa de Têxteis e Vestuário (APT) e citado pelo *Público*, a liberalização do comércio mundial de têxteis e vestuário, prevista para 2005,



CNRT vai ter em Lisboa representação diplomática

Segundo fontes governamentais citadas pelo *Diário de Notícias*, o Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) vai passar a ter, ainda durante este mês, uma representação diplomática em Portugal. O assunto está a ser estudado pelo Ministério dos

Negócios Estrangeiros português e pelo CNRT e tudo indica que o estatuto da delegação do CNRT na capital portuguesa seja semelhante ao definido para a Organização de Libertação da Palestina (OLP). Entretanto, está também prevista uma visita-

-relâmpago a Lisboa do dirigente máximo do CNRT Xanana Gusmão, concretamente a 22 deste mês, para uma estadia de 24 horas onde se reunirá com representantes da União Europeia para discutir planos de ajuda económica a Timor.



EUA e Vietname mais próximos

O secretário da Defesa norte-americano, William Cohen, realiza uma visita oficial ao Vietname, que ocorre cinco anos depois do reatamento de relações diplomáticas entre os antigos inimigos e 25 anos depois do final da guerra entre os dois países, que terminou com a derrota

militar dos EUA e a sua retirada incondicional do território do Vietname. Esta visita de Cohen, o mais alto responsável militar na administração de Bill Clinton, reflecte «a maturidade das relações, imaginável há cinco ou mesmo dois anos», segundo o embaixador norte-americano em Hanói,

Douglas Peterson, enquanto o Ministério dos Negócios Estrangeiros vietnamita afirmava que o governo de Hanói «tenciona deixar provisoriamente de lado o passado, voltar para o futuro e cooperar no sentido de um desenvolvimento mútuo», acrescentando: «Pensamos que o Governo americano compreende ser necessária uma cooperação sincera e eficaz com o Vietname para resolver os problemas deixados pela guerra e apagar os complexos do passado». Em consequência directa deste estreitamento de relações, os dois países estão a colaborar nas buscas dos restos mortais de militares norte-americanos abatidos em território vietnamita durante o conflito.

terá um impacto violentíssimo na indústria nacional do sector: na melhor das hipóteses, desaparecerão nessa altura, em Portugal, 700 empresas e 80 mil postos de trabalho e, na pior das hipóteses, perder-se-ão 800 empresas e mais de 100 mil postos de trabalho. O estudo foi realizado pela empresa internacional Kurt Salmon Associates em associação com o BPI e incide sobre toda a indústria têxtil nacional, que emprega cerca de 250 mil trabalhadores num universo de mais de cinco mil empresas.

Crónica Internacional

• Manuela Bernardino

«Nuestra América»

Quinhentos anos passaram sobre o início da colonização da América Latina por portugueses e espanhóis, a que mais tarde outros se juntaram. É justo evocar um acontecimento histórico que está na origem das especiais relações que hoje aproximam o povo português do povo brasileiro e os povos ibero-latino-americanos. Não deve porém esquecer-se que elas se iniciaram através da exploração de riquezas, da introdução da escravatura e de novas produções, que dizimaram populações autóctones. Com a imigração europeia, desenvolvem-se novas relações de produção, mas continuam os «tempos de servidão» que são também tempos de luta libertadora, que prossegue nos nossos dias. As comemorações oficiais da viagem de Pedro Álvares Cabral ficaram marcadas, na passada semana, em Santarém, pela solidariedade de agricultores portugueses aos Sem Terra brasileiros.

Hoje, a maioria dos países latino-americanos são Estados independentes. Mas a dependência económica persiste e até se acentua. E gera gritantes desigualdades. A «globalização» faz da América Latina a região do mundo «que detém a maior brecha entre ricos e pobres e onde a polarização mais se agiganta», como refere o documento base do IX Encontro do Fórum de São Paulo, recentemente realizado na Nicarágua. Aí se condenaram as políticas e a «doutrina neoliberal» que respondem a «interesses económicos e políticos de quem está disposto a sacrificar e exterminar a maioria da Humanidade para manter uma diabólica e vertiginosa corrida de acumulação de riqueza, com amplitudes quase inimagináveis».

Mas a dependência económica persiste e até se acentua. E gera gritantes desigualdades.

Os partidos e movimentos políticos de esquerda latino-americanos que, na sua diversidade de realidades e objectivos, integram o Fórum de S. Paulo, contrapõem a esta ofensiva do grande capital transnacional, a valorização da luta das populações indígenas e outros trabalhadores rurais, dos operários, dos empregados, da intelectualidade e dos seus movimentos sociais. Combatendo a especulação financeira e exigindo uma justa redistribuição da riqueza, lutam pela descentralização política e participam no poder a diferentes níveis em muitos países. Constituem objectiva e subjectivamente uma importante

frente anti-imperialista, onde Cuba e a «heróica resistência do povo cubano» se destacam como «conquista essencial» da «nuestra América».

O espírito bolivariano desta expressão ressoou no Fórum. Perante o avolumar das dificuldades e o recrudescimento das lutas – desde o México ao Chile, passando pelo levantamento popular indígena no Equador, ao avanço do processo de desarticulação do sistema corrupto na Venezuela (em que Hugo Chávez viu, nas urnas, confirmado o apoio à sua política), ao reconhecimento da guerrilha colombiana no processo de diálogo, ao restabelecimento da soberania do canal do Panamá, ao significativo avanço eleitoral da Frente Ampla no Uruguai e, nos últimos dias, à vitória eleitoral da FMLN, em El Salvador, à marcha dos cem mil do Movimento dos Sem Terra, no Brasil – a unidade das forças populares dentro de cada país e a solidariedade continental são apontadas como essenciais à actual fase de resistência à ofensiva do imperialismo e constituem os eixos principais de um «projecto de integração regional ao serviço dos interesses dos povos» que «permita acumular forças em direcção a profundas mudanças». A que anseiam, e pelas quais lutam, os povos de «nuestra América».

Editorial

IGUAL A SI PRÓPRIO

Num quadro de intensa actividade partidária – traduzida, entre outras coisas, na realização de centenas de iniciativas relacionadas com a comemoração do 79.º aniversário e com a preparação do XVI Congresso, na campanha de difusão do «Avante!», na determinante intervenção dos militantes comunistas no desenvolvimento da luta de massas, na viva actividade parlamentar, nos esforços visando o reforço do Partido – o PCP lançou, anteontem, uma campanha nacional de contacto com os trabalhadores. A campanha, cujo lançamento contou com a presença de Carlos Carvalhas, Secretário Geral do PCP, prolongar-se-á até 15 de Abril e tem como lema «Melhores salários – Emprego com direitos – Mais valor ao trabalho». São seus objectivos essenciais: trazer para a rua a caracterização e a denúncia da situação social decorrente da política de classe do Governo do PS; valorizar e divulgar as propostas feitas pelo PCP em defesa dos direitos e aspirações dos trabalhadores; valorizar a luta social, demonstrar a sua importância decisiva e estimular o seu

“Eis uma iniciativa que marca a diferença entre o PCP e todos os outros partidos nacionais”

desenvolvimento – ao fim e ao cabo, dar mais força e amplitude ao combate contra a política de direita, confirmar o papel do PCP na oposição de facto a essa política e na luta por uma política de esquerda.

Trata-se, como vê quem não quiser ser cego, de uma iniciativa que nenhum outro partido teria condições para levar por diante e que, por isso mesmo, marca a diferença entre o PCP e todos os outros partidos nacionais.

Naturalmente, esta iniciativa do PCP vai ser ignorada por todos os comentadores de serviço à política de direita, sejam eles «independentes» ao serviço do PS, ou do PSD, ou do PP ou mesmo do BE. De outra forma, como poderiam os referidos comentadores continuar a despejar diariamente a *cassette* da «ausência de oposição»? Como poderiam eles prosseguir a sua cruzada visando a implementação e a institucionalização da bipolarização e da alternância? Como poderiam eles continuar a fingir que ignoram que partidos como o PSD e o PP, que defendem uma política que é, no essencial aquela que o Governo do PS tem vindo a aplicar, não são e nunca serão oposição à política de direita? Como poderiam eles continuar a tratar como partido da oposição um partido – o PP – que, actualmente, se afirma como o grande aliado do Governo do PS? Como poderiam eles continuar a negar a evidência de que o PCP é de

facto a grande oposição de esquerda a este Governo e a esta política?

Como afirmou Carlos Carvalhas no comício do Pavilhão Carlos Lopes, «a alternativa ao Governo do PS e à sua política (...) não tem nada a ver e é completamente estranha ao PSD e ao PP (...) Mas tem tudo a ver com a capacidade de ampliar a crítica pela esquerda a essa política, com a capacidade de, através do reforço da luta social, fazer recuar o Governo em muitos domínios e ofensivas, com a capacidade de (...) promover a agregação de energias e vontades de esquerda (...), com a capacidade – que queremos ter – de fortalecer o PCP como o grande protagonista de uma política de esquerda».

Esta campanha nacional do PCP, sendo de crítica, de denúncia e de combate à política de direita, é exemplar da postura responsável, séria, construtiva do PCP. Com efeito, prosseguindo no cumprimento dos compromissos assumidos com o eleitorado no decorrer da última campanha eleitoral, o PCP vai levar por diante, através do seu Grupo Parlamentar – e divulgar amplamente nesta campanha nacional –, um conjunto de importantes iniciativas legislativas: reduzir, de forma faseada, o horário semanal de trabalho para 35 horas, sem quebra de salários nem de direitos e como factor de criação de mais emprego; alterar a lei dos contratos a prazo, para impedir a generalização deste regime, dar-lhe carácter de excepção e enriquecer o conceito de contrato efectivo; garantir os direitos dos trabalhadores transferidos ou cedidos da sua empresa de origem; garantir que, nos casos de falências ou insolvências, os trabalhadores recebam os seus créditos num prazo razoável; promover na Assembleia da República um grande debate sobre a precariedade do emprego e a necessidade de dar combate a essa «moderna» forma de exploração e violação dos direitos dos trabalhadores.

Eis, então, o PCP igual a si próprio: motor da luta contra a política de direita e pela defesa dos interesses dos trabalhadores; interveniente responsável, combativo e coerente na luta pela construção de uma alternativa de esquerda; fiel à sua natureza de classe e às suas características essenciais; ocupando condignamente o lugar que lhe compete enquanto partido da classe operária e de todos os trabalhadores; com profunda convicção nos seus ideais e nos valores humanos e civilizacionais que eles comportam; confiante no papel das massas trabalhadoras e da sua luta como factores determinantes e decisivos para a construção do futuro.

Eis, então, o PCP igual a si próprio: honrando, hoje, o exemplo heróico legado por milhares e milhares de militantes comunistas que, desde 1921, souberam estar à altura da sua histórica e revolucionária responsabilidade; empunhando, hoje, com orgulho, o testemunho de luta, de coerência e de dignidade, transmitido de geração em geração ao longo de 79 anos; assumindo, hoje, o compromisso de delegar nas gerações futuras, com grande confiança, a responsabilidade de darem continuidade à luta pela construção de uma sociedade nova, livre, justa, fraterna, solidária, socialista, comunista.

Actual Democracia aplicada

• José Casanova

Neste sistema que é «fim de história», «ordem natural das coisas», «triumfo definitivo do bem sobre o mal», cada um de nós, consumidor habitual de comunicação social, depara diariamente com edificantes exemplos de democracia aplicada. Ao acaso, peguemos num desses exemplos: mostraram as televisões e os jornais confirmaram que centenas de militantes do «Partido Nacional Democrático» - nome por detrás do qual se esconde o partido nazi da Alemanha - se manifestaram em Berlim. A manifestação tinha o duplo objectivo de comemorar o 62.º aniversário da invasão da Áustria pelas tropas hitlerianas e de apoiar a presença no actual governo daquele país do partido neonazi austríaco. As autoridades alemãs haviam proibido a manifestação que, apesar disso, se realizou na mesma e foi, até, abundantemente escoltada por forças policiais que, ao que parece, eram em número superior ao dos manifestantes. É claro que tamanho aparato policial não tinha como objectivo impedir a manifestação proibida, nada disso: os manifestantes

eram todos bons rapazes e bons nazis, filhos de boas famílias, intocáveis, portanto - e era precisamente para assegurar essa intocabilidade que as forças policiais, ao serviço da ordem, da democracia e da liberdade, ali se encontravam. Isto porque cerca de um milhar de antinazis decidiu responder à provocação com uma contramanifestação e, enquanto os manifestantes gritavam as suas edificantes palavras de ordem, os contramanifestantes dirigiam-se-lhes tratando-os pelo nome de baptismo: «nazis!».

A dada altura a polícia carregou: com os canhões de água característicos de um Estado de Direito, com democráticas bastonadas, com humaníssimas agressões. Sobre os nazis que realizavam uma manifestação proibida? Não, que ideia, a Alemanha é um país democrático onde a polícia existe não para defender os democratas mas os nazis - tal como os bombeiros do «Farheit 451», que existiam não para apagar os fogos mas preci-



samente para os provocar. Isto é: a polícia carregou sobre os antinazis que contestavam a manifestação proibida. E tão corrente é esta prática que um jornal dizia assim: «a polícia alemã teve de disparar ontem um canhão de água contra manifestantes...».

É assim que funciona a democracia modelar dominante: em qualquer país onde o grande capital está no poder, tudo - incluindo, naturalmente, as polícias - está ao serviço dos donos do poder. Não é por acaso que, sendo conhecidas milhares de situações em que as polícias reprimem os trabalhadores que lutam pelos seus direitos, não se conhece um só caso em que essas mesmas polícias tenham carregado sobre os patrões...

O homem dos presidentes

• Aurélio Santos

Uma certa esperança foi instilada em sectores da nossa opinião pública quanto ao desempenho pelo Governo português na actual presidência europeia. O orgulho nacional, tantas vezes recalçado ou ludibriado, sobe sempre ao de cima quando troa na alma pátria um som vindo de longe: «pequeninos, mas valentes!»

Não sou daqueles que perdesse essa esperança, pela razão simples de nunca a ter tido. Na avaliação deste quase findo 1.º trimestre da presidência portuguesa só não me preocupa um facto incontestável: o óbvio poliglottismo do Primeiro-Ministro.

Mas já lá vai o tempo em que a uma menina prendada ou a um gato maltês bastava tocar piano e falar francês...

Percorrendo as capitais do mundo, o presidente Guterres apresenta-se como o presidente dos presidentes. Cabe perguntar: em nome de quê e de quem é executada essa presidência?

Como actual encarregado de negócios da UE o Governo português foi incumbido, entre outras, de duas funções primordiais: fazer avançar os projectos de um novo funcionamento das instituições da União e da criação de uma força militar única europeia.

Torna-se evidente que nestas duas questões (como em muitas outras) o presidente Guterres não é mandante - é simples executante/executivo, obediente mandatário de outros que efectiva e auto-reconhecidamente comandam o destino desta Europa dos nossos dias descontentes.

Fascinado pela magnificência da globalização, este europeísmo mesquinho esconde para quem vão e cada vez mais irão os proveitos globais, enquanto outros presidentes que mandam nos destinos de centena e meia de multinacionais que - esses sim - comandam na sombra a globalização mundial a seu favor, vêem com ironia os presidentes virtuais actuando como seus homens de mão nas instituições internacionais ou supra-nacionais (UE, NATO, FMI) afadigar-se na consagração, organização e legitimação do seu poder. Tarefas a que a Internacional Socialista dá a sua caução supostamente de esquerda.

Não admira, assim, que os partidos da Internacional Socialista, depois de encherem as gavetas com as referências próprias que lhes restavam e vendendo em saldo os interesses dos povos europeus, deixem campo aberto para o avanço de uma direita cada vez mais aguerrida - veja-se o descabro do PSOE do falcão Solana da NATO.

Os homens dos presidentes mais tarde ou mais cedo acabam por incorrer em erros de excesso e ficam no papel do plebeu Julien Sorel - tão bem caracterizado por Stendhal em «O Vermelho e o Negro» - sobre quem um homem da nobreza comentava com espanto desdenhoso: «O quê? Não possui 20 000 libras de renda e permite-se ter um pensamento?»...

Não queremos para Portugal o lugar de Sorel ao serviço dos presidentes.

Mas que pode fazer-se a um presidente que em vez de presidir é presidido? Demiti-lo, obviamente...

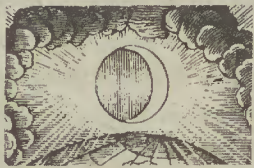


Equívocos

• Anabela Fino

A saga de Soares pai e filho no caso dos diamantes, do marfim e actividades correlativas continua a dar que falar. Das páginas dos jornais, das estações de rádio e das cadeias de televisão o caso saltou para a Assembleia da República, chegou ao Parlamento Europeu e ameaça transvasar para outros fóruns de

aquém e de além mar. Numa tentativa para fazer o ponto da situação, pode-se dizer que a direita cerrou fileiras em torno da dupla Soares, aparentemente tocada na corda sensível da «honra»; que a reacção de Jorge Sampaio agradou e a de Jaime Gama desiludiu; que para uma certa classe política cujas diferenças se esbatem diariamente existem cidadãos intocáveis; que a «honra» do Estado português e da própria União Europeia, se não a do mundo, se confundem com a da dupla Soares; que, enfim, há razões para que a família Soares «continue triste»



enquanto não tiver lugar uma manifestação de desagravo público e universal.

A multiplicidade de equívocos gerados com o presente caso é, paradoxalmente, assaz elucidativa da cultura política, digamos assim, vigente em Portugal. Ninguém contesta a legitimidade de qual-

quer cidadão se sentir ofendido por acusações mais ou menos explícitas que terceiros lhe façam. Ninguém contesta igualmente a legitimidade de quem se sente injuriado de lançar mão a todos os recursos legais ao seu dispor para defender o seu bom nome. O que não se percebe é que num Estado de direito possa subsistir a ideia de que existem cidadãos acima de toda a suspeita. Pouco importa, neste contexto, se as acusações feitas a Soares pai e filho são ou não verdadeiras. Essa é, ou deveria ser, uma questão entre acusadores e acusados.

A que título e com que legitimidade se confundem cidadãos, sejam eles quais forem, com o Estado, distantes que estamos - ou não estaremos? - desses tempos do rei sol francês que proclamava ao mundo: «O Estado sou eu!»?

O Estado português encarnou em Soares pai? Ou em Soares filho? Quando a um dói a alma o Estado desfalece? Quando a outro dói o corpo o Estado fraqueja?

Portugal não é uma monarquia embora muitas vezes pareça, tal a sucessão de poder e de privilégios que passam de mão em mão entre meia dúzia de famílias. E é curioso que nesta saga os cavaleiros que saem a terreno defendendo a honra do convento, perdão, de Soares pai e filho, sejam os mesmos de língua viperina que no passado não muito longínquo (e previsivelmente no futuro próximo) não pouparam enxovalhos a quem agora tanto dizem prezar. Pode ser coincidência, mas é legítimo duvidar.

Frases

“O Governo continua a pintar de cor-de-rosa a situação económica do País e, na Assembleia da República, o Primeiro-Ministro até ensaiou uma nova versão da velha e mistificadora tese cavaquista do oásis [mas] o ritmo de convergência real [da economia portuguesa] com a média europeia, não só se tem processado a passo de caracol, como o seu ritmo tem vindo a diminuir.”

(Carlos Carvalhas, no comício de aniversário do PCP, em Lisboa, citado em «Público», 12.03.00)

“[a globalização] é uma ofensiva mundial que o capitalismo agora desenvolve para se instaurar no mundo como sistema único, final e definitivo. A internacionalização dos processos produtivos é o natural desenvolvimento da economia, seja qual for o sistema económico. Também há a criação de zonas de integração. Mas aqui trata-se de outra coisa. É uma ofensiva global que utiliza todos os meios financeiros e económicos - sabotagem, imposição de regimes, intervenção noutros países...”

(Álvaro Cunhal, em entrevista ao «Expresso-Revista», 11.03.00)

“O marxismo-leninismo é uma teoria e, como tal, as respostas novas são a sua própria evolução criativa, os seus próprios fundamentos... Digamos que é um conjunto de teorias antidogmáticas, mas com princípios fundamentais na economia, na relação do Homem com a Natureza e noutros aspectos fundamentais da evolução do nosso pensamento criativo. É, portanto, no sentido de um pensamento criativo que seremos ajudados a obter essas respostas.”

(idem, ibidem)

“A ideia que passa [a respeito do Governo socialista] é a de uma equipa fascinada pelo “maravilhoso mundo” da economia global e pela miragem das “stock options”. É o poder pelo poder e o jogo económico praticado com deslumbramento neófito.”

(Cáceres Monteiro - «Visão», 09.03.00)

“Aznar, líder de um partido que veio da direita conservadora, fundada por franquistas, sente-se tão bem no espaço da chamada “terceira via” como Guterres, Schroeder ou o próprio Blair.”

(idem, ibidem)

“O presidente do Governo de Madrid é mais um dos que meteu a ideologia na gaveta e recusa as velhas terminologias de direita e esquerda. Para ele só há dois tipos de políticas: as que têm sucesso e as outras.”

(Paulo Ferreira - «Diário Económico», 13.03.00)

“Se [os benfiquistas] forem capazes de fazer na bolsa o que exigem no campo aos ases da bola, isto é, se os adeptos sacrificarem tudo pelo emblema, meu Deus, as reuniões de accionistas farão empalidecer o esplendor da “morte em directo” que foi a assembleia de ontem.”

(João Carreira Bom - «Diário de Notícias», 12.03.00)

“Como se a maioria dos sócios exclamasse: “Vigarista? O nosso vigarista? Num mundo onde metade engana a outra, do que precisamos é disso mesmo: de um vigarista ainda maior do que o do nosso adversário!”

(idem, ibidem)

“O que ali se passou não foi um momento de construção deste grande clube que já foi dos maiores da Europa. O que ali se viu foi uma multidão em fúria, induzida pela demagogia barata, como aflitos junto à forca, de braços abertos ao populismo barato.”

(Francisco Moita Flores - «Diário de Notícias», 13.03.00)

PCP comemora 79.º aniversário
com Pavilhão Carlos Lopes repleto

Chegar cada vez mais longe

Um grande comício, intensamente vivido, transbordando entusiasmo e confiança, eis como se pode descrever a comemoração do 79.º aniversário do PCP, realizada no sábado no Pavilhão Carlos Lopes.

Como é já tradicional nas grandes iniciativas do Partido, enquanto uns chegam cedo para poder assistir de «tribuna» ao comício, outros aproveitam os momentos que o antecedem para, cá fora, rever velhas amizades ou mesmo falar da actividade partidária em curso nos seus locais de trabalho ou nas suas localidades.

Dentro do Pavilhão, o entusiasmo começou a manifestar-se logo que Manuel Freire, com os seus inigualáveis cantos, iniciou o espectáculo. Em frente do palco, uma massa compacta de jovens agitando bandeiras vermelhas dava, com a sua presença, o toque de alegria e firmeza que viria a marcar o comício.

Uma corrente de emoção percorreu os milhares de presentes, quando o grupo de teatro brasileiro «Os Companheiros», em digressão de solidariedade com o Movimento dos Sem Terra, leu à assistência a comovente carta do sub-comandante Marcos a seu filho Miguel - verdadeiro testamento político repleto de humanidade e poesia.

Só depois, principiou o comício, dirigido por Paula Borges, da Comissão Con-

celhia de Sintra, que chamou ao palco os membros do Comité Central, da Direcção da Organização Regional de Lisboa e de outras organizações do distrito que compunham a mesa e, ainda, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Mais de cem organizações de Lisboa vão realizar a sua assembleia

Mais militância

Terminados os últimos acordos da «Internacional», António Andrez, membro da Comissão Política e responsável da DORL, interveio, dando uma panorâmica da situação social do distrito e do trabalho aí realizado e a realizar pelos comunistas e reafirmando a necessidade do envolvimento de todos os militantes nos objectivos colocados à organização de Lisboa no ano em curso, pela sua 4.ª Assembleia de Organização, realizada no ano passado.

Assim, mais de cem organizações concelhias, de freguesia e de empresa vão realizar este ano as respectivas assembleias de organização, propondo-se o Partido em Lisboa chegar a mais 500 locais de trabalho no distrito,

nem que seja apenas com um militante.

Da concretização deste objectivo depende, em grande medida, a concretização de um outro: o recrutamento, este ano, de 1000 novos militantes (e que, até à véspera do comício, havia atingido os 145).

Por outro lado, é preciso começar desde já a preparar as eleições autárquicas de 2001, lembrou António Andrez, enumerando as diversas campanhas e realizações que o PCP tem em curso e apelando a uma maior participação do núcleo mais activo do Partido nessas tarefas. Há, porém, que ter em atenção - sublinhou -, que «nada substitui o papel de cada militante».

A situação social do distrito e as grandes lutas que os trabalhadores estão a travar nas empresas mereceram deste dirigente comunista uma análise exaustiva.

«O Partido precisa de mais militância e mais militantes», disse, por fim, António Andrez, considerando que a «organização nas empresas e nos locais de trabalho é a única forma de melhorar e reforçar a intervenção» do Partido.

A intervenção de Carlos Carvalhas (à parte), frequentemente interrompido pelos aplausos da assistência, constituiu o momento alto do comício que terminou com a assistência a cantar em uníssono o «Avante, camarada» e o hino nacional.

Intervenção de Carlos Carvalhas

Um partido de valores voltado para o futuro

Na sua intervenção, Carlos Carvalhas começou por saudar «a luta abnegada e corajosa» dos que, durante «a longa noite fascista, levantaram a bandeira da liberdade e da democracia, do pão, da paz, da justiça social» e «com sacrifícios sem conta, sempre estiveram na frente de combate contra a tirania, a opressão e a exploração».

Assim, comemorar o 79.º aniversário do PCP, é celebrar «a luta de um Partido que deu uma contribuição essencial para a fundação e consolidação do regime democrático saído do 25 de Abril», «a coerência, a verticalidade, a seriedade, a capacidade de revolta e de indignação, a vontade de construir e de rasgar novos horizontes de esperança, de transformação e de progresso», que têm caracterizado a sua intervenção.

Assim, com «os olhos postos no futuro» e «profundamente vinculados à nossa identidade, à nossa matriz e património político e ideológico que - como comunistas que somos e queremos continuar a ser -, estamos empenhados no reforço da nossa organização e no rejuvenescimento do Partido» e na «irradiação das nossas propostas».

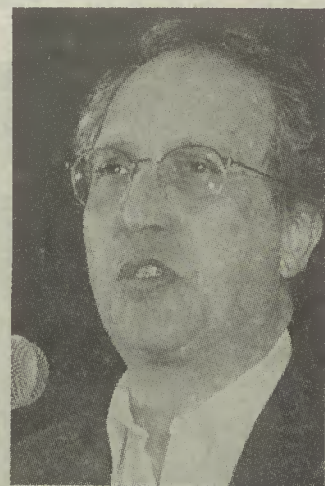
Para Carlos Carvalhas, a circunstância de o PCP celebrar os seus 79 anos de vida e de luta «não do ponto de vista da mera passagem do tempo ou da simples sobrevivência, mas do ponto de vista de um percurso apaixonante e honroso marcado por um sólido compromisso com a causa da liberdade, da democracia e do socialismo», constitui um «justo motivo de orgulho» e um «factor de confiança», mas deve também «ser vista e senti-

da como um forte sublinhado da responsabilidade que, individual e colectivamente, a todos nós cabe assumir e de que hoje são portadores os militantes comunistas».

Um partido diferente

O Partido tem «princípios, valores, uma natureza de classe, uma identidade e objectivos que o diferenciam claramente de qualquer outro partido nacional» e o tornam determinante para «a marcha de grandes aspirações de dignidade e felicidade humanas na nossa pátria». Mas, diz Carlos Carvalhas, «nenhuma merecida palavra de justo apreço, valorização e orgulho» quanto «ao nosso património político e ideológico nos devem afastar da evidência maior de que sem os homens e as mulheres que hoje militam no PCP, se reconhecerem no PCP ou confiam no PCP, estaríamos talvez a falar de memórias comoventes e de saudades respeitáveis, estaríamos talvez a dar uma aula de história contem-

porânea de Portugal, mas não estaríamos - como estamos - a falar de princípios e valores que aí estão pujantes no confronto com a vida e com a realidade, mas não estaríamos



► PCP comemora 79.º aniversário com Pavilhão Carlos Lopes repleto

Um partido de valores

- como estamos - a falar de uma identidade e de um projecto comunistas dotado de fortes raízes populares na sociedade portuguesa, mas não estaríamos - como estamos - a falar de ideais e de valores voltados para o futuro».

Ou seja, explicitou, «é sempre naqueles homens e mulheres que, em cada momento histórico, integram o nosso colectivo partidário» que «está depositada a responsabilidade maior de assegurarem o presente e o futuro do nosso Partido».

Sublinhando, depois, que os comunistas não têm - «nem querem ter» - a força «do dinheiro que resulta da exploração do trabalho humano» e «de séculos de ideias e práticas de dominação e opressão» que outros têm, Carlos Carvalhas apelou à participação de todos, já que o PCP apenas conta com «o trabalho, a capacidade, a dedicação, a inteligência e o braço» dos seus militantes para «fazer avançar as grandes causas por que nos batemos» e que «cada um de nós sente como fazendo parte harmoniosa da sua vida e componente incontornável da sua dignidade de cidadãos».

Por fim, o secretário-geral do PCP deixou um vivo apelo a todos os membros do Partido para que, desde já, nesta primeira fase de preparação do 16.º Congresso, «contribuam com as suas análises, opiniões e reflexões, num quadro de inteira liberdade, serenidade e sentido de responsabilidade», para que o Congresso possa significar um «passo audacioso» no caminho para «uma mais forte afirmação da nossa intervenção, da nossa luta, dos nossos ideais e do nosso projecto libertador».



Intensa actividade

Depois de saudar a intensa luta desenvolvida pelos trabalhadores e o papel que nela têm desempenhado a CGTP e toda a estrutura do movimento sindical e das comissões de trabalhadores, Carlos Carvalhas especificou algumas das principais propostas que o PCP tem vindo a apresentar na Assembleia da República.

«É significativo», disse, que a preocupação do PCP, logo no primeiro dia da abertura da Assembleia da República, tenha sido a de apresentar «um importante conjunto de projectos de lei que correspondiam a sentidas questões que levantámos durante a campanha eleitoral, como o aumento do salário mínimo nacional, o aumento de reformas e pensões mais degradadas, ou a reposição da idade da reforma das mulheres para

os 62 anos» e que, ao longo desta legislatura, tenha continuado a apresentar diversos projectos, propostas e medidas alternativas, conseguindo designadamente fazer aprovar as suas propostas sobre o sistema fiscal, razão por que, este ano, «muitas dezenas de milhar de portugueses estão a pagar menos IRS do que pagaram há um ano».

Carlos Carvalhas enumerou, de seguida, algumas das propostas apresentadas pelo PCP relativas à justiça fiscal, aos investimentos da Administração Central, aos salários, aos vencimentos dos trabalhadores da Administração Pública e ao aumento das pensões e reformas, a áreas como as pescas e a agricultura, o ambiente, a saúde ou o ensino, ao combate à droga, à Justiça, aos direitos sindicais dos polícias de

Segurança Pública e direitos de cidadania dos agentes da GNR e dos militares.

O secretário-geral do PCP reiterou ainda a solidariedade dos comunistas ao povo moçambicano e considerou «imperioso» que o Governo esclareça a Assembleia da República e a opinião pública «se aceita» que o sistema de espionagem Echelon opere sobre Portugal, qual «a colaboração com os Serviços de Informações nacionais», que explicito o objecto «do memorando secreto assinado pelos governos da União Europeia em Novembro de 1995» e explique a «participação de Portugal em 1994 e 1997 em Bonn e Dublin nas reuniões da estrutura (do ILETS) fundada pelo FBI como cortina de fumo da espionagem do Echelon».



Um governo «surdo e mudo»

«O Governo continua a pintar de cor-de-rosa a situação económica do país», disse ainda Carlos Carvalhas na sua intervenção, mas a verdade «é que o ritmo da convergência real da nossa economia com a média europeia não só se tem processado a passo de caracol como tem vindo a diminuir».

«A substituição da produção nacional pela estrangeira e a subcontratação crescente da nossa economia é uma realidade» e em matéria agrícola, o Governo PS, «encandeado pelos “milhões de contos” que anuncia, fica cego e surdo com as suas próprias mistificações», recusando-se a ouvir e ver «os graves problemas do escoamento e dos preços da batata e do vinho», assim como da fruta, «que vai sendo enviada para lixeiras, enquanto os agricultores esperam que lhes paguem a produção». «Não quer ver a situação da crise do bovino», que a União Europeia continua a embargar, nem o «crescimento de inúmeros problemas de sanidade animal». Fecha os olhos «ao escândalo das quotas leiteiras». «Não quer ver a situação dos pequenos agricultores que vão sendo expulsos do sistema de Segurança Social, por dificuldades no pagamento das suas prestações» e, ao mesmo tempo que «entrega milhões aos latifundiários», insiste nas exigências fei-

tas aos trabalhadores da Reforma Agrária, por dinheiro do Crédito Agrícola de Emergência, de que não tiveram qualquer benefício e que pretensamente devem.

Entretanto, com a crise na agricultura e nas pescas e a liquidação de importantes sectores industriais, «o preocupante défice comercial continua a aumentar, como tem aumentado o domínio do capital estrangeiro sobre a economia nacional, graças nomeadamente ao vergonhoso leilão de importantes empresas públicas». Depois, «ao estilo de quem faz o mal e a caramunha», o Governo queixa-se dos lobbies, quando «é cada vez maior a subordinação do poder político ao poder económico, com todas as consequências conhecidas nomeadamente de natureza social».

PCP protagoniza política de esquerda

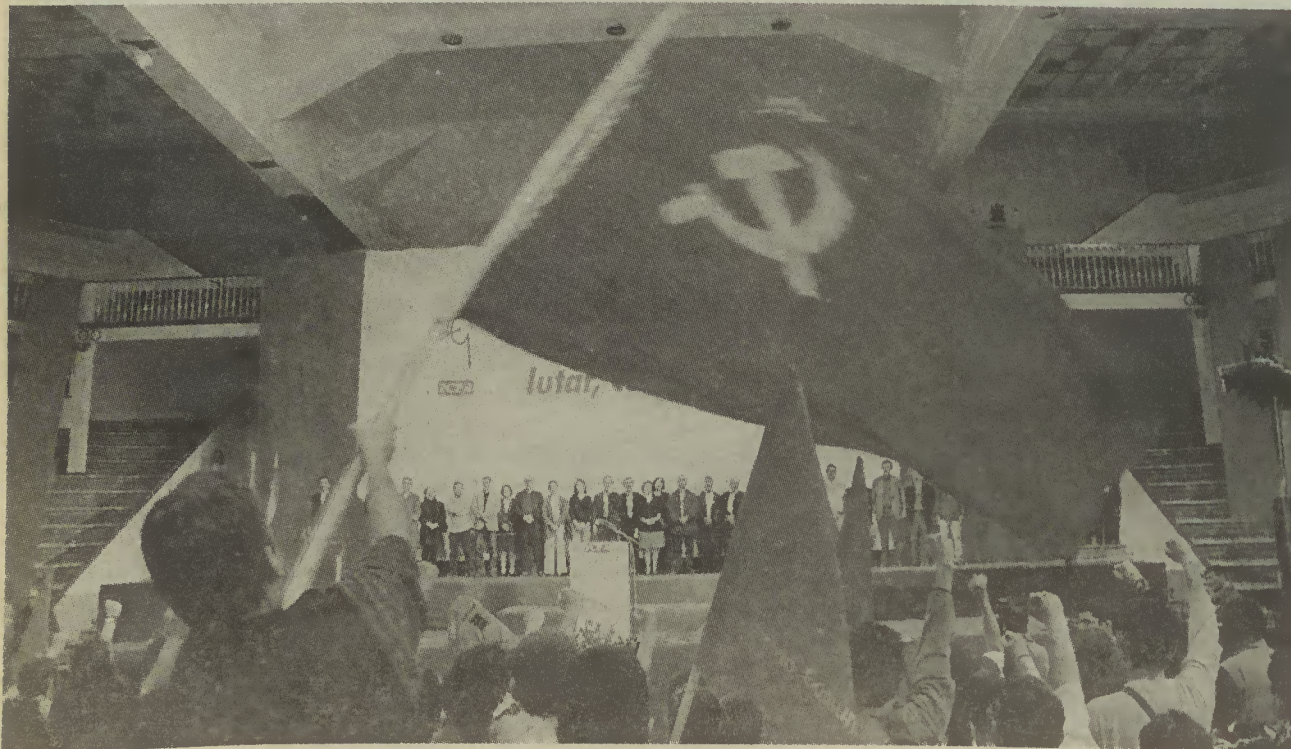
Cresce, por isso, a contestação e a frente social de luta à política deste Governo e surgem em praça pública «as acusações entre altos dirigentes do PS»

Não passa um dia, pois, sem que se ouça que o Governo do PS não tem «quem lhe faça oposição». Os que o dizem, fazem-no porque, desejando que apenas houvesse no nosso País dois partidos - o PS e o PSD -, e faltando a oposição do PSD, concluem que «não há qualquer oposição ao Governo do PS».

Mas ela existe, «é muita, é forte, é determinada, é combativa» e é feita designadamente pelo PCP, com a «valiosa característica de ser complementada com uma constante apresentação de múltiplas propostas concretas, construtivas e fundamentadas para a solução de graves problemas do povo e do país».

Porém, «o lado mais perverso» deste carpir sobre a falta de oposição do PSD (que alguns transformam, «desonestamente, em falta total de oposição»), é que ele traz implícita a ideia de que, quando houver mudança «ela se há-de fazer e só se poderá fazer pela direita». Ou seja, pretende «aprisionar» consciências por detrás de «uma eterna alternância entre o PS e o PSD», sabendo que essa é uma «alternância de etiquetas», onde não há «nem um cisco de diferença quanto às grandes opções».

A alternativa ao Governo e à política do PS «é completamente estranha ao PSD e ao PP», diz por fim Carlos Carvalhas, mas já «tem tudo que ver com a capacidade de, através do reforço da luta social, fazer recuar o Governo em muitos domínios e ofensivas», da capacidade de «agregar energias e vontades de esquerda», de «fortalecer o PCP como o grande protagonista de uma política e de novas soluções à esquerda».



Por todo o País as organizações comemoram o aniversário do PCP

Um Partido actual e actuante

Um dos pontos altos da actividade do Partido ao longo do ano verifica-se em torno do 6 de Março, data da fundação do PCP, em 1921. Assim, aconteceu este ano na Quinta do Conde e em dezenas de localidades.

A Comissão de Freguesia da Quinta do Conde, Sesimbra, promoveu no domingo, com a participação de Álvaro Cunhal, um almoço comemorativo do aniversário do Partido, que juntou mais de 160 camaradas e amigos no centro de Trabalho da Quinta do Conde.

Em nome da Comissão de Freguesia, interveio Felícia Costa, que fez «as honras da casa», e Ricardo Rufino, militante da JCP, que apelou a uma mais activa e empenhada participação dos jovens da freguesia na actividade regular do Partido, na perspectiva do 16.º Congresso.

Álvaro Cunhal lembrou o percurso do Partido desde a sua fundação até ao momento actual, salientando a importância da intervenção dos comunistas na sociedade portuguesa, quer na luta contra o fascismo, quer na construção e defesa do regime democrático. A valorização do trabalho colectivo, fundamental para o êxito das tarefas, e a

defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores, foram outras questões que sobressaíram na sua intervenção.

Marateca

«Não se arrependem aqueles que hoje decidiram aderir ao Partido, na exaltante tarefa de transformar a sociedade que queremos ver melhorada em todos os seus aspectos» - referiu Jorge Pires, da Comissão Política,

no almoço-convívio de aniversário do Partido que no passado domingo juntou cem pessoas nos Bombeiros Voluntários de Águas de Moura. Mário Lança, da Comissão Concelhia de Palmela, anunciou o nome de cinco novos aderentes ao Partido da freguesia da Marateca, só no decorrer dos últimos dias, e ele próprio fez a entrega, durante o almoço, dos cartões de Partido a dois dos presentes também recentemente inscritos. A iniciati-

Todas as iniciativas foram marcadas pela determinação e confiança



Álvaro Cunhal falou, na Quinta do Conde, sobre a história do PCP

va, à qual quis estar presente o próprio presidente dos Bombeiros Voluntários de Águas de Moura, marcava o reforço da actividade do Partido naquela freguesia do concelho de Palmela, atestado ainda pelo aumento da venda do «Avante!» e de um continuado esforço de ligação com todos os membros do Partido, após um prolongado período de menor vivência orgânica. Carlos de Sousa, presidente da Câmara Municipal, fez um rápido balanço da «Autarquia Participada» que proporcionou no mês de Fevereiro, uma vez mais, o estreito contacto da Câmara com os habitantes e instituições daquela freguesia (de maioria PS), realçando que

para além da obra da CDU, o PCP e a CDU marcam a diferença pelo estilo. O encontro dos comunistas em convívio permitiu ainda fazer balanço da atenção que se está a dedicar à possibilidade de o Partido intervir na empresa Parmalat, sediada na freguesia, através da reconstrução de uma célula.

Feijó

Em Feijó, o aniversário do Partido foi festejado com um almoço que decorreu num ambiente de grande fraternidade e camaradagem, com a participação de 74 militantes e a presença de Manuel

Valente, do Comité Central.

Numa breve intervenção política, Manuel Valente alertou os presentes para as tarefas que neste momento se colocam aos comunistas, referindo designadamente a campanha de difusão e venda do «Avante!», a realização em Maio da 8.ª Assembleia de Organização de Almada, a Festa do «Avante!» e a preparação do 16.º Congresso do PCP.

A ocasião foi aproveitada para a entrega do cartão do Partido a seis novos militantes.

Coimbra

No sábado, em Coimbra, culminando os trabalhos da

5.ª Assembleia de Organização de Coimbra do PCP, realizou-se um jantar comemorativo do aniversário do PCP, que encheu completamente a sala do hotel onde decorreu, obrigando os organizadores, a dada altura, a fechar as inscrições.

Ao longo de todo o jantar, que contou com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, respirou-se permanentemente um ambiente de alegria e confiança que, diga-se, estão de uma forma geral a marcar as iniciativas do Partido.

Depois de Jorge Gouveia Monteiro ter dado conta dos resultados da Assembleia de Organização, Carlos Carvalhas, numa curta intervenção, falou sobre a história do PCP e as tarefas que hoje se lhe colocam.

Martiny

Em Martiny, região do Valais, realizou-se, no domingo passado, numa sala do Centro Português, um almoço convívio com 40 militantes e simpatizantes comunistas.

Na ocasião, usaram da palavra António Soldado, responsável do núcleo de Valais, e Sidónio Candeias, militante local que destacou a importância do reforço do Partido para uma melhor intervenção em defesa dos emigrantes.



Em Águas de Moura, Jorge Pires saudou os novos militantes



O jantar na Cova da Piedade, com Aboim Inglês, foi muito participado

Capitalismo mantém-se agressivo e explorador

Na Quinta da Atalaia, o aniversário do PCP foi comemorado com um almoço que juntou cerca de 350 pessoas e foi marcado por uma ambiente de grande fraternidade e confiança, enquanto no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes, as comemorações, como habitualmente, constaram de um excelente lanche preparado no próprio Centro.

Francisco Lopes, a quem coube, na Atalaia, fazer a intervenção política, começou por considerar que tal comemoração, neste «tempo exaltante de resistência e luta» mas também «de abandonos e claudicações», constitui uma afirmação do PCP como «Partido ligado à vida, que não se rende, que quer desempenhar o seu papel insubstituível e continuar a ser, de nome e de facto, o Partido Comunista Português».

Referindo-se, depois, à realização do 16.º Congresso do PCP, lembrou os objectivos definidos pelo Comité Central, entre os quais «a profunda reflexão sobre os grandes problemas nacionais e internacionais, sobre as perspectivas de luta, a alternativa de esquerda porque lutamos e o caminho para a alcançar» e, ainda, a necessidade do reforço da organização e intervenção do Partido, de forma a alargar a sua influência e reforçar o seu poder de atracção «numa perspectiva de grande confiança» em relação aos «seus valores, ideais, projecto e identidade».

Aliás, é a partir dos principais traços da identidade do Partido, como diz a nota de trabalho do CC sobre algumas questões centrais, que se «coloca a questão de como aumentar a influên-

cia política social e eleitoral, aproximar a influência eleitoral da influência social e reforçar a organização do Partido».

Francisco Lopes chama, depois, a atenção para algumas importantes questões suscitadas no arranque da preparação do Congresso, como seja a actualidade do marxismo-leninismo, «traço fundamental da identidade do Partido e base teórica e guia para a sua acção».

Passados mais de 150 anos sobre o Manifesto Comunista, a natureza do sistema capitalista não mudou, logo não mudou também «a necessidade da sua substituição, a grande exigência de construção de uma nova sociedade». Assim, o marxismo-leninismo precisa «de ser aplicado e não liquidado» e o ideal comunista «é hoje tão actual quanto necessário».

Objectivos do PCP permanecem os mesmos

Por sua vez, José Vitoriano, membro da Comissão Central de Controlo, a cargo de quem esteve a intervenção nas comemorações da Soeiro Pereira Gomes, começou por sublinhar a identificação da história do PCP «com a história da luta da classe operária e dos trabalhadores», afinal, com a história de milhares de homens e mulheres comunistas «que deram o melhor de si mesmos» ao longo destes 79 anos.

Falando depois sobre os objectivos supremos de um comunista, hoje, o dirigente comunista diz que são os mesmos de sempre: «é a luta contra a exploração do homem pelo homem, a luta

por uma sociedade sem explorados nem exploradores, por uma sociedade socialista e comunista». Porque a luta «não é para que o capitalismo seja melhor gerido, mas para que seja destruído».

Se é certo que existem hoje maiores dificuldades «no que respeita à mobilização dos militantes e ao funcionamento das organizações», disse José Vitoriano, o que se impõe é procurar as causas - internas e externas - e «atacá-las na medida do possível».

Algumas conhecem-se, referiu, destacando «o enorme cataclismo que ocorreu na ex-União Soviética e nos outros países então socialistas», que chocou e «destruiu as perspectivas de milhares de militantes e simpatizantes do Partido». Pelo acontecimento em si mas também pelas mentiras que em torno dele se propagaram.

Porém, na opinião de José Vitoriano, as dificuldades não residem na natureza do Partido, com cuja orientação, conteúdo de classe e linha política e ideológica «se sente bem».

Sobre o 16.º Congresso a realizar em Dezembro, ele é «um momento alto» na vida do Partido, que não se esgota «nos três dias em que decorrem os trabalhos». É, pois muito importante que, no decurso de todo o seu período preparatório, participe, de forma ampla e democrática, o maior número possível de militantes e de organismos do Partido - particularmente na primeira fase, já em curso, e na última «em que se vão discutir as teses e eleger os delegados» - para que do Congresso o Partido saia mais forte e unido.

Por fim, José Vitoriano, saudou as mulheres pela passagem de mais um Dia Internacional da Mulher, valorizando o seu «destacado papel» nas lutas do Partido e do povo português.

Por todo o País Porto



Cerca de dois mil camaradas e amigos participaram nas diversas iniciativas do Partido que se realizaram no decurso da última semana no distrito do Porto.

Os convívios na Trofa e em Santo Tirso, na sequência das respectivas Assembleias de Organização, uma sessão/debate em Felgueiras, um encontro sobre o «Avante!», a Noite de Fados do Sector de Empresas da ORP, o Café Concerto em S. Pedro da Cova (Gondomar) ou os jantares de confraternização em Vila do Conde, Amarante, Maia, Porto, Gaia, Valongo e Boelhe (Penafiel) assinalaram com notável dinamismo e entusiasmo o 79.º aniversário do PCP, cujas comemorações prosseguem.

Merece, naturalmente, destaque o jantar promovido pela Organização da Cidade do Porto e pelo Sector Intelectual, que juntou nas instalações do Centro de Trabalho da Boavista mais de meio milhar de pessoas e contou com a participação e a intervenção de Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido.

A animação cultural, com as Canções Heróicas, de Lopes Graça, esteve a cargo do Grupo Coral dirigido por Fausto Neves.

Começando por referir os traços que caracterizaram a vida e luta do PCP ao longo de 79 anos, Carlos Carvalhas considerou ao comemorar o seu aniversário, está-se a celebrar «a intervenção de um Partido que não regateia energias e esforços para dar resposta a esta grande questão: como tornar melhor a vida aos cidadãos, aos trabalhadores, às populações».

Assim, os comunistas celebram o aniversário do seu Partido, «lutando, intervindo e pensando na política actual» e nas «enormes desigualdades sociais»; organizando a luta no quotidiano, levantando a voz contra as injustiças e prepotências, apresentando propostas e medidas alternativas; empenhando «esforços e energias no reforço da organização partidária» e preparando o seu 16.º Congresso, procurando, «através do debate e reflexão serena», aprofundar as linhas e orientações e encontrar os melhores caminhos para o reforço «deste partido insubstituível e necessário aos trabalhadores, ao povo e ao país». Tudo isto, a par de «uma grande iniciativa política e de uma empenhada intervenção em todas as esferas da sociedade».

Madeira

Na Região Autónoma da Madeira, as comemorações do aniversário do Partido tiveram o seu ponto alto no jantar de confraternização que se realizou na sexta-feira passada, num restaurante do Funchal, com a participação de mais de duas centenas de camaradas e amigos.

Aliás, estas comemorações ganharam já tradição entre os militantes e simpatizantes comunistas da Região que, durante anos, viram as suas acções limitadas por uma série de dificuldades mas nunca deixaram de lutar pelos seus ideais, como se pode comprovar pelo papel que justamente o PCP hoje ocupa na sociedade madeirense, visível no trabalho realizado e reconhecido tanto na Assembleia Legislativa, como nas autarquias ou junto das populações.

Ruben de Carvalho, que participou na iniciativa, levou aos madeirenses a solidariedade dos militantes do Continente, particularmente deste ano de grande trabalho e de grandes desafios, colocados pela realização, no último trimestre, das eleições legislativas regionais.

Por sua vez, Edgar Silva, coordenador regional do Partido, enumerou algumas das iniciativas que estão a decorrer na região dinamizadas pela CDU, como sejam a reivindicação da diminuição do IRS em 20% e do aumento de 5% do salário mínimo.

A ideia chave que sobressaiu desta confraternização foi, contudo, a da importância da luta e da mobilização para ganhar as batalhas por mais justiça social, contra uma política que subverte a autonomia, beneficia os ricos e penaliza quem trabalha.

Vila Nova de Famalicão

A Comissão Concelhia de Vila Nova de Famalicão, por sua vez, escolheu como data para as comemorações o próprio dia 6 de Março, data da fundação do PCP.

Realizada na Escola Camilo Castelo Branco, a celebração constou um Torneio de Futebol de Salão, seguido de um lanche/churrasco, da projecção de filmes e de animação musical a cargo do cantor de intervenção Jorge Lomba.

Agostinho Lopes, membro da Comissão Política e deputado do PCP pelo distrito de Braga, fez uma intervenção em que, depois de evocar o papel desempenhado pelo Partido ao longo da sua história, referiu-se às propostas e pedidos por si apresentados na Assembleia da República sobre os problemas daquele concelho e do distrito de Braga.

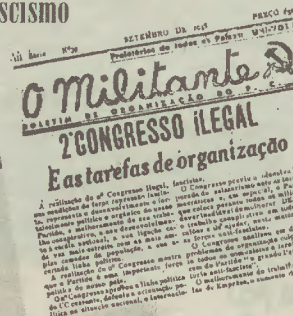
Os Congressos do Partido Derrubar o fascismo

O IV Congresso do PCP realiza-se em Julho de 1946, pouco mais de um ano após a derrota do nazi-fascismo na Europa. O Exército Vermelho sai vitorioso desta guerra que custou ao povo soviético enormes sacrifícios e milhões de mortos. Os aliados apenas intervêm na parte final do conflito, com vista a assegurar o seu domínio em grande parte do continente europeu.

Em todo o mundo, os povos celebram a vitória sobre o nazismo. Mas este não foi varrido da face da Europa, onde, com o apoio e cumplicidade dos aliados ocidentais, perduram as ditaduras terroristas de Franco, em Espanha, e de Salazar,

em Portugal. Na nova situação criada a nível internacional e também, em Portugal, onde o fascismo recua e se manifestam em alguns sectores democráticos expectativas de uma «queda automática» do regime, o IV Congresso do PCP contribui decisivamente para a definição da via para o derrubamento do fascismo e para a consolidação da unidade antifascista que já tivera, em Janeiro de 1944, com a formação do Conselho Nacional de Unidade Antifascista - MUNAF -, um poderoso impulso.

O PCP aponta a insurreição como caminho para o derrubamento do fascismo



Nesta casa, na Lousã, realizou-se o IV Congresso do PCP (2.º ilegal)

Dias Lourenço

O IV Congresso do PCP

No mês de Dezembro deste primeiro ano do novo século - por sua vez o primeiro do novo milénio da nossa era - realizar-se-á o XVI Congresso do nosso Partido.

A iniciativa de recordar até lá, no «Avante!», os que se realizaram nas severas condições da ditadura fascista é de inegável mérito.

No número anterior foi publicado o testemunho vivo de Sérgio Vilarigues acerca do III Congresso (o primeiro ilegal). Neste número do nosso jornal falaremos hoje do que se lhe seguiu três anos depois, no mês de Julho de 1946 - o IV Congresso (2.º ilegal).

Todos os congressos do PCP realizados ao longo dos seus quase 80 anos de existência constituem marcos inapagáveis da história e da luta tenaz e empenhada dos comunistas portugueses por uma sociedade livre e justa, pela Liberdade, a Democracia e o Progresso Social do seu Povo e do seu País.

E não só. Constituem também pontos de referência histórica, da realidade política, socioeconómica e cultural sua contemporânea, da coerência ideológica do PCP e da sua leitura dos acontecimentos marcantes da sua época.

O IV Congresso inscreve-se naturalmente nestas determinantes essenciais.

Realizado numa casa solarenga, alugada temporariamente por um núcleo de três destacados intelectuais da organização clandestina de Coimbra.

Com a participação de mais de 50 delegados constituía, nas condições do fascismo, uma operação de alto risco. Obedeceu, por isso, a severas condições de segurança e secretismo.

Três viaturas, conduzidas pelos camaradas do reduzido núcleo de Coimbra, responsável

Realizado com menos de três anos de intervalo - o congresso anterior tivera lugar em 1943 - e, apesar da situação de clandestinidade, organizado e efectuado no interior do País, o IV Congresso ocorre num momento de ascensão das lutas da classe operária e das massas trabalhadoras e de um grande progresso verificado nas organizações unitárias e na própria organização do Partido. O número de militantes aumentara três vezes nesse período, as organizações locais haviam crescido cinco vezes, o «Avante!» vira a sua tiragem quadruplicar, aumentara significativamente o número de células de empresa.

Reafirmando a sua política de unidade nacional antifascista, o PCP, neste congresso, aponta como caminho para o derrubamento do fascismo o levantamento nacional.

O IV Congresso define ainda os princípios orgânicos do centralismo democrático, dando ênfase ao trabalho colectivo, o que vai reflectir-se no posterior desenvolvimento do Partido, na sua organização e na sua acção.

pelo aluguer da casa, recolheram, numa área envolvente, de raio mais ou menos de 30 quilómetros em torno da Lousã, o conjunto dos delegados dispersos pela região.

Antes de entrar na viatura, a cada um dos congressistas eram postas as condições da deslocação, acesso e localização da casa. Só se transportava quem assumisse o compromisso assente em simples regras: durante a viagem e na própria instalação não haveria perguntas nem curiosidades sobre o local do Congresso; na deslocação, os olhos dos componentes não seriam vendados, mas rigorosamente nenhum abriria os olhos para saber onde estava. Quem não aceitasse ficava em terra. Não houve discordantes.

Na verdade, o IV Congresso distinguiu-se pela definição estratégica da via para o derrubamento do fascismo - o da violência -, tese desenvolvida com grande lucidez por Álvaro Cunhal no seu informe ao Congresso. O combate antevia-se cada vez mais duro. Desde o III Congresso, três camaradas de direcção a vários níveis tinham sido assassinados. Por outro lado, a «democracia orgânica» proclamada por Salazar após a derrota militar do nazi-fascismo era uma farsa para ocultar o carácter terrorista e repressivo do regime.

É num amplo contexto de luta no plano nacional do movimento operário das fábricas e dos campos e quase em plena grande greve de Julho/Agosto de 1946 - que mobilizou mais de 50 mil grevistas - que o Congresso se realizou.

Nele foi patente a existência - conseguida em anos de dura luta - de um grande partido nacional, vinculado aos trabalhadores e ao povo.

O Congresso da Lousã constituiu por isso um grande factor de firmeza política, orgânica e ideológica do PCP que iria nortear a luta do povo português até às alvoradas do Abril português da Revolução em 1974.

SINTRA Trabalhadores municipais agredidos

A Comissão Concelhia de Sintra do PCP manifestou o seu apoio aos trabalhadores municipais de recolha de lixo e exige o fim da agressão policial.

Criticando a «irresponsabilidade» e a «arrogância» da presidente da Câmara Municipal, o PCP lembra que Edite Estrela sempre se recusou a ouvir os funcionários. «A razão não se cala pela força», afirma o PCP, perguntando se é «este o diálogo que tanto apregoa o PS, que tem à frente desta câmara uma dirigente nacional que assinala o Dia da Mulher mandando bater nos trabalhadores?»

Os empregados da recolha do lixo, em greve no dia 8, exigem a renovação dos serviços e dos equipamentos, nomeadamente das viaturas e contentores, e reivindicam a dignificação das carreiras e salários.

A Câmara, pelo contrário, prepara-se para privatizar o serviço, «com prejuízos óbvios para os trabalhadores a curto e médio prazo e, seguramente, com um pior serviço à população e mais oneroso».

ODIVELAS A Comissão Instaladora e a greve

O Sector de Empresas do Concelho de Odivelas do PCP denuncia o papel da Comissão Instaladora do Município de Odivelas na tentativa de impedir que os trabalhadores da administração pública aderissem à greve do passado dia 18 contra a proposta de aumento salarial de 2,4 por cento.

Como contam os responsáveis pelo sector, na véspera da greve a comissão instaladora elaborou listas dos funcionários que pretendiam aderir, «numa clara manobra de intimidação».

Ao mesmo tempo, impediu dirigentes do STAL de cumprir o direito legal de mobilizar os trabalhadores que representam. Argumento apresentado: não havia ordens para autorizar a acção.

LOURES Zona ribeirinha em perigo

A Petrogal negociou recentemente com a CP o transporte de gasóleo de Sines para os depósitos da Galp na Bobadela. Esta medida é fortemente contestada pela Direcção Concelhia de Loures do PCP, que reclama a imediata suspensão das obras na Bobadela e prepara uma acção de esclarecimento e mobilização da população. Esta situação põe em causa a requalificação urbana da zona ribeirinha, desde a foz do rio Trancão ao parque urbano. Em primeiro lugar, porque impede o correcto dimensionamento do Parque Urbano Tejo/Trancão, inviabilizando a instalação de equipamentos e o desenvolvimento de actividades económicas, de recreio e lazer. Por outro lado, trata-se de uma decisão baseada em critérios economicistas, que poderão levar à alteração da decisão de desactivar a curto prazo os tanques da BP existentes a montante.

VIDIGUEIRA Hospital civil

Os autarcas do PCP do concelho da Vidigueira defendem que as antigas instalações do Hospital Civil local, desactivado há anos, se devam transformar numa unidade hospitalar de acamados ou num pólo do Hospital Distrital de Beja. Esta posição foi, aliás, defendida em 1996 pela então ministra da Saúde, Maria de Belém. No entanto, no dia 3 foi inaugurado um centro nas instalações do hospital. «As instituições do Governo decidiram-se, caprichosa e contraditoriamente, por uma solução que nem sequer foi posta à discussão. As grandes decisões continuam a ser tomadas mesmo contra a vontade e os interesses da população», considera a Comissão Concelhia.

XVI Congresso Mãos à obra... desde já!

O XVI Congresso do PCP, cuja preparação se iniciou com a recente reunião do Comité Central e culmina a 8, 9 e 10 de Dezembro, em Lisboa, no Pavilhão Atlântico, é de uma enorme importância para a vida e o futuro do PCP e consequentemente para os trabalhadores e o povo português.



Francisco Lopes
Membro
da Comissão
Política

A preparação do XVI Congresso está a ser associada a uma muito intensa acção no estímulo ao desenvolvimento da luta de massas, na iniciativa sobre problemas dos trabalhadores, do povo e do País e no reforço da organização partidária. O PCP não fecha para Congresso, o PCP não dá tréguas no combate à política de direita do Governo PS, o PCP prossegue a luta por uma política de esquerda.

O PCP contrapõe ao triste espectáculo dado pelo PS e PSD na realização

dos respectivos congressos, um estilo próprio, diferente, que com criatividade e espírito de inovação desenvolveu ao longo dos anos e que torna o seu método de funcionamento e preparação do Congresso incomparavelmente mais democrático que o de qualquer outro partido.

O Comité Central na sua última reunião apontou os objectivos gerais a alcançar com o XVI Congresso, decidiu as três fases da sua preparação e aprovou uma nota de trabalho, ponto de referência sobre algumas questões centrais, para abordagem nesta primeira fase em que estamos e que se destina a recolher o máximo de contribuição dos membros do Partido a ter em conta na futura elaboração dos documentos. Assim a direcção não se demitiu, nem se demite, assume as suas responsabilidades colectivas na preparação do Congresso em cada uma das suas fases.

Tal como a direcção assume as suas responsabilidades é igualmente

necessário que cada membro do Partido assumia também as suas e que os quadros do Partido intervenham para estimular, organizar, recolher e canalizar os contributos para a preparação do Congresso. Remando contra a maré de alheamento da política, de fuga à participação social, defrontando os problemas objectivos da vida actual que colocam limitações à disponibilidade de participação dos trabalhadores e de outros sectores sociais e não alinhando na demagogia e no populismo basista, com que algumas forças políticas em Portugal e no estrangeiro pretendem encobrir a falta de uma real participação e de uma efectiva democracia interna, o PCP procura criar condições para a maior participação possível dos membros do Partido na decisão sobre o seu futuro.

A riqueza da análise colectiva

Nós somos um Partido organizado, temos um colectivo partidário composto por muitas organizações e organismos, cuja reflexão e análise sobre importantes questões e problemas é necessário conhecer, mas para tornar mais rica essa análise colectiva é necessário promover a participação e contribuição individual de cada membro do Partido.

Cada um tem a sua reflexão e a sua experiência, cada um tem assim um contributo a dar que só o próprio pode dar. E que riqueza temos no nosso Partido: operários, trabalhadores, reformados, agricultores, estudantes, intelectuais, quadros com responsabilidades na estrutura partidária, nos movimentos de massas, em instituições, intervenientes nos mais diversos sectores e em todas as regiões do País. É necessária a participação de todos, com a sua reflexão, a sua opinião, a sua intervenção e a sua sensibilidade.

O XVI Congresso do PCP é o Congresso da viragem do século, um Congresso para responder às exigências da sua intervenção como Partido Comunista no tempo em que vivemos. Há no entanto quem procure intoxicar e dividir, quem alimente a esperança, quem sugira e quem queira fazer deste Congresso, o Congresso da viragem do PCP, o Congresso da «viragem histórica» para passar a ser outro partido como há poucas semanas o semanário «Expresso» titulava embevecido na sua primeira página.

Mas não são os analistas, comentadores ou outros fazedores de opinião na comunicação social que decidirão do PCP, que substituirão o seu colectivo militante. São e serão os comunistas, com o funcionamento e o estilo próprios do Partido, que decidirão das orientações do PCP.

Com um forte envolvimento, o colectivo partidário fará do XVI Congresso, apesar de todas as pressões, intoxicações e manobras de diversão, apesar de todos os obstáculos e contrariedades, um grande acontecimento, um momento de resposta aos problemas da actualidade, uma grande afirmação do Partido, do seu projecto, identidade e natureza, projectando-o para o futuro, para um novo século como Partido Comunista ainda mais forte e mais influente.

Mãos à obra... desde já!

“Cada membro
do Partido deve
assumir também
as suas
responsabilidades”



PALMELA Organizar mais

Reforçar a actividade do Secretariado e a sua ligação a todos os militantes foi uma das decisões da Assembleia da Célula dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Palmela do PCP há dias realizada.

Apesar da participação activa dos comunistas da Câmara nas lutas e acções do sector, a Assembleia considera que a insuficiência da sua organização tem reflexos negativos em muitos aspectos da actividade partidária e apontou para a necessidade de estruturar a célula em núcleos, de forma a responder com mais eficácia às tarefas e lutas a que é chamada, ao aumento do nível político da sua intervenção e da sua contribuição para a boa gestão da CDU e ao recrutamento de novos membros do Partido entre os trabalhadores da Câmara.

CORROIOS Médicos são poucos

Deputados do Grupo Parlamentar do PCP, em deslocação à freguesia de Corroios, reuniram com a directora do Centro de Saúde nas instalações da Extensão da Quinta de S. Nicolau, inauguradas o ano passado.

Dos vários problemas abordados, ressaltou a carência de médicos e enfermeiros - dos 50 mil utentes que o Centro de Corroios no seu conjunto serve, 18 mil continuam sem médicos de família - e a falta de estabilidade contratual de pessoal administrativo. O que leva a que o atendimento geral e permanente desta extensão sejam suportados por horas extraordinárias e acumulação de funções, que se traduz em desgaste, cansaço e risco acrescido para os profissionais de saúde do Centro.

Um outro problema diz respeito à necessidade urgente de obras na sede do Centro de Saúde e de construção de mais extensões na freguesia, nomeadamente em Miratejo.

PORTIMÃO Ondas de mau cheiro

Maus cheiros provenientes da nova estação de tratamento de esgotos estão a invadir Portimão.

A Comissão Concelhia de Portimão do PCP, lembrando os milhões de contos que as obras custaram, atribui as deficiências que apresentam à pressa com que a Câmara as realizou, por razões eleitoralistas. Para corrigir o mal feito, a Câmara é, agora, obrigada a gastar mais alguns milhares de contos. Foi, aliás, o que aconteceu com a cobertura do Auditório Municipal, há anos apresentado pelo PS como «obra feita» e que, por ter sido mal concebida, a Câmara vai obrigar a gastar mais uns milhares de contos, para além dos 500 mil já gastos.

Tratam-se de situações escandalosas que revelam «irresponsabilidade e negligência», diz o PCP exigindo medidas urgentes para resolver o problema dos maus cheiros.

UISEU Melhores transportes

No prosseguimento da campanha pela «Melhoria e reforço dos transportes públicos de Viseu», a organização concelhia do PCP, depois de recolher cerca de meio milhar de assinaturas, solicitou à Administração do Serviço de Transportes Urbanos de Viseu um encontro para conhecer as dificuldades na prestação destes serviços e as possibilidades da sua melhoria. Idêntico pedido foi endereçado à Delegação Distrital de Viseu do Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro.

Das acções já realizadas, o PCP regista uma significativa adesão a esta campanha e, entre os alertas que faz, destaca a necessidade de criação de um passe social especial para idosos, à semelhança do que se verifica em outras cidades.

MADEIRA A mulher na resistência

No âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher, a CDU/Madeira promoveu uma iniciativa, com a presença de cerca de 50 pessoas, sobre «A mulher e a luta na clandestinidade».

No encontro, participou Sofia Ferreira, destacada militante do PCP e resistente ao fascismo, que conheceu na carne as dificuldades da sobrevivência, a clandestinidade e as prisões fascistas. Foi recordado o papel inestimável das mulheres na resistência, na mobilização da nação contra o fascismo e, muito especialmente, no trabalho do Partido que, na época, se desenrolava com grandes dificuldades.

Na sua intervenção, Sofia Ferreira lembrou os anos de tortura e cárcere e a falta de reconhecimento dos direitos das mulheres, que as discriminava e tornava elementos de 2.ª categoria.

Henrique de Sousa valorizou o papel dos imigrantes no desenvolvimento das sociedades

Cidadãos de plenos direitos

Henrique de Sousa, do Secretariado do PCP, deslocou-se ao Brasil para reuniões de trabalho com os comunistas portugueses emigrantes naquele país e contactos com as comunidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Na sua deslocação, o dirigente comunista teve encontros com representantes do Movimento dos Sem Terra e de partidos da esquerda brasileira com quem o PCP mantém contactos de amizade e trabalho: PT, PC do B e PCB.

Esta deslocação possibilitou ainda um encontro com conselheiros do Conselho das Comunidades Portuguesas, visitas a Associações e outras organizações ligadas às nossas comunidades e terminou, na quinta-feira passada, com uma conferência, realizada no Centro Cultural 25 de Abril, de São Paulo, sobre «Portugal - Emigração e Imigração».

Aqui, o dirigente comunista, valorizando a importância das migrações para o desenvolvimento das sociedades humanas, considerou os imigrantes como «cidadãos de corpo

inteiro e com plenos direitos» e cujo papel é «insubstituível» no desenvolvimento dos países onde vivem e trabalham.

A este respeito, lembrou um recente estudo das Nações Unidas que, contrariando as teses racistas e xenófobas que apresentam o imigrante como «um perigo e um concorrente»,

demonstra que só com a admissão de 159 milhões de imigrantes a União Europeia poderá evitar o envelhecimento drástico da população e a redução da sua população activa. Até essa data, Portugal poderá perder 1 milhão e 700 mil habitantes «se mantiver uma política de portas fechadas à imigração e continuar com as actuais baixas taxas de fecundidade».

Inverter orientações

Analisando, depois, a política do Governo português para as Comunidades Portuguesas no Mundo e para a Imigração, Henrique de Sousa considerou-a «marcada pela demagogia e por um grande investimento em relações públicas» mas, tam-

Para não envelhecer, a UE necessita de 159 milhões de imigrantes

bém, «pela pouca eficácia e pela falta de coerência entre palavras e actos». Uma orientação fechada e de subserviência à política da União Europeia que, desde logo, contraria a efectiva dimensão de Portugal «como um país de emigrantes e de imigrantes». Aliás, o Governo deveria aproveitar a presidência portuguesa da União Europeia neste semestre para modificar esta orientação negativa da União Europeia quanto às migrações, o que não está a fazer.

Henrique de Sousa, explicitando a política do PCP, anun-

ciou a próxima apresentação pelo PCP de um projecto de lei para facilitar o recrutamento eleitoral dos emigrantes portugueses e reclamou a melhoria dos Serviços Consulares no Brasil e um programa «transparente e responsável» de apoio aos idosos carenciados, desafiando o Governo Português a reforçar o apoio orçamental e viabilizar uma reunião mundial do Conselho das Comunidades.

Concretamente no que respeita às medidas de apoio do Estado português a emigrantes idosos em situações de carência, o dirigente comunista criticou o modo «pouco responsável» como o Governo anunciou este programa antes das eleições parlamentares, que levou a um levantamento apressado e «incompleto» dos cidadãos carenciados e informou que o PCP está a estudar uma proposta que garanta o Fundo de Apoio mais elevado a estas situações, administrado com a participação de representantes das Comunidades.

Mulheres do Porto

Tarefas a mais salários a menos

No âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher e integrado na Campanha Nacional do PCP «Tolerância zero às discriminações e às desigualdades das mulheres», Ilda Figueiredo, deputada comunista no Parlamento Europeu, realizou na passada sexta-feira, no Porto, um conjunto de iniciativas, entre as quais uma reunião com a Direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria, sector maioritariamente feminino.

Aí foi denunciada a crescente precarização dos empregos, incluindo o trabalho ilegal e clandestino, sem direitos, sem segurança social, sem qualquer protecção em caso de doença e desemprego. Igualmente referido foi o facto de, na restauração dos novos grandes centros comerciais da Área Metropolitana do Porto, a quase totalidade das jovens empregadas

terem um trabalho precário e serem sujeitas a pressões e chantagens que põem em causa os seus direitos, alargando a sua jornada de trabalho para 50 ou 60 horas semanais e reduzindo o direito às folgas. Face ainda à denúncia sobre a inoperância da Inspeção Geral de Trabalho - das 758 irregularidades denunciadas durante 1999, cerca de 600 não tiveram resposta -, Ilda Figueiredo desafiou a ministra da Igualdade a intervir para pôr cobro a estas situações.

À hora do almoço, a eurodeputada esteve na Gabor, empresa de calçado da Trofa, onde as trabalhadoras salientaram o cansaço resultante da acumulação do trabalho na empresa com o trabalho de casa e os baixos salários que auferem, insuficientes para o pagamento de todas as despesas, incluindo os elevados preços

pagos a amas, dada a falta de creches e infantários a preços acessíveis.

Nos contactos com as trabalhadoras da empresa têxtil Quintas & Quintas, na Póvoa de

Varzim, surgiram de novo queixas sobre os baixos salários e a falta de tempos livres para as mulheres se poderem dedicar a outras actividades, designadamente sindicais e políticas.

Câmara de Setúbal discrimina

O presidente da Câmara Municipal de Setúbal está «desnorteado» e a tentar desesperadamente manter o poder, usando da força e da coacção, dizem os trabalhadores comunistas da Câmara, que acusam ainda alguns vereadores do PS e chefias por eles nomeadas de discriminações e perseguições em relação aos delegados sindicais.

O motivo está no facto dos representantes dos trabalhadores exercerem o direito à greve e, na sua qualidade de delegados, questionarem as chefias sobre algumas injustiças, como foi o caso que se verificou com um delegado do STAL, levado a uma Junta Médica/ADSE a Lisboa, como se tivesse «perturbações mentais», só por ter posto em causa as injustas escalas de serviço.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Armando Dias Santos

Faleceu na Baixa da Banheira, no passado dia 11 de Março, o camarada Armando Dias Santos. Emigrante em França, aderiu ao Partido em 1978. Militava na organização do PCP na Região Parisiense. Era pai de João Armando, membro do Comité Central e da Direcção da Organização na Emigração do PCP.

Lúis Ferreira Vilaça

Faleceu em Lisboa, no dia 6 de Março, com 83 anos de idade, o camarada Luís Ferreira Vilaça. Operário da Carris, reformado, ingressou no Partido em 1974 e demonstrou sempre um notável espírito de solidariedade e uma grande dedicação ao Partido. Pessoa de grande prestígio na freguesia, foi o grande impulsor da abertura do Centro de Trabalho da Ajuda, tendo ainda sido membro da Comissão de Moradores, da Comissão de Reformados. Pertenceu, durante anos, ao executivo da Junta de Freguesia da Ajuda.

Manuel Américo Peres

Com 80 anos de idade, faleceu, no passado dia 1 de Março, o camarada Manuel Américo Peres. Natural de Évora, onde era comerciante, destacou-se pelo seu papel de dinamizador asso-

ciativo e homem de teatro, actividade cultural a que, desde jovem, esteve sempre ligado e que sempre associou a um grande empenhamento político, como militante do PCP desde antes do 25 de Abril. Autor e encenador de várias peças de teatro, foi o principal impulsor dos Festivais de Teatro de Amadores que se constituíram como alternativa aos festivais organizados pelo regime fascista através do SNI. A sua peça «O Grito na Charneca», de cunho regionalista e denunciadora da exploração e miséria que se abatiam sobre os trabalhadores alentejanos, obteve, nos anos 60, assinalável êxito nacional. Participou em várias campanhas da oposição democrática e pagou a sua ousadia política e cultural com a prisão. Os Festivais de Teatro de Amadores, que fundou em 1965, continuam a marcar o calendário cultural da cidade.

Manuel Rosa dos Santos

Com 66 anos de idade, faleceu, no dia 5 de Março, o camarada Manuel Rosa dos Santos (Simão), reformado vidreiro. Era natural e residente na Marinha Grande, onde se encontrava organizado.

★
Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



A desvalorização do trabalho da mulher nas empresas ilustra a discriminação de que o sexo feminino é alvo

Almeida debate Dia da Mulher

Direitos continuam ameaçados

O 8 de Março foi o tema de um debate que juntou mulheres e homens em Almeida, na Guarda, na semana passada. A iniciativa foi da JCP.

O colectivo do concelho de Almeida da Organização Regional da Guarda da JCP celebrou o Dia Mundial da Mulher na passada sexta-feira com um debate no antigo centro de saúde, com a participação de Júlia Sobral, da Comissão Concelhia do PCP da Guarda e do Conselho Nacional do Movimento Democrático de Mulheres. A importância das mulheres na luta antifascista em Portu-

gal foi um dos primeiros temas focados. No entanto e apesar das conquistas de Abril, actualmente a ofensiva contra os direitos da mulher é grande. O capitalismo tem-se esforçado por manter vivos (embora sob outras formas) a maior parte dos preconceitos, comportamentos e ideias sobre a inferioridade do sexo feminino. Um exemplo claro disso é a desvalorização do trabalho da mulher nas

empresas, que surge tanto sobre os salários como sobre as questões sociais, prejudicando no conjunto os trabalhadores dos dois sexos. No final do debate que contou com uma plateia participativa, ficou a ideia de que não basta que haja evolução económica e técnica para que surjam relações humanas diferentes. É preciso alterar os comportamentos entre os seres humanos e criar novos valores e novas referências culturais, pois, tal como Marx afirmava, «a liberdade de cada um é a condição da liberdade de todos».

Em risco

Escolas primárias de Vila Real

Mais de metade das escolas primárias do distrito de Vila Real poderão fechar no próximo ano lectivo, por estarem a funcionar com menos de 10 alunos. De acordo com o Centro da Área Educativa, citado pela Lusa, das 600 escolas existentes no distrito, 337 estão a funcionar com um número insuficiente de alunos, ou seja,

«estão em condições, por força da lei, de fechar», refere Miguel Costa Pinto, coordenador do centro.

Miguel Pinto adianta que dificilmente se vai concretizar o encerramento imediato das escolas, pois o processo tem de ser aprovado pelas câmaras municipais. Estas ficam com a responsabilidade de providenciar transportes e

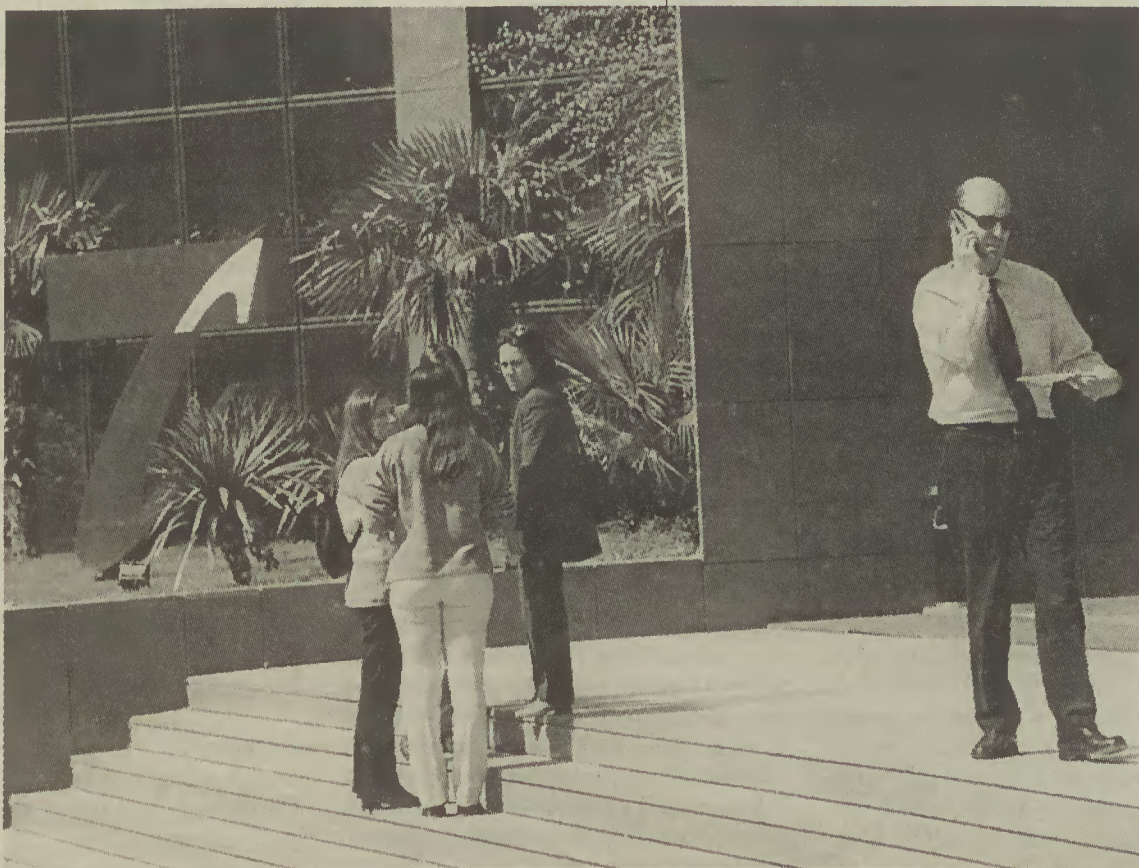
refeições para as crianças deslocadas.

«Na maior parte dos casos, as autarquias não concordam com o encerramento das escolas, alegando falta de verbas, e como tal o Ministério da Educação não procede ao seu fecho de imediato», explica. O processo já está em fase de análise pelas câmaras e terá de estar concluído até Maio.

Escola de Palmela precisa de obras

A JCP de Palmela denunciou recentemente os problemas da escola secundária local, fruto da falta de investimento por parte do Governo e do facto de ser provisória há 26 anos. Entre outras insuficiências, destaca-se a falta de condições nas salas de aula, a insegurança, a inexistência de um pavilhão gimnodesportivo, a degradação das portas e janelas e a falta de aquecimento.

Entretanto, o núcleo da JCP de Palmela organizou a pintura colectiva de um mural assinalando o Dia Internacional da Mulher.



A rua foi considerada pela administração da Telecel como o melhor local para os operadores passarem os intervalos

Os intervalos na Telecel e a rua do “paraíso”

• Maria do Mar

Recebemos recentemente uma carta de uma leitora que nos relata as condições de trabalho dos jovens nas empresas de telecomunicações, neste caso a Telecel. Os intervalos dos operadores são cumpridos na rua, depois de terem sido empurrados do local antes concedido pela empresa, o vão de escadas. Um testemunho da situação vivida por centenas de pessoas.

Trabalho na Telecel há já algum tempo e devo dizer-vos que a palavra «Qualidade», que a dita empresa tanto põe em estandarte, faz muito pouco sentido num local onde a maioria dos assistentes vivencia uma quantidade relevante de descontentamento.

Como se pode dar aquilo que não se tem? Como pretende a Telecel deliciar os clientes quando os assistentes que dão a voz têm um grande amargo de boca?

A parte dos salários, dos contratos de trabalho, do ping-pong das empresas de outsourcing... quero aqui denunciar a vergonha que são os nossos intervalos.

A história dos intervalos na Telecel tem diferentes capítulos. Como é sabido, os turnos de 4h têm um intervalo de dez minutos enquanto que os turnos de 6 horas têm dois. No início era o fumo – fumava-se em atendimento, os intervalos faziam-se sem sair do local... na falta de salas destinadas a esse fim, ali se fumava, comia e resolviam-se situações pendentes de trabalho.

Até que um dia, recebemos via E-mail o anúncio. A era do fumo tinha chegado ao fim, a direcção da empresa acabou com o nevoeiro, mas decidiu presentear os assistentes com um «aprazível local de lazer»: o vão das escadas.

Passámos então a ir para as escadas, deram-nos um cinzeiro gigante e luzes em modo intermitente ao fim-de-semana, ao jeito de discoteca para poupar os gastos. Imagine-se o que é um vão de escadas a ser frequentado por cerca de cem pessoas

por dia. Rapidamente, como era previsível, o local transformou-se num monte de lixo. O condomínio das famosas Torres de Lisboa recusou-se às limpezas e a Telecel entrou no braço de ferro durante oito longos dias – entre o braço de ferro e o lixo ficaram os assistentes.

Um convite

Ao nono dia fomos acusados, via E-mail, de termos delapidado o património e que não havíamos sabido aproveitar o local (esquecendo-se os ditos senhores que o constroem às nossas custas). Expulsos das escadas do «paraíso», fomos atirados para as portas das Torres de Lisboa.

Dez minutos para chamar o elevador, ir até ao piso zero... sair da torre, se vem chuva a gente molha-se, se vem vento a gente verga-se, acende-se um cigarro. Muitos são aqueles que munidos do seu *tupperware* depenicam a fresca salada de frutas... outros que desembulham sandes caseiras trazidas em papel de prata. Acabou... são quase horas, começamos a correr com a comida no esófago e fumo a sair pelas narinas... Temos vergonha, mas é uma vergonha que não é nossa, mas sim da Telecel porque não quer ceder algumas salas para serem salas de intervalos.

É verdade, temos de facto uma cozinha em cada piso, mas os Srs. Grandes da Telecel esquecem-se que a cozinha tem apenas 5m² o que é muito pouco para tanta gente... e dez minutos não convencem a suportar o aperto para engolir meia carcaça num sítio onde não se pode fumar. Gostava muito de convidar os Srs. e as Sras Grandes da Telecel para partilharem connosco o seu cigarrinho ou, quem sabe, possamos comparar as cores dos nossos *tupperwares*.

Às vezes é fazendo coisas simples que se consegue atingir grandes patamares – dar boas condições de intervalo aos trabalhadores é meio caminho andado para estes fazerem melhor o seu trabalho. Temos direito a um intervalo digno, mas há quem não o veja. Peço-vos que publiquem esta situação para que aqueles que não passam junto das Torres de Lisboa e não nos vêem possam também saber da nossa história.

Universidade Nova em greve

Os alunos da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, no Monte da Caparica, fizeram greve na terça-feira como forma de protesto contra a política educativa do Governo. A falta de apoio aos alunos deslocados e o pouco número de residências foram as questões mais criticadas.



«Mais salário, melhor emprego» no Algarve

No âmbito da campanha da JCP por «mais salário, melhor emprego», a deputada Margarida Botelho visitou a região algarvia na segunda-feira, onde contactou com jovens trabalhadores e se reuniu com o reitor da Universidade do Algarve e com representantes da União dos Sindicatos do Algarve. O objectivo desta iniciativa é avaliar os problemas laborais e as saídas profissionais dos cursos universitários. A JCP/Algarve distribuiu ainda um documento em empresas onde trabalham predominantemente jovens.

Associativismo juvenil defraudado

A Comissão Política da JCP acusa o Governo de continuar a beneficiar a actividade do Instituto Português da Juventude em detrimento do apoio directo ao associativismo juvenil. O grupo parlamentar do PCP propôs uma verba de 310 mil contos para o orçamento da Secretaria de Estado da Juventude com o objectivo de reforçar o apoio ao associativismo. No entanto, a proposta foi chumbada com os votos do PS. Para a JCP, esta votação insere-se na política autista que o Governo tem vindo a seguir, contrariando os seus compromissos eleitorais e defraudando os anseios dos jovens.

Estudantes do ensino básico e secundário foram mais uma vez esquecidos pelo Ministério da Educação

Revisão curricular contestada

A uma semana do Dia do Estudante, procurámos analisar o ensino básico e secundário no nosso país, apontar os problemas e conhecer as propostas da JCP.

Quais são os principais problemas do ensino básico e secundário? As respostas possíveis são muitas, quase todas relacionadas com a degradação das instalações e

as condições materiais e humanas das escolas: a falta de pavilhões gimno-desportivos, de salas de aulas, de refeitórios, de bibliotecas, de material para aulas técnicas.

Mas a grande preocupação é, sem dúvida, a anunciada revisão curricular do



Mário Rui Peixoto

ensino secundário, que no ano lectivo 2000/2001 se iniciará nas turmas do 10.º ano. Esta revisão foi decidida pelo Ministério da Educação, sem proceder a quaisquer consultas, nem sequer ao Conselho Superior de Educação.

Criticada pela JCP, a revisão prevê a criação do 13.º ano e a existência de 7 cursos gerais e 14 cursos tecnológicos, pelos quais os alunos terão de optar quando acabarem o 9.º ano.

Ana Pato, tem 16 anos e frequenta o 11.º ano na Escola Secundária do Pragal, Almada, onde é presidente da Associação de Estudantes. É a primeira a apontar o dedo ao ministro Oliveira Martins.

«É escandaloso que uma

proposta deste género não tenha sido discutida nem com os alunos nem com os professores. Como pode ser ajustada à realidade se as pessoas que conhecem as

questões do ensino não foram tidas em consideração?», questiona.

90 minutos de aula

Mário Rui Peixoto, tem 19 anos e é aluno do 12.º ano no Liceu Camões, em Lisboa. Responsável da JCP pelo ensino secundário, afirma que o Ministério da Educação não se esqueceu dos estudantes de forma inocente e sustenta que há uma lógica inerente a este sistema: uns servem para continuar a estudar e outros para ir trabalhar.

E se até agora era difícil escolher uma área de estudos, a partir do próximo ano lectivo será ainda pior, quer pelo número de cursos, quer pela sua especificidade.

Ana Pato diz que aulas de 90 minutos é um quadro «perfeitamente irrealista». «É impossível um aluno estar concentrado uma hora e meia. Só vai contribuir para o insucesso escolar e para a indisciplina.»

Para Peixoto, o novo 13.º ano limita-se a ser «mais uma moedinha no carrossel do acesso ao superior ou da entrada no mercado de trabalho».

Ensino superior?

O actual acesso ao ensino superior, assente no *numerus clausus* e num número fixo de vagas para cada curso, é fortemente contestado pela JCP. Primeiro de tudo, porque não tem em conta as necessida-



O desajustamento dos programas escolares à realidade e a inexistência, de facto, de um sistema de avaliação contínua são outras críticas



Ana Pato

des do país como se prova pela falta de médicos e de professores em determinadas áreas.

O incentivo às universidades privadas mostra a que ponto vai a desresponsabilização do Estado pela educação. E muitas vezes, o superior é visto como um adiamento do problema da entrada no mercado de trabalho. «As pessoas sabem que o emprego que arranjam quando saírem do secundário será provavelmente precário. Mas a verdade é que é possível que quem acaba o superior não exerça a profissão para a qual estudou», diz Ana.

A JCP defende a revogação do regime actual, através de um processo de eliminação

Dia do Estudante

O Dia do Estudante comemora-se a 24 de Março e prevêem-se iniciativas de contestação à política educativa em todo o país, nomeadamente em Coimbra, Porto, Aveiro, Covilhã, Cacém, Guarda e Almada.

«Este ano foram dados passos muito significativos, em especial devido ao crescente mal estar que se vive», adianta Peixoto. «Se os estudantes querem resolver os problemas, têm de ter consciência que isso não vai acontecer de mão beijada. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o fim da PGA.»

gradual de *numerus clausus*, articulado com provas sem carácter eliminatório que direccionem os candidatos para cada curso.

Peixoto sublinha que é fundamental harmonizar as

necessidades do país e as opções dos candidatos, o que «só será conseguido com a implementação de uma avaliação realmente contínua, não facilitista e não permissiva».

Descascar batatas como castigo

A indisciplina dos alunos e a forma de a reprimir são duas das principais preocupações da sociedade. Mas nem todos sabem que a lei prevê que, quando um estudante se «porta mal», pode ter como castigo fazer trabalho comunitário na escola, o que significa, por exemplo, limpar as salas de aula.

A verdade é que quando se aplica uma medida de repreensão não são tidas em consideração as condições sociais do aluno, que muitas vezes são as principais causadoras da indisciplina.

«São medidas repressivas e completamente desadequadas, que em nada contribuem para que o aluno compreenda porque é que aquilo que fez está errado. Quando se prevê a expulsão do aluno da turma ou da escola não se está a ajudá-lo a integrar-se. É exactamente o contrário. Só se vai agravar o problema», defende Ana Pato.

«No fundo, está-se a virar as costas à verdadeira questão. O que está a acontecer é que se estão a formar escolas de «meninos maus» e de «meninos bons». E os alunos mais indisciplinados certamente têm problemas que não podem ser descontextualizados dos problemas da escola e da família», diz Mário Rui Peixoto.

Peixoto refere como exemplo um caso que conhece: um aluno do 9.º ano que se ri muito nas aulas e desestabiliza a turma e que foi para a cozinha durante uma semana ajudar a preparar as refeições, a descascar batatas.

«Isto é totalmente despropositado», sustenta. «Porque não é pedagógico e porque nem todas as tarefas que se fazem na comunidade educativa devem ser feitas por estudantes. Imaginemos um aluno a varrer as salas durante um mês. Mas não existe um funcionário com essas funções? Existe. Está-se a castigar um aluno com o trabalho que compete a outra pessoa. Leva a uma exclusão social extrema e não resolve nada», afirma.

Educação sexual para quando?

Aprovada pela Assembleia da República no ano passado por proposta do PCP, a lei que prevê a educação sexual nas escolas aguarda regulamentação. Os currículos têm de ser adaptados, os gabinetes de apoio têm de ser criados e as máquinas de preservativos têm de ser colocadas. Mas, até lá, vários problemas se colocam.

O primeiro é que para que exista uma abordagem interdisciplinar do tema é preciso a formação de professores e a revisão dos programas. Por outro lado, a lei diz que, nas escolas secundárias, as máquinas de preservativos só serão colocadas depois das associações de pais e de estudantes serem ouvidas pelo conselho executivo.

Para Ana Pato, «isto é muito hipócrita.

Vamos estar com falsos moralismos? São os nossos pais que vão decidir se temos uma vida sexual activa? A questão é tê-la - se a quisermos ter - com segurança ou não.»

Como sublinha Mário Rui Peixoto, a aprovação desta lei, mais detalhada e mais contextualizada, foi uma grande vitória. No entanto, e apesar de uma grande pressão por parte dos estudantes, não existe interesse político por parte do Governo em seguir em frente. Prova disso é o Orçamento de Estado não prevê verbas para financiar a colocação das máquinas.

Outro aspecto preocupante é que a lei não indica quem é o responsável pela educação sexual, é a escola no seu conjunto. Ou têm todos iniciativa ou não tem ninguém. E assim tudo pode ficar na mesma.



Os problemas do distrito têm causas e responsáveis (foto de arquivo)

Mais 30 mil sindicalizados Congresso em força

Em tempo de grandes adversidades e de políticas que dão ainda mais poder ao capital, os trabalhadores do distrito de Setúbal resistem e o movimento sindical até está a crescer.

Ao apresentar o relatório de actividades desde 1997, em nome da direcção cessante da União dos Sindicatos de Setúbal, Rui Paixão sublinhou que «há mais dois mil trabalhadores sindicalizados, apesar do encerramento de muitas empresas, de

O contexto favorável não beneficiou os trabalhadores

centenas e centenas de despedimentos e de muitas reformas antecipadas». Esta linha deverá prosseguir no futuro, de acordo com o Programa de Acção – também apresentado na intervenção de abertura do coordenador da USS, perante os cerca de 250 delegados ao 6.º Congresso da USS/CGTP, que decorreu sexta-feira, no Fórum Municipal do Seixal. O documento-guia da actividade da União nos próximos quatro anos aponta como objectivo, para reforçar o movimento sindical, a inscrição de mais 30 mil trabalha-

dores até à realização do próximo congresso. Da mesma forma foi reafirmado o esforço de rejuvenescimento da própria Direcção, que inclui mais mulheres e mais jovens.

De acordo com as alterações estatutárias aprovadas no congresso, a Direcção da USS passou de 50 para 57 membros e, tal com tem vindo a suceder nas estruturas do movimento sindical unitário, o intervalo entre congressos aumentou de três para quatro anos.

Qualidade

Comentando o facto de a taxa oficial de desemprego no distrito ter descido para 11,14 por cento (36 mil desempregados), os sindicatos de Setúbal notam que se trata de uma redução conseguida à custa do trabalho pre-

cário e dos contratos a prazo. E apontam dados estatísticos oficiais, de Dezembro do ano passado, mostrando que o falso trabalho independente, em termos nacionais, registou um aumento de 17 por cento, muito à frente do trabalho sazonal e dos contratos a prazo.

Números divulgados mais recentemente pela USS revelam um aumento de 12,3 pontos percentuais nos contratos a termo e de, apenas, 1,7 por cento nos contratos permanentes.

Foram ainda referidos os elevados índices de desempregados de longa duração (44,4 por cento), de desempregados com mais de 55 anos (19,3 por cento) e de mulheres no desemprego (60 por cento), bem como a cada vez mais difícil e mais precária inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Esta caracterização da situação laboral e social levou o coordenador da USS a apontar as principais responsabilidades à política levada a cabo naquele período e que, nas suas linhas mais graves para os trabalhadores, se mantém. «Apesar do mandato do Governo ter decorrido num contexto económico favorável, não foi aproveitado para melhorar as condições de vida e de trabalho da generalidade dos trabalhadores portugueses», disse Rui Paixão, citado pela Lusa. «Aumentaram as injustiças, alargou-se o fosso entre ricos e pobres, prosseguiu a política de baixos salários, diminuiu a parte do trabalho no rendimento nacional», acrescentou.

Criticando as injustiças que também se verificam no pagamento de impostos e a carga fiscal que continua a pesar sobre os rendimentos do trabalho, Rui Paixão apelou a que «haja vontade política para acabar com o escândalo da média de 68 contos pagos de imposto pelos profissionais liberais, dos 108 contos pagos pelos independentes e dos 33 contos pagos pelos empresários em nome individual, enquanto a média paga pelos assalariados é de 200 contos», enquanto «90 por cento das empresas só geram quatro por cento da receita global do IRC».

Concertação derrotada

● Américo Nunes

No dia 4 de Janeiro, o primeiro-ministro foi à Comissão Permanente da Concertação Social afirmar que «o Governo considera a concertação uma das formas mais relevantes do funcionamento da democracia». De seguida, valorizou a experiência anterior e, de imediato, enterrou-a, apontando para uma nova fase da concertação em Portugal!

A verdade é que o processo de concertação do 1.º Governo do Eng. Guterres foi completamente derrotado pela CGTP-IN e pela luta dos trabalhadores.

O erro da suite 728

Ao insistir em cumprir os compromissos políticos congeminados com os srs. Ferraz da Costa e Manuel Monteiro, na suite 728 do Hotel Tivoli, através de

As discussões hoje ali desenvolvidas sobre matérias económicas e sociais têm muito menos importância do que no passado, tendo perdido, por isso, a sua relevância mediática.»

Mas a concertação foi derrotada e está desacreditada porque a CGTP-IN, a par da luta, levou a cabo uma acção constante de denúncia pública.

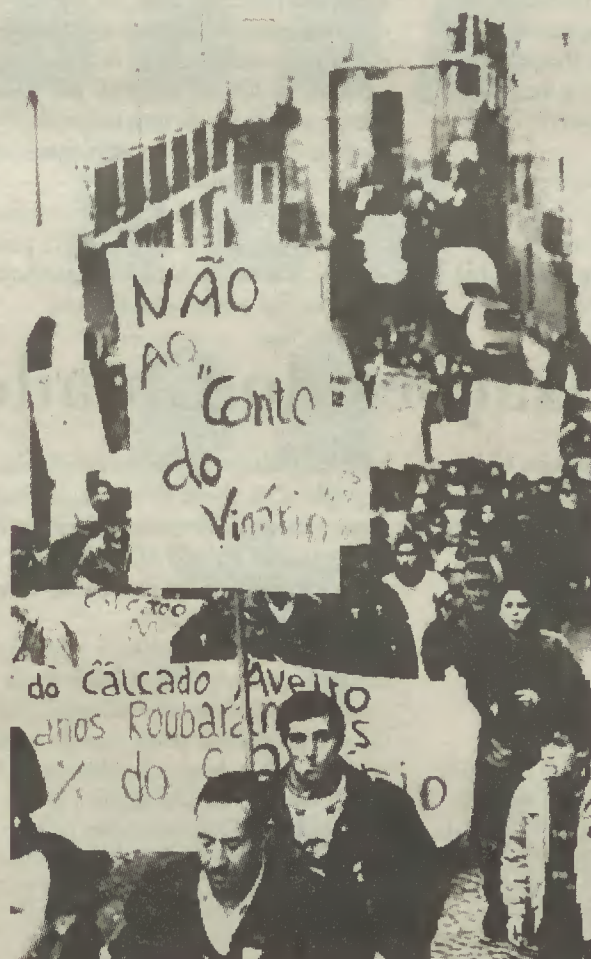
Nova fase?

A CGTP respondeu ao desafio do Governo de forma responsável, com propostas para que a natureza e forma corporativas da Concertação Social fossem eliminadas e pudesse haver consensos efectivos em determinadas matérias, entrando-se de facto numa nova fase.

Mas, o que acontece após o discurso do Primeiro-Ministro? O Governo man-

tém-se silencioso quanto à exigência de revogação dos abstrusos conselhos económicos sociais regionais, publicados de surpresa, em véspera de eleições, sem qualquer consulta prévia aos «parceiros sociais» e cuja composição e objectivos, a coberto de uma pretensa descentralização do Estado, vêm acentuar, a nível regional, a desacreditada natureza corporativa e governamentalizadora do CES.

O ministro do Trabalho vem falar oficialmente na necessidade de revisão das leis de trabalho e dá à luz o documento «O Governo e o diálogo social em matéria laboral», onde defende as velhas receitas do passado, incluindo algumas propostas que são a simples repescagem do que



acordos rubricados apenas por si, as confederação patronais e a UGT, o Eng. Guterres assinou a sentença de morte numa concertação unilateral, destinada a impor políticas adversas aos trabalhadores.

Tais políticas tiveram a merecida resposta na luta dos trabalhadores, contra a eliminação das pausas, a flexibilidade e polivalência, a tentativa de subversão do conceito de tempo normal de trabalho através de mecanismos legais subreptícios. Tal subversão não passou na prática e, hoje, as 40 horas semanais são uma realidade para a maioria dos trabalhadores.

A mesma resposta teve o pacote laboral, através de acções diversas que culminaram na grande manifestação de 25 de Março, em S. Bento, a partir da qual três das suas peças mais gravosas foram metidas na gaveta: as leis das férias, do conceito de remuneração e do alargamento dos contratos a prazo.

Não admira, pois, que – além do Governo, que admite implicitamente o falhanço – o Eng. Ferraz da Costa venha interrogar-se publicamente sobre a utilidade de tais acordos, se depois, no plano da sua aplicação prática, quem está no terreno é a CGTP-IN, a combatê-los. O patrão da CIP também afirma: «a concertação social está em crise profunda.

não passou no desacreditado Acordo Estratégico. É um blá-blá pós-modernista da velha negação da luta de classes, quiçá, produzido por algum marxista arrependido e complexado ou, pior ainda, talvez mesmo convencido de que trabalhadores e patrões, ricos e pobres têm todos os mesmos interesses!

Em resposta às propostas da CGTP-IN, ressoam apelos à «moderação salarial», objectivos «modernizadores» da legislação laboral, de modo a tornar mais competitivas as empresas e mais flexível o mercado de trabalho. Isto é: competitividade à custa de baixos salários e menos direitos. Estamos entendidos.

Os trabalhadores conhecem bem o significado desta «conversa da treta». E sabem muito bem que mudanças fundamentais, no sentido do progresso social e da melhoria de condições de vida e de trabalho, só com o esforço e a luta de quem trabalha serão conseguidas.

Por isso, a CGTP-IN, não rejeitando – antes valorizando – a negociação com conteúdos concretos, está ciente de que só a luta de resistência à ofensiva neoliberalizante e a iniciativa e a luta em torno de reivindicações concretas abrirão novos caminhos e criarão alternativas realmente progressistas para a sociedade.

Radiações fatais

O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas atribuiu a morte de quatro trabalhadores, bem como a ocorrência de dezenas de abortos espontâneos e nascimentos precoces, a um problema de «radiações» na fábrica da Visteon (ex-Ford Electrónica) de Palmela. A acusação foi feita por Helena Severino, durante o congresso da USS.

Na mesma fábrica assume graves proporções, também denunciadas pelo SIESI/CGTP, o problema das tendinites, que já afecta mais de 600 trabalhadores, entre os quais a própria Helena Severino.

Para o sindicato, o Governo e a Inspeção de Trabalho têm tido um comportamento de manifesto desinteresse: o Ministério da Saúde remete a responsabilidade pelo estudo dos factores que provocam as tendinites para a Inspeção de Trabalho, que por sua vez diz tratar-se de um problema do Ministério do Laboratório e Avaliação de Riscos do Centro Nacional de Protecção Contra Riscos Profissionais. «Todos em conjunto, dizem não ter meios para actuar e para impor à administração da Ford Electrónica medidas que contenham o desenvolvimento da doença e apoiem a recuperação da saúde dos que já a contraíram», notou Helena Severino.

Esta trabalhadora e sindicalista considerou, citada pela Agência Lusa, que os problemas da Ford Electrónica têm origem na «brutalidade» dos ritmos de trabalho, na desadaptação ergonómica dos equipamentos e na prestação do trabalho num ambiente altamente poluído, carregado de diferentes tipos de radiações.



Repressão em Sintra

A CGTP-IN escreveu ao ministro da Administração Interna, denunciando as ilegalidades sucessivas cometidas na CM de Sintra, durante a greve dos trabalhadores da recolha do lixo. A paralisação, contra a entrega do serviço a uma empresa privada, em mais duas freguesias, teve a duração de sete dias e, de acordo com a informação do STAL, teve adesão total no departamento de resíduos sólidos. No dia 8 de Março, a greve de solidariedade dos restantes trabalhadores da CMS contou com uma adesão de 70 por cento, informou o sindicato. Confrontos com as forças policiais tiveram lugar quando responsáveis da GNR (e também da PSP) tentaram dar cobertura à recolha do lixo, acumulado em consequência da paralisação, por uma empresa privada,

ilegalidade a que os trabalhadores e os piquetes de greve se opuseram (foto). O sindicato responsabiliza a Câmara e Edite Estrela pelas consequências da greve, lembrando que o conflito pode ser resolvido com base na proposta apresentada pelo STAL e pelos trabalhadores: em vez da entrega de serviços a privados, devia ser aberto concurso para admissão de mais pessoal. Com isto, e com o aluguer de mais cinco viaturas, a CMS gastaria **165 mil contos**; com a contratação de uma empresa privada, afirma o STAL, os custos municipais sobem aos **360 mil contos**. Em plenário realizado dia 9, foi decidido, por unanimidade, convocar nova greve para o período de 2 a 8 de Maio, caso não haja alteração das posições da Câmara.

Compensações do Chiado

Depois de quase doze anos passados sobre o incêndio do Chiado, os trabalhadores dos estabelecimentos comerciais destruídos vão finalmente receber a compensação por que se bateram, quando se viram privados de emprego e de salários e, até, penalizados nas reformas. Reunidos no dia 4 de Março, na Voz do Operário, centenas de trabalhadores aprovaram uma resolução onde saúdam a publicação do decreto-lei que vem satisfazer a sua reivindicação e atribuir uma verba de um milhão e cem mil contos, a sair do Fundo Especial de Apoio à Reconstrução do Chiado. Até dia 20 de Março, os

trabalhadores (ou herdeiros habilitados) que se julgem no direito de reclamar a sua parte desta compensação extraordinária devem dirigir-se à sede do CESP/CGTP (Rua Almirante Barroso, 3), para preencherem a necessária documentação. De acordo com a resolução, o valor das compensações será determinado tendo em conta um valor-base mensal, igual para todos, a multiplicar pelos anos de trabalho na empresa à data do sinistro (Agosto de 1988). No documento apela-se ainda a que os trabalhadores contribuam com uma compensação para o sindicato, que lhes prestou apoio ao longo destes onze anos.

Prioridade esquecida

«Passadas que foram as eleições, as promessas ficaram na gaveta e as prioridades deixaram de o ser» – esta foi a mensagem que dezenas de trabalhadores da Norponte (mulheres, na sua maioria) vieram deixar no Ministério da Economia, no dia 8 de Março. Os trabalhadores desfilarão pela baixa lisboeta (foto) e integraram-se de tarde na manifestação nacional, organizada pela CGTP (ver pág. 20). Num folheto que distribuíram à população, contam que na fábrica de Alhos Vedros estão 450 trabalhadores em risco de perder o emprego, e que já não recebem salários

desde Junho do ano passado. Por altura da campanha para as legislativas de Outubro, responsáveis do Governo prometeram que, com carácter prioritário, seria dado à empresa o apoio reivindicado, para permitir um equilíbrio financeiro no período de transição após a saída da multinacional Helly Hansen. A esperada e prometida solução não chega, mas já houve uma carga da GNR sobre trabalhadores e populares que, no dia 21 de Janeiro, tentaram impedir pacificamente a saída de máquinas da empresa – refere o comunicado.



Sindicatos denunciam problemas graves nos sectores e nos distritos

Prontos para dia 23

As estruturas sindicais trazem a lume situações escandalosas de violação impune dos direitos dos trabalhadores e de exploração extrema da mão-de-obra assalariada.

No âmbito da preparação da acção nacional de luta, convocada pela CGTP para a próxima quinta-feira, em Lisboa (concentração nos Jerónimos, às 15 horas, seguida de desfile até à antiga FIL, onde decorre o primeiro dia da Cimeira extraordinária da União Europeia), os sindicatos começaram a divulgar os resultados dos levantamentos que efectuaram, apresentando números e factos sobre a situação social e laboral em distritos, sectores e empresas.

lugar e cujos participantes intervieram em iniciativas realizadas em empresas da região, o secretário-geral da Intersindical Nacional referiu o caso de centenas de jovens que, embora ocupem postos de trabalho efectivos, estão a trabalhar na Portugal Telecom com vínculos precários e em regime de subcontratação, a ganhar 500 escudos à hora.

«Assistimos em Portugal a um quadro de vulnerabilidade e subversão da lei que é extremamente preocupante, porque a não efectivação das leis, que se verifica cada vez mais no sector do trabalho, é um dos factores mais descredibilizantes para a democracia portuguesa», afirmou Carvalho da Silva, citado pela Agência Lusa.

Precariedade

A elevada precariedade de emprego – tema de combate da CGTP para dia 23 – mostra bem como se estão a degradar as relações de trabalho em Portugal, em consequência da «política de desproteção dos trabalhadores», disse Carvalho da Silva anteontem, no Porto. No final da reunião da Comissão Executiva da CGTP, que ali teve

Citando números oficiais (mais de 600 mil trabalhadores com vínculo precário, no final de 1999, em tendência crescente, sobretudo no falso trabalho independente), o dirigente da *Inter* protestou contra «situações degradan-

tes de precariedade». Também tem crescido o emprego a tempo parcial, que abrange 175 mil trabalhadores e apresenta uma grande concentração sectorial: os serviços ocupam 80,4 por cento do total do trabalho a tempo parcial, com destaque para o serviço doméstico, educação, comércio, actividades imobiliárias, alojamento e restauração.

Trabalhadores do distrito de Braga dão mais um importante contributo para a acção da CGTP «Contra a precariedade, emprego de qualidade», participando na concentração que a União dos Sindicatos leva a cabo amanhã, em Guimarães. Muitos deles irão também deslocar-se a Lisboa, no dia 23. O mesmo sucederá com trabalhadores de dezena e meia de sindicatos do distrito de Coimbra, que promoveram uma acção pública sexta-feira. No Porto uma acção semelhante teve lugar no dia 8.

Para permitir a participação na «recepção» à Cimeira da UE, em vários sectores foram feitos pré-avisos de greve, como referimos na semana passada. Entre muitos outros, também já anunciaram a sua vinda à capital os trabalhadores das Minas da Panasqueira.

Greve na construção

Após a greve de anteontem, nos sectores da Construção Civil e Obras Públicas e das Madeiras, «várias empresas» manifestaram ao sindicato do Norte e Viseu a intenção de proceder a aumentos salariais entre 5 e 8 contos, e a sua abertura a negociar outras matérias. Mas também houve trabalhadores que foram ameaçados de despedimento.

Na nota divulgada à comunicação social, o sindicato conta ainda que em Vila Real, na «Jorge Sebastião Vaz», todos os operários aderiram à greve e, em represália, o

patrão fechou o local onde os trabalhadores guardavam a roupa e o farnel. Mais de uma centena de operários participaram, também anteontem, num plenário que teve lugar na sede do sindicato, no Porto, onde expressaram a sua determinação de endurecer as formas de luta.

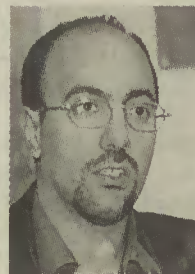
Apontando a boa situação do sector, reconhecida publicamente pelo Governo e as associações patronais, os representantes sindicais reclamam aumentos salariais de 8 contos, subsídio de refeição de 950 escudos, 39 horas de tra-

balho semanais e tolerância de ponto na véspera de Ano Novo.

Apesar dos muito altos níveis de precariedade, o sindicato estima em 60 por cento o índice de adesão à greve. A federação do sector refere uma taxa, a nível nacional, de 50 por cento, destacando empresas e obras de vulto, no Porto e Vila Real e em Lisboa. Os sindicatos reúnem hoje para analisar com mais detalhe esta luta e decidir novas medidas. Está convocada greve para dia 23, para permitir a deslocação à manifestação nacional da CGTP.

Alarme na Tabaqueira

Uma proposta do comissário europeu David Byrne está a causar grande preocupação quanto ao futuro dos trabalhadores da Tabaqueira, alerta o STIAST/CGTP. Mário Rui Lopes, dirigente do sindicato e membro da CT da empresa, disse ao «Avante!» que, se fosse aprovada a directiva impondia a uniformização dos teores de nicotina e de condensado também para o tabaco destinado a exportação, isso significaria a perda desses mercados para fábricas instaladas fora da União Europeia. «Os actuais clientes noutros países iriam alegar que o tabaco da UE não podia satisfazer os seus mercados, e iam comprar noutro lado; as exportações baixavam e tinha que haver encerramentos e despedimentos», prevê Mário Rui Lopes, referindo que a Philip Morris, maior accionista da Tabaqueira e responsável por mais de 50 por cento do



fabrico europeu, realiza fora da UE mais de 40 por cento das vendas aqui originadas.

Além do fabrico de cigarros, a medida proposta pelo comissário afectaria também a sua comercialização e a produção de tabaco, salienta o sindicalista, recordando que a Tabaqueira compra matéria-prima a cerca de 13 mil agricultores portugueses. Ainda mais grave é uma outra proposta do mesmo David Byrne, que pretende proibir o cultivo de tabaco na UE.

O sindicato e a CT, em acção coordenada com a SETA (estrutura sectorial da Confederação Europeia de Sindicatos) e no Comité Europeu de Empresa da Philip Morris, expressaram já o seu protesto junto do comissário. Vão manter os trabalhadores alerta e contactar António Guterres e os grupos parlamentares, na AR e no PE.

Por uma Europa social

A cimeira alternativa

Não há razões para esperar que a Cimeira Extraordinária sobre o Emprego, que decorre nos dias 23 e 24 de Março, em Lisboa, se traduza nalguma mudança significativa nas políticas sociais e económicas.

Esta é a convicção de mais de quatro dezenas de organizações, onde se incluem partidos políticos, designadamente o PCP, sindicatos, comissões de trabalhadores, movimentos sociais e cívicos e associações diversas subscritoras do Manifesto por uma Europa Social que convoca a Cimeira Alternativa. A iniciativa terá lugar no próximo dia 24 de Março, sexta-feira, em Lisboa, junto à FIL onde decorrem os trabalhos da Cimeira sobre o Emprego, organizada no âmbito da Pre-

sidência Portuguesa da União Europeia.

O Manifesto sublinha que «o trabalho com direitos é um valor essencial da civilização» e considera que o processo de globalização tem vindo a agravar «as diversas formas de exclusão». Ao colocar «a liberdade das empresas à frente da liberdade e dos direitos do povos e dos cidadãos, é gerador de desigualdades e desequilíbrios sociais e ecológicos intoleráveis».

O texto, que faz apelo a um «combate quotidiano na

construção de uma sociedade mais justa e solidária», manifesta ainda preocupação pela «desertificação dos campos, o declínio da agricultura, os atentados ao ambiente e o esgotamentos dos recursos», consequências da «desregulação económica, da nova política agrícola comum (PAC) e da extensão das orientações da Organização Mundial do Comércio ao sector agrícola».

No mesmo plano, o Manifesto coloca a luta pela igualdade de oportunidades sem quaisquer discriminações baseadas na nacionalidade, sexo, etnia, religião, orientação sexual ou opiniões políticas; a defesa de condições de vida e de realização profissional para as pessoas com deficiências; a recusa do racismo e da xenofobia; a integração social dos reclusos, nomeadamente no acesso ao trabalho; a valorização social da maternidade e da paternidade e o apoio à criança e à família; o desenvolvimento do ensino como responsabilidade dos poderes públicos; o combate à fraude e evasão fiscal, tributando os movimentos especulativos de capitais, nomeadamente através da adopção da taxa Tobin, o fim dos paraísos fiscais e do sigilo bancário.

União Europeia cresceu 2,2%

A estatística oficial da União Europeia (Eurostat) indica que a Europa continuou a crescer em 1999, apresentando um aumento médio de 2,2 do Produto Interno Bruto (PIB) dos quinze estados-membros.

O Banco Central Europeu prevê para este ano um incremento do PIB superior a três por cento na zona euro, que integra os 11 países que aderiram à moeda única. Ainda segundo a mesma instituição, o valor da inflação deverá manter-se abaixo dos dois por cento, embora alerte para o perigo de os preços aumentarem excessivamente nos próximos 12 meses.

PSE e PPE recusam apoio a José Rainha

Os socialistas e populares do Parlamento Europeu votaram contra o agendamento de uma proposta de resolução que manifestava solidariedade e pedia a liberação de José Rainha, dirigente do Movimento dos Sem Terra do Brasil, que voltará a ser julgado já no próximo dia 3 de Abril.

A resolução apresentada pelos deputados do PCP, Joaquim Miranda e Ilda Figueiredo, em nome do Grupo da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, recorda que José Rainha foi condenado a 26 anos e

balhadores brasileiros que há muito lutam pelo direito à terra.

Violência sem fim

A proposta de resolução da Esquerda Unitária Europeia exigia igualmente o fim imediato dos actos de violência e o julgamento dos responsáveis e executantes de numerosos crimes contra os trabalhadores rurais sem terra e as suas famílias.

Ainda recentemente, em 2 de Fevereiro, pistoleiros contratados assassinaram o trabalhador rural José Elenilson da Silva, na Fazenda São Pedro, no Estado de Alagoas. Semanas depois, em 25 do mesmo mês, a Polícia Militar, usando de violência extrema, invade o acampamento dos sem terra na Fazenda Figueira, no Município de Guariça, no Estado do Paraná. Do ataque resultaram dezenas de feridos, incluindo crianças. Acções semelhantes da polícia verificaram-se ainda nos acampamentos de Santa

Filomena (Guariça/Paraná) e de Eloá (Terra Rica/Paraná).

A severidade da pena aplicada a José Rainha contrasta com a absolvição escandalosa dos responsáveis pelo massacre El Dourado, em que foram assassinados 19 trabalhadores e mutilados outros 69. Esta decisão do tribunal foi vivamente contestada, inclusive pelo presidente do Brasil, Henrique Cardoso, e espera-se que nos próximos meses seja marcado novo julgamento dos 155 réus envolvidos naquele crime horrendo.

Por enquanto, o Parlamento Europeu continuará sem tomar posição neste drama dos sem terra do Brasil.



José Rainha é um símbolo da injustiça que atinge os sem terra do Brasil

seis meses de prisão, acusado de organizar o grupo de camponeses que ocuparam uma fazenda improdutivo no Estado de Espírito Santo, em 1989.

Em Junho desse ano, um inquério judicial conclui pela inexistência de qualquer responsabilidade de José Rainha na ocupação. Na data dos acontecimentos, segundo provas apresentadas pela defesa, Rainha nem sequer estaria no Estado de Espírito Santo.

Mas tal não impediu que, passados oito anos, o dirigente dos Sem Terra fosse julgado e sentenciado, num processo eminentemente político que visou destruir a liderança do Movimento e intimidar e criminalizar os tra-

Pelo emprego de qualidade

● Ilda Figueiredo

Quem participou nas Jornadas de Estudo que o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica realizou, em Lisboa, na semana passada, pode concluir que o desemprego elevado, sobretudo o de longa duração, e a crescente precariedade do emprego, especialmente dos jovens e das mulheres, são características dominantes da situação económico-social da União Europeia (UE), mesmo quando se procuram iludir com estatísticas de fraca credibilidade. É certo que, desde a Cimeira do Luxemburgo, existem as linhas directrices do emprego. Mas, mesmo aí, apesar de algumas aparentes contradições entre os enunciados e a sua concretização, o que acaba por ser dominante é a ideologia neoliberal.

pobreza. É preciso ultrapassar o défice de emprego a partir de um desenvolvimento duradouro e da promoção de um modelo social que proteja e desenvolva as conquistas dos trabalhadores e os direitos sociais, incluindo a diminuição do horário de trabalho sem perda de remuneração e o direito de veto das organizações de trabalhadores nas fusões, concentrações e deslocalizações de empresas sempre que ponham em causa direitos dos trabalhadores. Ora, não é isso que se anuncia para a Cimeira Extraordinária, em Lisboa, nos próximos dias 23 e 24 deste mês. No documento da Presidência Portuguesa, são retomadas ideias, já contidas no respectivo programa, apelando à coordenação de esforços para um novo objectivo estratégico de transformação da UE no espaço

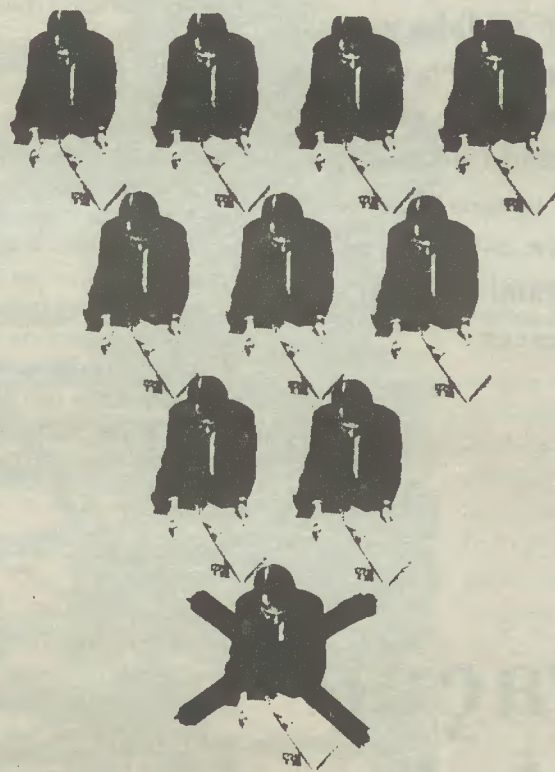
económico mais dinâmico e competitivo, reforçando a ideia de que o futuro das relações internacionais se caracterizará por um acréscimo de agressividade.

Cortina de fumo

A insistência na sociedade da inovação e do conhecimento, com referência acentuada às tecnologias da informação e à necessidade de adaptar as relações e instituições sociais ao novo potencial que essas tecnologias abrem, esquecendo o crescimento do trabalho precário, a subcontratação

desregada e o falso trabalho independente, demonstra que se está a caminhar numa cada vez maior dualização do emprego, com um «centro» com trabalhadores mais qualificados e com uma forte intensificação do trabalho e uma «periferia» constituída por trabalhadores com empregos precários e clandestinos, e por excluídos sociais. Novamente, a prioridade é a política monetária dirigida à estabilidade dos preços, com insistência no cumprimento, por parte das políticas orçamentais nacionais, dos critérios de convergência nominal, pré-definidos de forma estrita, sem ter em conta as especificidades de cada Estado membro e o seu desigual nível de desenvolvimento.

Afinal, a fraseologia da inovação e do conhecimento não passa de uma cortina de fumo para escamotear as reais intenções desta Cimeira: novas tentativas de redução da protecção social com o argumento de que é necessário impedir aumentos de custos, enquanto surgem novas benesses para o capital, sob o pretexto da necessidade do aumento da competitividade face aos EUA. Daí que tenha sido referido, por diversas vezes, que não basta falar de mais emprego. Impõe-se uma mudança de rumo nas políticas europeias para conseguir criar mais empregos de qualidade e com mais direitos para os trabalhadores, como defende o Grupo da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica.



As recentes fusões e concentrações de empresas e grupos económicos internacionais nas áreas financeira, industrial e de serviços, estão a agravar a situação, exercendo maiores pressões sobre os trabalhadores e incentivando à saída precoce do mercado de trabalho, com novas ameaças de despedimentos e mais desemprego, mesmo que sob o pretexto da necessidade do aumento da produtividade e da competitividade com os EUA.

Atacar as causas

Os exemplos dados pelos representantes dos trabalhadores de multinacionais como a ABB, Michelin, Siemens e tantas outras, são elucidativos da estratégia que o capitalismo está a seguir nos diversos países da União Europeia: para obter cada vez maiores lucros, concentram-se, fundem-se, despedem trabalhadores, deslocalizam fábricas para países onde podem continuar a pagar salários mais baixos, exercem pressões e fogem ao cumprimento da legislação laboral.

No entanto, como também foi salientado, neste quadro da liberalização financeira global e da desregulamentação laboral, os lucros não cessam de crescer, pelo que se torna necessário seguir uma via de ruptura com estas políticas liberais, atacando resolutamente as causas do desemprego, da precariedade e da

Emprego e desemprego na Europa do capital

Desde a década de 70 que o desemprego se mantém na Europa num nível elevado, parecendo indiferente aos ciclos de crise ou de crescimento ou à profusão de estratégias, políticas e medidas constantemente enunciadas por governos e instituições comunitárias. Contudo, por detrás desta aparente incapacidade de resolver o maior flagelo social dos nossos dias esconde-se afinal uma opção neoliberal que serve os interesses do grande capital cujos lucros não param de crescer.

Enquanto mais de 50 milhões de pessoas são votadas ao desemprego e à exclusão social, na Europa alastra o emprego precário, a tempo parcial e temporário, e assiste-se ao ataque sistemático a direitos históricos dos trabalhadores, com destaque para a protecção social. Em simultâneo são apresentados como «inovadores» os conceitos de empregabilidade e adaptabilidade, que remetem para a responsabilidade individual a resolução do problema. É como se nos dissessem: «Se não tens trabalho, a culpa é tua. É porque não consegues adaptar-te às necessidades do mercado.»

Contra esta filosofia ultraliberal surge-se o Grupo da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica (GEUE/EVN) do Parlamento Europeu, que realizou na passada semana as jornadas de estudo sobre emprego na Europa. A iniciativa juntou para além dos eurodeputados, entre os quais Joaquim Miranda e Ilda Figueiredo, do PCP, sindicalistas portugueses e de vários países europeus, contando ainda com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido, que interveio na abertura dos trabalhos. Carvalhas observou que não haverá correspondência entre «as boas palavras e a prática» quando se coloca «o lucro à frente do ser humano, quando se concentra riqueza e se acentuam desigualdades, quando o direito é letra morta e a igualdade apenas formal».

A actual situação na «União Europeia rica» foi considerada pelo dirigente comunista «uma vergonha para todos nós, uma vergonha para a Comissão e para o Conselho», notando que «é neste caldo de cultura que medram os racismos, as xenofobias, os populismos e os ascensos da extrema-direita».

Políticas sociais secundarizadas

Segundo os próprios dados oficiais da UE, os últimos quatro anos de retoma económica pouco contribuíram para melhorar a fraca taxa de emprego e diminuir a elevada taxa de desemprego, que atinge praticamente dez por cento da população activa, com especial incidência nas mulheres e jovens.

Assim, no final de 1998, a taxa de emprego média da UE estava 1,5 pontos percentuais abaixo dos níveis registados antes do início da recessão em 1991, e apenas um ponto percentual acima do nível de 1994. O desemprego de muito longa duração (procura de emprego há mais de dois anos e meio) aumentou, entre 1994 e 1998, de 26,5 por cento para 31,5 por cento do total de desempregados.

Também o trabalho a tempo parcial cresceu, representando actualmente 17 por cento de toda a população empregada, afectando em particular as mulheres. Basta referir que durante o ano de 1998, quase 75 por cento dos postos de trabalho criados para as mulheres foram a tempo parcial.

Como as jornadas do GEUE/EVN sublinharam, enquanto a prioridade for a política monetária, as políticas restritivas orçamentais e o cumprimento dos critérios de convergência nominal sem ter em conta as especificidades de cada Estado membro e o seu desigual nível de desenvolvimento — «as políticas sociais e de emprego continuarão em segundo plano».

Uma arma forte

Intervindo no debate, o economista Sérgio Ribeiro, durante muitos anos deputado do PCP no Parlamento Europeu, referiu-se às várias medidas e estratégias que desde meados dos anos 80 são apresentadas supostamente para «criar milhões de postos de trabalho e reduzir o desemprego a metade».

Como referiu, «nada disto é inocente». O capitalismo alimenta-se «na exploração da força de trabalho que emprega e cria a mais-valia». «Se a força de trabalho é encarada como uma mercadoria com um custo — os salários — o desemprego será a quantidade de mercadoria em stock, com os custos inerentes, como são os subsídios de desemprego e outras despesas sociais. Ora os stocks gerem-se e têm aproveitamento.»

Desta forma, sublinhou Sérgio Ribeiro, «enquanto se discutiam estratégias, documentos e planos para combater o desemprego», este crescia e «era utilizado para flexibilizar o mercado, para criar condições mais difíceis para a oferta de força de trabalho e a contratação, para precarizar o vínculo, para desproteger socialmente».

«O desemprego foi usado para atacar as conquistas sociais alcançadas em séculos de dura luta» que se materializaram no chamado «modelo social europeu». «Como arma do capitalismo, o desemprego tem cumprido a sua missão», concluiu o economista.



Trabalhadores devem poder travar fusões que provoquem desemprego

Moratória aos despedimentos

Entre as 14 propostas que a Esquerda Unitária irá apresentar à Cimeira Extraordinária sobre o Emprego em Lisboa, uma refere-se em particular à onda de fusões e concentrações de empresas que nos últimos anos se tem verificado à escala planetária nos mais diversos sectores de actividade.

Os deputados do GEUE/EVN propõem a criação de novos direitos sociais, designadamente o direito de suspensão de fusões, concentrações e reestruturações de empresas que ponham em causa o emprego e outros direitos dos trabalhadores. A proposta avança no imediato com a declaração de uma moratória sobre as decisões já anunciadas e a recusa da supressão de empregos, convidando os Estados membros a melhorar as suas legislações sociais em matéria de despedimentos.

O combate eficaz ao desemprego passa ainda pela adopção de políticas macro-económicas que promovam a dinamização da procura e dos investimentos públicos, dos serviços públicos renovados e visem o pleno emprego. Neste sentido, a Esquerda Unitária propõe que a Cimeira de Lisboa estabeleça como meta para os próximos dez anos um nível de emprego da ordem dos 75 por cento.

A redução do tempo de trabalho, sem diminuição e sem degradação da qualidade de emprego, é outro objectivo expresso pelo Grupo que considera igualmente necessário rever as perspectivas financeiras da União, de forma a que seja possível apoiar decididamente as pequenas e médias empresas, apostar num sistema de ensino renovado e em mais e melhor formação profissional e pôr termo às discriminações de que são vítimas principais as mulheres e os jovens.

«Precariedade cresce em Portugal» Contratos ao gosto do empregador

Em Portugal, as estatísticas oficiais ostentam uma das mais baixas taxas de desemprego na Europa, que ronda os quatro por cento. Porém, os números valem o que valem e nem sempre espelham a realidade. Este foi o sentido da intervenção de Elsa Pedro, membro da Comissão para os Assuntos Económicos do PCP, que acusou o Governo de permitir que as empresas, na ânsia de diminuir os custos, «flexibilizem o mais possível o tipo de contrato, os períodos de trabalho ou ainda a própria prestação do trabalhador».

Hoje, salientou Elsa Pedro, «encontramos contratos de todo o tipo, gosto e variedade, conforme a imaginação do empregador. Encontramos contratos ao metro, à peça, à hora, ao dia, à semana, ao mês. De comum têm o facto de se renovarem consecutivamente com a mesma vigência e o facto de grande parte deles não ser acompanhada de regalias e direitos, bastando que o trabalhador manifeste qualquer tipo de descontentamento para ser imediatamente despedido».

José Ernesto Cartaxo, falando em nome da CGTP-IN, com base em números do Instituto Nacional de Estatística, lembrou que dos cerca de 3,5 milhões de trabalhadores por conta de outrem, perto de 670 mil têm contratos de trabalho não permanentes. Ou seja, em Portugal 19 por cento dos assalariados são precários, destes 467 mil são contratados a prazo e os restantes têm contratos de prestação de serviços, trabalho sazonal ou ocasional. Porém, frisou o dirigente sindical, «tão preocupante como estes dados é a tendência para o crescimento dos contratos de trabalho não permanentes» que cresceram 12,5 por cento, em 1999, representando cerca de dois terços do aumento do emprego. Pior resultado foi no entanto obtido em 1998, quando todo o aumento do emprego foi absorvido pelos contratos não permanentes. Ernesto Cartaxo acrescentou um outro dado relativo ao trabalho a tempo parcial que abrange cerca de 175 mil trabalhadores, ou seja 5,2% dos trabalhadores por conta de outrem.

Usos e abusos

As consequências desta situação, sublinhou o sindicalista, «são profundas e têm efeitos extremamente negativos para toda a sociedade». A precariedade, para além de incentivar actividades produtivas baseadas em baixos salários, desincentiva a qualificação e formação dos trabalhadores, tem pesados custos em termos de sinistralidade laboral e é utilizada pelo patronato como um expediente para não respeitar os direitos, sendo ainda um factor de concorrência desleal entre as empresas.

Como fez questão de salientar, a CGTP-IN não contesta a existência de trabalhos cuja natureza seja objectivamente temporária como por exemplo a substituição temporária de um trabalhador, o trabalho sazonal ou actividades pontuais. «O que contestamos e combatemos é a utilização abusiva e ilegal de contratos de trabalho precários para satisfazer necessidades permanentes das empresas e serviços», afirmou.



Sobre as SAD's

● Bernardino Soares

As SAD's estão na berra. Dão direito a aberturas de telejornal, a manchetes de jornais, a debates e entrevistas de candidatos e outros notáveis que são mais badaladas do que muitas das campanhas eleitorais, e até a directos de assembleias gerais de clubes ao bom estilo dos Congressos do PSD. E no meio deste alarido surgem agora opiniões encartadas criticando a forma como em Portugal estão reguladas as Sociedades Anónimas Desportivas. O curioso é que há cerca de três anos atrás, quando entrou em vigor o actual regime jurídico das SAD's e o PCP o

públicos. Passados três anos o que se passou afinal? A questão da exclusão da participação dos associados está cada vez mais na ordem do dia. Constituíram-se várias SAD's e outras tantas se preparam mas não com o objectivo de elaborar projectos estruturados e empresarialmente correctos, como prometia o Governo e sim para fazer face a dificuldades de tesouraria ou para encontrar mais recursos para as despesas astronómicas que se vão praticando no futebol profissional. São cada vez mais visíveis os apetites do capital financeiro pelo controlo de estruturas deste tipo, bem como de empresas da



criticou, chegando até a chamá-lo à discussão na Assembleia da República, a maioria dos que hoje se indignam fizeram orelhas moucas às nossas objecções. E empenharam-se em rotular as discordâncias do PCP como arcaicas e desfasadas da modernidade que a realidade do desporto, aliás do futebol profissional, exigiria.

Mas vejamos então algumas das críticas. Por exemplo ao facto de o clube de que se autonomiza a SAD estar limitado na sua participação a um máximo de 40% do capital desta. Quer isto dizer que a partir da constituição da SAD o clube, e os seus associados poderão deixar de ter controlo sobre ela e sobre o património e os bens que para ela são transferidos. Esse controlo passa para os accionistas, como aliás foi muito discutido nos últimos dias a propósito de um grande clube do nosso país.

Enquanto isso, regiões autónomas, municípios e associações de municípios podem ser titulares de 50% do capital e portanto sócios maioritários, o que abre caminho a que estas sociedades comerciais possam ser financiadas por dinheiros públicos, absorvendo recursos que provavelmente deveriam ter outra utilização. Criam-se situações de promiscuidade que facilmente resultam em aproveitamento político e partidário da actividade desportiva por alguns presidentes de câmara e de governos regionais.

Todo o regime das SAD's foi preparado para empurrar os clubes que disputam competições profissionais para esta solução. Foram os benefícios fiscais, um controlo muito apertado para quem não opte por esta solução e até a irreversibilidade da sociedade (o clube não pode voltar atrás a não ser que desça para a II Divisão B), para além da já referida utilização de dinheiros

área da comunicação social, que pretendem utilizar as SAD's e os recursos que os clubes lhe transferem para potenciar os seus lucros (vejam-se os interesses anunciados da TVI e da SIC). Uma das sociedades anónimas (a do Farense) é dominada por capital estrangeiro. As autarquias e governos regionais participam em metade das SAD's constituídas, chegando nos casos do Marítimo e do Farense a deter 40% do capital, para além dos subsídios que SAD's e clubes profissionais recebem que atingem nalguns casos centenas de milhares de contos. A promiscuidade nalguns casos é tal que se diz à boca pequena que por vezes é a autarquia a pagar os ordenados em atraso dos jogadores. Afinal não andava o PCP tão longe da verdade.

Há que dizer no entanto que estas medidas assentam que nem uma luva à política desportiva do Governo, que não dá qualquer prioridade ao aumento da prática desportiva entre a população, ao investimento numa rede adequada de infra-estruturas desportivas ou ao apoio às modalidades e aos clubes amadores. Vamos assim assistindo à "futebolização" da política desportiva já que é quase só no futebol profissional que o Governo intervém e actua.

E nem o futuro se afigura tranquilo. Se pensarmos no investimento necessário para o Euro 2004, sendo este um importante projecto para o país, e na parte dos custos que supostamente caberá aos clubes suportar, para além do que está desde já previsto de financiamento público, só podemos ficar apreensivos com as anunciadas derrapagens orçamentais. Provavelmente acabarão por ser pagas com os recursos agora previstos para outros investimentos e para outras modalidades. Veremos daqui a mais três anos.



A luta assumiu também expressão nas ruas

Materializada em projecto de lei do PCP a liberdade sindical na PSP

Sindicato para os polícias

Os polícias têm evidenciado uma vontade firme de prosseguir a luta pela liberdade sindical. Desde sempre solidário com essa luta, o PCP vem dar resposta a esses anseios.

Garantir aos profissionais da PSP o direito de constituição de associações sindicais, eis, em síntese, o objectivo preconizado pelo Grupo Parlamentar do PCP em projecto de lei agora entregue no Parlamento. Correspondendo às aspirações e à vontade da generalidade dos polícias, claramente expressa por várias maneiras e em variadas lutas, trata-se sobretudo de materializar em texto legal o seu direito à constituição do sindicato.

Um objectivo desde há muito perseguido pelos profissionais da PSP e pelos seus dirigentes associativos, que sempre deparou com a resistência de sucessivos governos, não obstante o facto de o nosso País ser o único da União Europeia onde os sindicatos de polícia não são legalmente reconhecidos.

É essa realidade que o diploma comunista pretende alterar, tudo levando a crer existirem finalmente condições para que tal seja possível. Concorrem para isso a

dimensão e firmeza da luta dos próprios polícias, bem como o amplo movimento de solidariedade internacional entretanto gerado, factos estes que não podem ser dissociados da alteração de posição do Governo PS, que deixou de se opor ao reconhecimento da liberdade sindical do pessoal da PSP.

Previsto no diploma do PCP, que desde sempre apoiou este direito, apresentando em conformidade projectos de lei nas últimas três Legislativas, é nomeadamente o exercício da liberdade sindical em termos idênticos aos que são reconhecidos aos demais trabalhadores da função pública.

Significa isto, como é salientado na nota preambular do diploma, que os deputados comunistas não vêem «qualquer razão válida para que seja negado o direito à greve». Não apenas porque este é um direito fundamental dos trabalhadores constitucionalmente reconhecido e garantido à generalidade dos trabalhadores da função

pública, mas também porque os seus próprios limites estão definidos em função da conciliação com outros direitos igualmente protegidos pela Lei Fundamental, o que implica em caso de greve a garantia da prestação dos serviços mínimos indispensáveis à satisfação das necessidades sociais.

Lembrado pela bancada comunista a este propósito é o «Estatuto dos Guardas Prisionais» que, reconhecendo o direito à greve, define o conjunto de serviços mínimos que devem ser assegurados, bem como a situação dos funcionários de investigação criminal que dispõem do seu sindicato e não sofrem limitações anómalas no exercício dos seus direitos enquanto trabalhadores.

No caso da PSP, face à especificidade das suas funções, de acordo com o articulado do diploma comunista, o exercício do direito à greve pressupõe que não deixem de ser executados os actos destinados a prevenir a criminalidade, do mesmo modo que deve ser garantida a segurança e tranquilidade públicas e assegurado o respeito pelas garantias fundamentais dos cidadãos.

Apoio a agricultores e vidreiros

Os agricultores do distrito de Leiria receberam a solidariedade do PCP e a garantia de intervenção por uma política de desenvolvimento rural que lhes assegure rendimentos adequados. Este apoio foi expresso segunda-feira pelo deputado comunista Vicente Merendas, em deslocação ao distrito no decorrer da qual manteve contactos com a Federação dos Agricultores e com o Sindicato dos Vidreiros.

O deputado do PCP teve ensejo de conhecer mais de perto os graves problemas

que afectam a agricultura regional, nomeadamente o escoamento da produção — batata, fruta e cereais — em relação à qual, ou não há a quem vender, ou então os preços não compensam. Reiterado pelos agricultores foi o seu protesto pelas importações, quando a batata e a fruta vão parar à lixeira.

O leite e o arroz é vendido pelos produtores a preços inferiores aos praticados há dez anos. A situação social dos agricultores é de tal maneira grave que muitos

deles já não têm condições para pagar as contribuições para a Segurança Social.

No que se refere à indústria vidreira na Marinha Grande, Vicente Merendas recebeu sobretudo informação sobre a evolução das empresas Mandata e Ivima. Trata-se de duas empresas nas quais se levantam sérias preocupações aos trabalhadores. Depois de uma aprovada troca de opiniões, foi assumido o compromisso de que o PCP levará os problemas das empresas à Assembleia da República.

Assembleia aprovou ontem OE para 2000

Um Orçamento a favor do capital

O Orçamento do Estado para 2000 foi ontem aprovado na Assembleia da República. Foi o episódio esperado de um OE que ignora o trabalho e favorece o capital. Por isso contou com a prestimosa ajuda do CDS/PP.

A reter do debate na especialidade na comissão de economia, no plano da apreciação das propostas de alteração ao Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) fica, entretanto, como sua primeira grande característica, o sistémico chumbo por parte dos deputados do PS de todas as propostas subscritas pelos partidos da oposição, à excepção de algumas oriundas do CDS/PP, que mereceram acolhimento num gesto que não pode deixar de ser interpretado como a consolidação e contrapartida do acordo do PS com a direita.

Do conjunto de cerca de mil propostas em debate na passada semana, das quais mais de 400 tiveram a rubrica de deputados comunistas, só uma por estes apresentada viria a merecer receptividade — uma verba para a Casa Museu Luís de Camões —, mas isto porque o seu teor era idêntico a uma outra da autoria da bancada socialista.

Arbitrariedade

Como segundo traço distintivo do debate do OE na especialidade fica, por outro lado, numa dimensão sem precedentes, o facto de os próprios deputados do PS terem apresentado propostas de alteração do PIDDAC visando retirar verbas a projectos já anteriormente inscritos neste programa, transferindo-as para outros projectos, de forma arbitrária, em função dos seus interesses eleitorais no plano local.

Por outras palavras, o que os deputados do PS fizeram durante a votação na especialidade do PIDDAC para o ano 2000, ao retirar verbas a projectos já previstas, foi prejudicar o desenvolvimento destes, sem que esse desvio de verbas sirva para lançar os novos projectos que alegadamente justificariam essa transferência.

Não questionando a necessidade desses novos projectos que estavam em falta no OE, Lino de Carvalho, em declarações ao «Avante!», fez notar que este problema não se resolve criando



O PS desvia verbas de equipamentos para autarquias da cor

um outro, ou seja, prejudicando os projectos já em curso através de uma diminuição das verbas a eles afectas que, pelo seu valor, são insuficientes para lançar qualquer dos outros projectos enunciados.

Servir o PS

Verberando esta operação dos deputados do PS, que classificou de «vergonhosa», Lino de Carvalho considerou que a mesma só pode ser vista à luz não de qualquer sincera preocupação com a satisfação de necessidades concretas sentidas pelas populações,

mas pelo propósito de servir eleitoralmente os eleitos locais do PS, dando-lhes assim pretexto e ensejo para verterem em comunicados demagógicos promessas e intenções sem conteúdo efectivo.

Isto só é possível, aliás, devido à própria forma como o PIDDAC está elaborado. Por isso os deputados comunistas voltaram a sublinhar a necessidade de proceder a uma reflexão sobre a estrutura do Orçamento do Estado. É que, as palavras são ainda do deputado comunista, «como está elaborado, não obedecendo a nenhuma lógica de planeamento e afectação de recursos equilibrada e racional, sem uma visão

global do País, o OE não passa de um grande “saco” para ser gerido em função dos interesses eleitorais de quem está no Poder».

Importa chamar a atenção, por último, para a justeza e realismo das propostas subscritas pelos deputados do PCP, todas elas devidamente fundamentadas. Realçar sobretudo que a quantificação destas despesas seriam claramente compensadas com receitas provenientes do combate à fraude e evasão fiscal e com a redução dos benefícios fiscais especulativos, concedidos designadamente a entidades financeiras que neste OE ascendem a mais de 400 milhões de contos.

Escoamento da batata

O Grupo Parlamentar do PCP defende a adopção de medidas de apoio aos produtores da região do Alto Tâmega para escoamento da batata. Nesse sentido se pronunciou já o deputado comunista Agostinho Lopes em requerimento dirigido ao Governo no qual preconiza um quadro de apoio semelhante ao adoptado para o escoamento pelo comércio da batata da região litoral. Esta é uma situação que vem preocupando seriamente os agricultores transmontanos, a braços com dificuldades no escoamento e preços de ruína. «Assiste-se à repetição de um “filme” bem conhecido», sublinha o parlamentar do PCP, fazendo notar que as negociações com grandes grupos comerciais não passarão de um paliativo para remediar a crise, já que o preço dificilmente alcançará os 35\$00 ou 40\$00 por quilo. Na origem do problema, recorda ainda, continua a ser apontada a entrada no mercado nacional de batata espanhola e francesa, com preços respectivamente de 11\$00/12\$00 e 18\$00/19\$00, o que só é possível devidos aos fortes apoios estatais recebidos pelos produtores daqueles países.

Decisão ilegal em Sintra

O Grupo Parlamentar do PCP considerou ilegal a tentativa de substituição de trabalhadores levada a cabo por Edite Estrela na recente greve que afectou a recolha do lixo no concelho de Sintra. Mais grave ainda foi o facto de aquela decisão ter sido adoptada com recurso à intervenção das forças da GNR e da PSP, de que resultaram detenções e agressões a trabalhadores, um dos quais teve inclusivamente de receber tratamento hospitalar. Em causa está, pois, não apenas uma decisão ilegal, como ainda por cima a tentativa de a consumir através da instrumentalização das forças de segurança. Confrontando o Governo com esta questão, os deputados comunistas António Filipe, Bernardino Soares e Natália Filipe, em requerimento dirigido ao Ministério da Administração Interna, perguntam concretamente como se explica o envolvimento das forças de segurança, que têm por missão cumprir e fazer cumprir a legalidade democrática, numa operação que tem por base uma determinação ilegal.

Operação vergonhosa

Os exemplos de desvio de verbas de projectos em curso inscritos no PIDDAC para alegadamente satisfazer a necessidade de lançar novos projectos multiplicam-se por todo o País. Com estas alterações, todas oriundas dos deputados socialistas e por si votadas favoravelmente, o mínimo que se pode dizer é que os projectos iniciais estavam mal dotados ou, então, estão em presença de uma incontornável falta de rigor na elaboração das contas. Inquestionável, seja como for, é que o Governo conseguiu de uma penada dar resposta aos vários interesses eleitorais do PS, como acusou a bancada comunista. Nem que para isso tenha recorrido à transferência de verbas de um distrito para outro e até de uma região para outra.

Na área da saúde, onde estas transferências assumiram particular evidência, apenas dois exemplos. Do Hospital distrital de Santiago do Cacém os deputados do PS eleitos por Évora retiraram uma verba de cinco mil contos transferindo-a para a instalação de um centro de saúde em Mourão. Facto curioso é o de o primeiro daqueles concelhos ser uma autarquia gerida pela CDU, enquanto o segundo tem um socialista na presidência.

Por proposta do deputado Miranda Calha, eleito por Portalegre, foram retirados cinco mil contos ao Centro de Saúde de Évora (cerca de 16 por cento da verba para ele inscrita) com vista à sua transferência para uma extensão a criar no Centro de Saúde em Vale Açor, concelho de Ponte de Sor. Também aqui, escusado será dizer, a repartição foi em prejuízo da autarquia gerida por comunistas e seus aliados.

Ainda no Alentejo, mais um exemplo, este noutro domínio. Refere-se ao distrito de Beja, mais concretamente ao concelho de Serpa, em relação ao qual o deputado socialista António Saleiro propôs a retirada de uma verba de 30 mil contos às obras de beneficiação da ponte que liga as duas margens do Guadiana, transferindo-a para melhoramento da estrada que liga o seu próprio concelho (Almodôvar) a S. Brás de Alportel.

Por falta de ética e de lealdade Exigida demissão do presidente da CCRA

A demissão do presidente da Comissão de Coordenação da Região Alentejo (CCRA) foi reclamada pelo deputado comunista Lino de Carvalho. Em causa está o comportamento duplice do responsável por aquele cargo indigitado pelo Governo relativamente à construção do aterro intermunicipal previsto para a Herdade de Alfaroqueira. Depois de o próprio, na sua qualidade de presidente da CCRA, ter dado o seu acordo à construção do aterro, propondo inclusive em Julho de 1999 ao então ministro João Cravinho a candidatura do projecto ao Fundo de Coesão, eis senão que vem agora, enquanto membro da comissão política de Évora do PS, defender exactamente o contrário, isto é, opor-se ao projecto no lugar seleccionado.

Para o efeito, procurando instrumentalizar a população, não se coibiu de convocar uma conferência de imprensa da estrutura partidária para o local previsto para a aterro, no decorrer da qual declarou a sua oposição a uma decisão consensualmente tomada pelo Governo e pela Associação de Municípios do Distrito de Évora.

Entendendo que o Governo, sob pena da mais completa desautorização, não pode deixar de intervir perante esta lamentável situação,

que justifica a imediata demissão daquele responsável, Lino de Carvalho, em requerimento dirigido aos ministérios do Planeamento e do Ambiente, considera o caso não apenas insólito como revelador, no mínimo, «de falta de ética e de lealdade funcional do presidente da CCRA face a orientações e decisões do Governo e do seu membro que tutela» aquele órgão.

Resulta claro, no entender do parlamentar comunista, que o presidente da CCRA, sendo ainda por cima co-responsável em todo o processo, «não pode, de um momento para o outro, travestir-se de membro de um organismo do partido que apoia o Governo para, no quadro da luta política local, questionar as suas próprias decisões e as decisões do Governo a que deve obediência».

«Já tinha havido o exemplo de um ministro da Agricultura que se incorporou numa manifestação contra a sua própria política; agora existe um presidente da CCRA que promove manifestações contra as decisões do Governo e do ministro que directamente o tutela, procurando irresponsavelmente incendiar populações e pôr em causa o objectivo estratégico de eliminação das lixeiras a céu aberto em Portugal», sublinhou Lino de Carvalho.

A Marcha Mundial das Mulheres 2000
teve início em todo o Mundo

Testemunhos da discriminação

A Marcha Mundial das Mulheres no ano 2000 teve início por todo o mundo neste dia da mulher. Também em Portugal o movimento criado em torno da marcha, divulgou documentação sobre casos concretos da situação da mulher no nosso país.

Noventa e seis por cento das famílias monoparentais são encabeçadas por mulheres. Este um dado do Ministério do Trabalho e Solidariedade, na caracterização dos beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) e que surge como um testemunho, entre outros, da amplitude da pobreza entre as mulheres.

Um caso concreto referido no *dossier* entregue no passado dia 8 de Março à imprensa, à ministra da Igualdade e à representante das Nações Unidas em Portugal, que se desdobra igualmente na denúncia de realidades como o aborto clandestino, discriminação no emprego, violência, discriminação com base na orientação sexual, racismo e xenofobia.

Dia 8 de Março surge como um momento importante num conjunto de acções que, no

nosso país, culminarão dia 7 de Outubro com a Marcha Nacional.

Diversas iniciativas estão entretanto em preparação e um dos objectivos imediatos – a mobilização de mais de 200 personalidades em torno das ideias da marcha – foi já ultrapassado.

um dos objectivos imediatos – a mobilização de mais de 200 personalidades em torno das ideias da marcha – foi já ultrapassado

O lançamento da Marcha

Actualmente estão envolvidos neste projecto 3500 grupos em 146 países e constituíram-se 75 coordenadoras nacionais que adoptaram reivindicações, planearam acções e se organizaram para juntar forças.

O dia 8 de Março foi o momento do lançamento da Marcha na Europa e por todo o mundo.

Na Europa, o lançamento da Marcha teve lugar em

Genebra, com uma acção frente à Organização Mundial do Comércio (OMC). Através desta cidade da Suíça, a região Europa esteve ligada em simultâneo, via satélite, com Nova Iorque e Montreal.

Em mais de 50 países houve um lançamento oficial da Marcha. Para além de outras formas de lançamento – nomeadamente marchas e concentrações – realizaram-se conferências de imprensa em várias cidades: Aman, Beirute, Buenos Aires, Bruxelas, Cairo, Calcutá, Dakar,

Genebra, Kigali, Lagos, Lima, Manágua, Maputo, Montreal, México, Nova Deli, Nova Iorque, Ouagadougou, Ouidah, Rabat, Santiago, Seul, Tóquio, Vancouver, Washington e Lisboa.

Portugal conta-se aliás entre os 22 países europeus activamente empenhados na preparação da Marcha.

Acções previstas

O Dia da Mulher marcou também o início de uma reco-

lha de assinaturas, símbolo de compromisso individual e colectivo de apoio às reivindicações da Marcha, e que são dirigidas ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan.

Deverão entretanto começar a decorrer diversas acções de sensibilização e mobilização face à pobreza e à violência contra as mulheres.

A marcha das mulheres dos Estados Unidos, a 15 de Outubro, em Washington, com desfile frente ao Banco Mundial e ao FMI (com a pre-

sença de uma delegação internacional) será um momento forte deste conjunto de iniciativas.

A culminar, no dia 17 de Outubro – Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza – realiza-se uma concentração mundial frente às Nações Unidas, em que uma delegação de mulheres de todo o mundo terá oportunidade de apresentar as suas reivindicações a Kofi Annan e fazer entrega das assinaturas entretanto recolhidas.



As mulheres portuguesas também participam activamente na Marcha Mundial

Contra a pobreza e a violência iniciativas por todo o país

Concentrações, cordões humanos, a divulgação de documentos de denúncia da actual situação da mulher, foram algumas das formas que assumiram as comemorações do 8 de Março no nosso país que, em diversos casos, se integraram explicitamente no lançamento da Marcha contra a pobreza e a violência.

Em Lisboa, de entre as várias iniciativas realizadas, é de referir o desfile, pela avenida da Liberdade, de centenas de dirigentes e activistas sindicais, para reclamar o respeito pela igualdade de direitos e o fim da discriminação.

No final do desfile, que decorreu sob a forma de cordão humano, os participantes aprovaram uma resolução reivindicativa em que se exige do Governo uma política de emprego e formação profissional que garanta a

estabilidade e a igualdade efectiva de oportunidades entre homens e mulheres, a garantia de que as trabalhadoras não sejam penalizadas por faltarem ao trabalho para irem a consultas de planeamento familiar e a penalização de todas as formas de discriminação.

O documento exige ainda, em particular, a aprovação da despenalização do aborto a pedido da mulher por razões sociais e económicas, a criação de infra-estruturas sociais de apoio à família e à criança.

Por último, a resolução aprovada reivindica medidas para melhorar a vida de mulheres e homens, nomeadamente a melhoria do poder de compra, a redução progressiva do horário de trabalho, a consagração do direito à saúde e à segurança social e a redução da idade da reforma para os 62 anos.

Contra a pobreza e a violência Cordão humano em Grândola

Dia 12 de Março, em Grândola, sob o lema «Contra a pobreza e a violência Alentejo em Marcha», mulheres de vários concelhos do Alentejo participaram num cordão humano e em diversas actividades culturais e recreativas.

Na intervenção de Vitalina Roque, pelo MDM, é referida a situação concreta da mulher alentejana, da juventude à velhice. Uma situação marcada pelo isolamento, a ausência de trabalho e o regresso às lides domésticas depois das oportunidades criadas pela Reforma Agrária e o saltitar das jovens «de formação em formação, de estágio em estágio, de contrato em contrato». Formas de

violência resultantes da política nacional que «não cria condições para o desenvolvimento das regiões do interior».

Em Loures, em memorando entregue à ministra da Igualdade e ao presidente da Câmara Municipal de Loures, o MDM refere, em particular, a situação que se vive em Loures, com uma maioria de população feminina.

O memorando denuncia a situação que se vive no sector da saúde, a situação das trabalhadoras nas grandes superfícies comerciais e nas empresas de têxteis.

O fraco poder de compra das famílias, que leva à acumulação de empregos e tarefas, a não existência de estruturas e serviços de apoio, e a ausência de educação sexual nas escolas, são outras das questões referidas no documento.





Centenas de agricultores exigiram, em Chaves, o escoamento da batata

Agricultores manifestam-se Pelo escoamento da batata

Centenas de agricultores, com tractores carregados de batata do Alto Tâmega, desfilaram, dia 8 de Março, pelas ruas da cidade de Chaves, em protesto contra o não escoamento do produto, propondo mesmo ao Governo a compra do excedente para Moçambique.

Os agricultores percorreram as principais artérias da cidade e despejaram cerca de 300 toneladas de batata frente à Cooperativa Norte Transmontano. No decorrer da concentração, foi aprovada por unanimidade uma moção a ser enviada ao Primeiro-Ministro, ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e à Comissão de Agricultura da Assembleia da República.

Os agricultores exigem do Governo medidas urgentes para a resolução do problema do escoamento da batata e apresentam a proposta de compra de toda a produção excedente, por parte do Estado, para doar ao povo moçambicano, que «está a sofrer graves carências devi-

do às cheias que se abateram recentemente sobre o país».

Medidas insuficientes

Na base deste movimento de protesto está o facto de as propostas já discutidas com o Governo – garantia de escoamento de toda a batata, fiscalização rigorosa em toda a área de fronteira e o apoio à embalagem e comercialização – não terem sido entretanto satisfeitas.

Os agricultores consideram que a linha de crédito entretanto criada pelo Ministério da Agricultura, para cooperativas, organizações de produtores e armazenistas distribuidores que adquiram batata de consumo ao preço de 25 escudos por quilo (o preço da batata ao produtor desceu

para valores inferiores a 10 escudos), sendo embora positiva, é uma medida insuficiente e não vem resolver o problema do escoamento da batata.

«Apesar da importância económica que esta produção tem para a região, a batata não está integrada em nenhuma organização comum de mercado e daí a inexistência de qualquer apoio à intervenção», denunciam os agricultores em comunicado de imprensa, sublinhando que a recente reforma da PAC «continua a condicionar e penalizar fortemente os agricultores desta região, na produção e produtos de qualidade: batata, leite, cereal e fruta».

O comunicado lembra que este conjunto de problemas está a pôr em causa a economia da região e tem graves reflexos sociais que se reflectem, nomeadamente, na saída forçada de milhares de agricultores do regime de Segurança Social, pela incapacidade manifesta de pagamento das prestações mensais».

Prescrições em Beleza

• Carlos Gonçalves

As quarenta mil prescrições já consumadas, as que se encontram em fase de decisão ou que certos escribas promovem sem pudor, enquanto choram «lágrimas de crocodilo», tornam ainda mais evidente a crise da Justiça. Mas não basta a constatação da crise. A questão é que há responsáveis e quem se aproveite e há conexões que dão que pensar.

Há dois meses, com toda a justeza, cresceu uma onda de preocupação e mau estar com a profunda crise da Justiça que a decisão de considerar prescrito o processo do «Aquaparque» tornava evidente.

Nesse quadro, o PCP levou o problema das prescrições a debate de urgência na Assembleia da República e entre um enorme ruído de fundo e a hipocrisia da direita, a espectacularidade e deriva casuística do PS, conseguiu ainda assim confrontar os responsáveis pela situação – os Governos do PSD e do PS – e propor medidas de fundo para enfrentar a asfixia do sistema judicial, como a criação de Julgados de Paz.

– se agora, a tentativa gorada de afastamento do Procurador e de controlo total da investigação criminal. Disso sabe Marques Mendes, então Ministro Adjunto de todas as conspirações e que continua na luta para governamentalizar a Justiça.

Facto é que hoje, em todos os processos mais mediáticos já prescritos ou disso ameaçados – UGT, Fundo Social Europeu, Viagens Fantasma – abunda o pessoal político do PSD, embora bem acolitado por quadros do PS e do PP.

Conjura

Facto e paradigma é o «processo Beleza», também ele em adiantada fase de prescrição.

Não porque se afirme que houve dolo eventual nos actos de que resultou a morte de dezenas de hemofílicos. Isso deveria o Tribunal apurar. Mas porque Leonor Beleza e as poderosas solidariedades com que contou fizeram tudo para blo-

quear o sistema de justiça e conseguir a prescrição do processo.

Houve a *soirée* de 1996, com o «cavaquismo» em peso, Mário Soares, Freitas do Amaral e os «links» do poder económico, em autêntica sedição contra a decisão do Tribunal de Instrução Criminal de pronúncia dos arguidos.

Houve, dois anos depois, a mega operação de inocentação mediática e de ataque ao acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa favorável à realização do julgamento.

Houve uma eficaz manipulação dilatatória do sistema garantístico para preterir o julgamento e, na última fase, segundo notícias não desmentidas, Proença de Carvalho, conduziu os recursos dos outros réus ao Tribunal Constitucional para obter a prescrição, já que, se fosse Beleza a fazê-lo, seria a confissão da intenção de fuga ao julgamento.

Por outro lado, nunca houve qualquer pedido de urgência aos Tribunais, como seria de esperar se Beleza, tal qual afirma, quisesse realmente ser julgada.

Aliás, o bem informado Marques Mendes, em fase de caça ao voto no Congresso PSD de Viseu, deu mesmo a Beleza os parabéns pela prescrição.

Por isso se conclui que a intenção foi sempre a prescrição do processo, a coberto da inocentação mediática e das «lágrimas de crocodilo» sobre a crise da Justiça.

E hei-los José António Barreiros, Proença de Carvalho e outros PSDês no activo, mas não só, procurando que uma decisão ainda passível de recurso, se torne na inapelável prescrição deste e de todos os processos que envolvem a «nata» do poder económico e político.

Sinceramente, não acham que a tal «negligência» do «cavaquismo» mais parece uma bem urdida conjura?



Na origem do problema, ficou então dito, está um grave entorse legislativo e processual, criado pelo «cavaquismo», resultado das alterações estruturais ao Código de Processo Penal, introduzidas em 1987, não terem acautelado a interrupção da prescrição que constava da legislação revogada. A questão só viria a ser resolvida com a alteração do Código Penal em 1995.

Soube-se recentemente que o Ministro da Justiça, Mário Raposo, antes de ser substituído por Fernando Nogueira, na decorrência das legislativas de 1987, terá preparado uma proposta legislativa para resolver o problema. Mas o «cavaquismo», obviamente consciente das implicações, «negligenciou» o projecto e assim criou a situação que hoje se apresenta.

Facto é que Cavaco já dispunha de maioria absoluta e visava o poder absoluto.

Facto é que, nos anos seguintes, foram largas dezenas os governantes e dignitários do PSD envolvidos em corrupção, peculato, comércio de influências e delapidação de bens públicos e que Cavaco sempre o procurou ocultar.

Facto foi, já em finais de «cavaquismo», a denúncia pela Procuradoria da República do nulo empenho do Governo no combate à corrupção e foi, sabe-



Espectáculo de solidariedade com Cuba

Solidariedade com Cuba

Solidariedade com Cuba foi o tema do espectáculo realizado pela Associação de Amizade Portugal Cuba no Fórum Lisboa no passado dia 11 de Março.

Mais de 600 pessoas aplaudiram os artistas que, desta forma, manifestaram a sua solidariedade com o povo

cubano: Manuel Freire, Jorge Rivotti, Rui Mendes, Sebastião Antunes, Dani Silva, Djamana, Costa Neto e, a finalizar, os Septeto Abanero com Vitorino.

Morais e Castro apresentou o espectáculo e leu um poema de «Guillen», num momento de homenagem a Rogério

Paulo, fundador da associação. A embaixadora Mercedes Aguiar agradeceu a solidariedade do povo português e evocou a situação dramática do menino Elian Gonzalez, sequestrado em Miami.

O produto do espectáculo destina-se à compra de medicamentos a enviar para Cuba.

A cimeira do desemprego

• Rui Paz

Ainda não há um ano que Lafontaine denunciou no 1.º de Maio «os falsos valores» desta União Europeia onde «a perda do emprego para milhares de trabalhadores» é festejada pelos grandes accionistas, «com estrondosos repuxos de champanhe». Na Alemanha há décadas que o desemprego aumenta assustadoramente. Em 1980 havia 900 mil trabalhadores sem emprego, 1991,

feito aos grandes impérios financeiros pelo ministro das Finanças, Eichel, ao suprimir o pagamento de impostos para uma série de actividades especulativas, nomeadamente para os lucros provenientes da venda de participações. Num único dia as acções subiram espectacularmente: mais 17% para a Münchener Rück (seguros), 12,6% Allianz (seguros), 9%, Deutsche Bank... A imprensa económica conservadora



dois milhões e duzentos mil, 1995, três milhões e seiscentos mil e em Março de 2000, quatro milhões e trezentos mil. Só entre 1991 e 1998 na sequência dos famigerados critérios de Maastricht defendidos com tanto valor pela social-democracia e o socialismo de direita foram liquidados no sector público 850 mil empregos nos hospitais, jardins infantis, lares da terceira idade, escolas, universidades e protecção da natureza. O terror nas empresas tem conduzido a um aumento sem precedentes da produtividade à custa da saúde dos trabalhadores que são obrigados a intensificarem o ritmo e as cadências, a aceitarem horários de trabalho incríveis no quadro da chamada flexibilidade, e a fazerem milhões de horas extraordinárias para não perderem o emprego. Neste contexto a atribuição pela Bolsa de Frankfurt do «teixugo de prata» (Dachs) ao chanceler Schröder, na presença de um exército de banqueiros e especuladores, é a prova do agradecimento do capital ao apoio dado pela social-democracia ao prosseguimento desta orgia anti-social. O próprio Schröder justificou a distinção ao afirmar que desde a formação do seu governo o DAX (índice de valores) subira cinquenta por cento. Quem há ano e meio comprou cem mil contos de acções hoje já enriqueceu mais cinquenta mil. Perante os desempregados, reformados, trabalhadores activos e funcionários públicos, Schröder não se atreve a fazer semelhante balanço dos sucessos governamentais.

Presente de Natal

De facto a euforia bolsista que reina na Alemanha desde o início do ano foi despoletada pelo presente de Natal

constatou imediatamente que aqueles privilégios fiscais iriam permitir ao capital financeiro separar-se mais facilmente de sectores menos rentáveis, acelerar a onda de fusões, provocar uma nova vaga de desemprego e aumentar a pressão sobre o trabalho e os salários. E os resultados não se fizeram esperar. O Deutsche Bank e o Dresdner Bank sob o patrocínio da Allianz acabam de decidir constituírem o maior banco do mundo. Convidado pela ZDF a pronunciar-se sobre o significado daquele acontecimento, o professor da cadeira de actividade bancária da Universidade de Nuremberga, Wolfgang Gerecke, começou por louvar a extraordinária «agressividade» com que o capital alemão enfrenta os desafios da globalização. Interrogado sobre as vantagens concretas da fusão, garantiu mais de dezasseis mil desempregados, a degradação do serviço para os clientes normais devido à eliminação de inúmeras filiais menos rentáveis, e uma maior dificuldade na obtenção de crédito para as pequenas e médias empresas já que as actividades especulativas permitem a obtenção de margens de lucro muito mais elevadas. Só lhe faltou explicar que o novo banco destina-se unicamente a meia dúzia de seres extraterrestres com capacidade para acederem a proprietários do universo. No último congresso do SPD um delegado perguntava a Schröder: «Como é que tu queres convencer os trabalhadores a fazerem sacrifícios se vestes fatos que custam várias vezes o salário de um operário e fumas charutos de luxo.» Aquele delegado ignora que o novo presidente da social-democracia alemã tem de estar sempre preparado para participar diariamente na bolsa, nas cimciras do desemprego e do champanhe.

Mubarak reconhece haver muitos problemas pendentes entre israelitas e palestinianos

Negociações sob segredo

As negociações de paz para o Médio Oriente vão recomeçar na próxima segunda-feira, nos EUA, sob a égide de Bill Clinton.

O diálogo israelo-palestiniano foi retomado a semana passada após mais de um mês de bloqueio, mas a cimeira tripartida que no dia 9 juntou o presidente egípcio, Hosni Mubarak, o primeiro-ministro israelita, Ehud Barak, e o dirigente palestiniano, Yasser Arafat, em Sharm el Sheij, uma localidade nas proximidades do Mar Vermelho, frustou as expectativas. Ao contrário do que se esperava, da reunião não resultou nenhum comunicado oficial sobre a natureza dos acordos e os novos calendários das negociações que deviam ter sido acordados nos dois encontros anteriores entre israelitas e palestinianos. O presidente egípcio, que falou sozinho à imprensa sem admitir perguntas dos jornalistas, não entrou em pormenores sobre a cimeira, reconheceu que subsistem muitos problemas por resolver.

«Resolveram-se muitos problemas», disse Mubarak, acrescentando estar optimista e confiante de que a breve prazo serão anunciadas novidades, apesar de «haver ainda muitos problemas pendentes». De regresso a Gaza, Yasser

Arafat mostrou-se igualmente reservado, limitando-se a afirmar que «a cimeira confirma a importância de aplicar o que já se decidiu em Sharm el Sheij no passado e de fazer avançar o processo de paz». Arafat referia-se à necessidade de Israel respeitar os compromissos assumidos em Setembro do ano passado, designadamente no que se refere à retirada israelita de 6 por cento da Cisjordânia, que já deveria ter sido efectuada.

Estado de alerta

Em Telavive também não se levantou o véu sobre o tratado na cimeira, embora o vice-ministro da Defesa, Efraim Sneh, tenha afirmado à Rádio Israel que os detalhes da retirada estavam a ser estudados. Sneh não deixou no entanto de sublinhar que, ao contrário do que exigem os palestinianos, Telavive não aceita abandonar algumas das localidades próximas de Jerusalém, designadamente Al Ram, Al Azahria y Abu Dis. Este é um dos muitos pontos de discórdia entre as partes, a que há que acrescen-

tar matérias de complexa resolução como o estatuto de Jerusalém ou a questão das fronteiras, e que podem pôr em causa a assinatura de um acordo final de paz em 13 de Setembro, como foi anunciado.

As dificuldades no relacionamento entre árabes e israelitas ficaram uma vez mais evidentes no último fim-de-semana, após a reunião do Conselho ministerial da Liga Árabe, cuja declaração final «convida os Estados árabes que mantêm relações com Israel no quadro do processo de paz a reexaminar as suas relações após a agressão israelita», contra objectivos civis no Líbano.

O chefe da diplomacia israelita, David Lévy, reagiu de imediato, acusando a Liga Árabe de seguir uma «linha extremista». «A linha extremista hostil à paz dominou no seio da Liga Árabe», afirmou Lévy citado pela agência Lusa. «Ao apelar para reexaminar as suas relações com Israel, alguns delegados árabes utilizam uma dupla linguagem e lançam uma dúvida sobre a sua vontade de paz», prosseguiu Lévy. Israel colocou entretanto as suas forças em estado de alerta em todo o território para prevenir atentados do Movimento da Resistência Islâmica (Hamas).



O cumprimento amigável entre o primeiro-ministro israelita, Ehud Barak, e o dirigente palestiniano, Yasser Arafat, não impede as profundas divergências entre ambos quanto ao processo de paz

Tensão em Taiwan

A China responsabilizou sexta-feira os Estados Unidos pelo aumento da tensão em Taiwan (Estreito de Formosa) e exigiu, através do ministro dos Negócios Estrangeiros, Tang Jiaxuan, que Washington suspenda imediatamente a venda de armas para a ilha.

«Os Estados Unidos aumentaram as vendas de armas para Taiwan, tanto em termos de quantidade como de qualidade», disse o ministro, acusando o governo norte-americano de incentivar as forças separatistas em Taiwan e de «alimentar a sua arrogância».

«Os Estados Unidos são por isso plenamente respon-

sáveis pelo aumento da tensão» na região, afirmou Tang.

As autoridades chinesas exigem que os Estados Unidos cancelem os planos de vender equipamento de defesa aérea para Taiwan, alertando para as implicações que o envolvimento na questão de Taiwan podem ter não só nas relações sino-americanas como também na paz e estabilidade da região.

A crispação entre Washington e Pequim tem vindo a aumentar à medida que se aproximam as eleições presidenciais na ilha, marcadas para sábado, embora o secretário de Defesa norte-americano, William Cohen, diga

não acreditar que Pequim use a força para intimidar Taiwan antes das eleições. As declarações de Cohen seguiram-se ao apelo do presidente chinês Jiang Zemin ao Exército para que se modernize e melhore a sua capacidade de combate.

«Precisamos ter um forte sentido da crise, pois não nos podemos concentrar no desenvolvimento económico sem uma defesa nacional consolidada e um Exército poderoso», disse Jiang, que preside igualmente à Comissão Central Militar da China.

A China anunciou a semana passada que o orçamento militar deste ano terá um aumento de 12,7 por cento.

A maioria dos espanhóis votou pelo poder e com a carteira

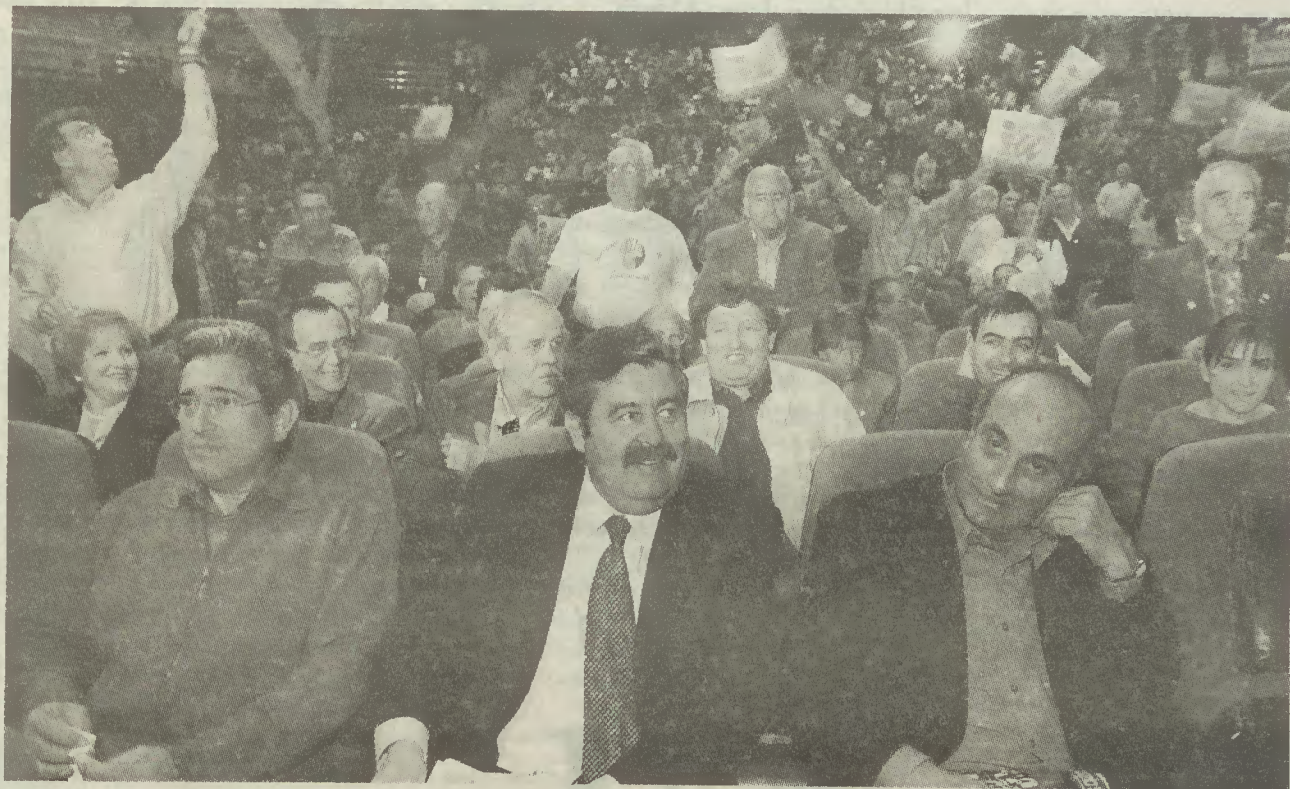
Maus tempos para a esquerda

● Pilar del Rio

Os conservadores do Partido Popular ganharam domingo as eleições gerais em Espanha com maioria absoluta. Conseguiram 183 lugares, contra os 125 do Partido Socialista (PSOE), que com a Izquierda Unida (oito lugares) é o grande derrotado nas urnas.

«Maus tempos para a África», dizia uma famosa canção espanhola da década dos oitenta. Maus tempos para a esquerda, poderíamos cantar hoje, e talvez o continuaríamos a cantar durante vários anos. A direita espanhola ganhou as eleições gerais com maioria absoluta porque mais de 10 milhões de eleitores depositaram a sua confiança numa proposta política e social concreta. A esquerda perdeu porque foi pusilânime para oferecer políticas alternativas e se conformou em ir introduzindo matizes nas ofertas do PP, fiel executor em Espanha dos ditames da União Europeia e do euro. E a sociedade decidiu de forma contundente que, para executar políticas similares, contadoras de qualquer modo, é melhor apostar em quem já está no poder e em quem não tem contradições ideológicas. A maioria dos espanhóis votou pelo poder e com a carteira, deixando de lado a ideologia e o sonho de alcançar uma sociedade mais justa.

A direita fez uma campanha eleitoral sem fissuras, prometendo aos cidadãos que receberiam mais pensões e



As forças de esquerda não souberam apresentar alternativas credíveis à política de Aznar

que pagariam menos impostos. O entusiasmo suscitado por estas promessas impediu que se ouvissem as perguntas da esquerda: «De onde vai sair o dinheiro?», e as advertências: «Aumentará a cobrança indirecta? Pagarão menos os ricos em impostos directos e pagaremos todos

que o PP não respondeu, a menos que responder seja insistir nas promessas. Enquanto isso, a esquerda era incapaz de hastear de forma contundente e decidida a bandeira da economia moral, única fórmula para curar as desigualdades nacionais e as desigualdades do mundo. E era incapaz de encontrar um discurso eficaz contra os germens de xenofobia e racismo. E não conseguia convencer de que, através do pacto assinado entre o PSOE e a Izquierda Unida (IU), se chegasse a governar, governaria para todos a partir da esquerda, isto é, segundo uma óptica radicalmente distinta da do PP e inclusive da dos últimos governos socialistas, que foram os que abriram as portas a esta direita hoje instalada no governo com tanto apoio que só Deus sabe quando voltará a ser oposição.

O descalabro

As consequências do descalabro eleitoral não se fizeram esperar: o secretário do PSOE e candidato à presidência Joaquín Almunia apresentou a sua demissão irrevogável, pondo em evidência que a sucessão do todo poderoso Felipe González, anterior secretário-geral e várias vezes presidente do governo, ainda não está resolvida. A direcção do PSOE continua a ser a que acompanhou Felipe González nos anos da corrupção (vários ministros e outros altos cargos tiveram de sentar-se no

banco dos réus para responder por crimes de Estado, delapidação e uso fraudulento dos recursos públicos), de modo que para voltar a conquistar os eleitores o próprio Almunia pediu a abertura de um processo de regeneração que um alto dirigente, como o

ex-ministro do Interior, Alberto Belloch, não hesita em classificar de refundação do partido. Se os socialistas querem voltar a recuperar

Ou a esquerda se renova, ou se resigna a que a apaguem do mapa

algum dia a liderança social que hoje tem a direita, não terão outro remédio que estabelecer políticas de esquerda, numa óptica moderna e diferente mas sem perder de vista que os princípios são imutáveis. Mudar o discurso e as fórmulas não deve supor uma louca corrida para reproduzir gestos, usos, costumes e propostas da direita. Ou o entende assim ou a travessia do deserto será muito longa.

«Mas sempre nos restará Paris», diziam em Casablanca os amantes desencontrados. Pelo andar da carruagem, não teremos sempre uma Izquierda Unida que represente o mais límpido e o mais bonito da sociedade. A Izquierda Unida, coligação mantida pelo Partido Comunista, perde eleitores em cada confrontação. Na passada legislatura tinha 21 deputados. Nesta só tem oito e mais de um milhão e meio de votos perdidos pelo caminho, pelo qual também se ficou Julio Anguita, doente do coração provavelmente por tê-lo usado tanto, e Francisco Frutos, um excelente candidato (como Almunia, há que dizê-lo) mas que não convenceu os milhões de abstencionistas, muitos deles de esquerda e mais concretamente da esquerda comunista, da justiça do próprio programa como do programa de mínimos subscrito em vésperas eleitorais com o Partido Socialista.

Procurar respostas

Nos próximos tempos haverá que buscar respostas para as incógnitas e as frustrações que estas eleições suscitaram na esquerda plural. Sem dúvida, a primeira será saber se continuarão a utilizar o estúpido dis-

Russos prendem chefe tchecheno

As forças russas prenderam domingo um dos mais importantes chefes tchechenos, Salmán Radúyev. Em Moscovo, Vladimir Putin classificou Radúyev como «um dos mais odiosos chefes de bandidos», acrescentando que «já está onde deve estar, na prisão». A captura de Radúyev representa uma importante vitória para Putin, numa altura em que se gastam os últimos cartuchos da campanha presidencial, e quando as tropas russas continuam a enfrentar sérias dificuldades para levar a cabo a «fase final» da guerra, agora travada nas montanhas do sul da Tchechénia. Radúyev, de 33 anos, tornou-se conhecido em Janeiro de 1996, no primeiro confronto com a Rússia, quando dirigiu uma acção sangrenta de puro terrorismo na república do Daguestão.

Lagos toma posse

Ricardo Lagos tomou posse como presidente do Chile no passado domingo. Em declarações à imprensa, já na qualidade de chefe de Estado, afirmou estar disposto a propor um referendo para reformar a Constituição do país. Entre as reformas que pretende levar a cabo conta-se a atribuição à presidência da faculdade de designar e de destituir os chefes das Forças Armadas. Lagos afirma que «um número muito importante de chilenos pensa que o presidente tem que ter nos altos comandos as pessoas que acha conveniente», e considera que «se isto não se puder resolver agora (...) significará que a transição continua por fazer». Ainda no domingo, Lagos anunciou as primeiras iniciativas que vai mandar para o Parlamento: recenseamento imediato nos cadernos eleitorais dos maiores de 18 anos, direito de voto dos chilenos residentes no estrangeiro e um projecto de seguro de desemprego.

Protestos em Marrocos

Mais de 100 000 pessoas, na sua maioria mulheres, saíram à rua em Rabat, no passado domingo, exigindo justiça, desenvolvimento e respeito pelos seus direitos. A manifestação foi convocada por mais de 100 organizações femininas, de defesa dos direitos humanos e partidos democráticos. No mesmo dia, em Casablanca, outras 300 000 pessoas responderam ao apelo de organizações islâmicas e desfilaram nas ruas. Na base das duas iniciativas, de sinal contrário, está a polémica gerada na sociedade marroquina pelo plano oficial para a integração da mulher no desenvolvimento do país. Os fundamentalistas islâmicos opõem-se ao plano, que consideram «produto do ocidente, em especial da França e dos EUA», e «contrário à lei islâmica».

El Salvador Vitória da FMLN

A Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) ganhou as eleições legislativas e municipais de domingo em El Salvador. Segundo os dados oficiais, a FMLN conquistou a maioria no Parlamento bem como nas principais cidades do país, incluindo a capital, San Salvador, cuja presidência já detinha. Os resultados representam a maior vitória da esquerda desde 1992, data em que negociações de paz puseram termo a uma guerra civil de 12 anos, que fez cerca de 75 000 mortos e desaparecidos.

De acordo com os dados provisórios do Supremo Tribunal Eleitoral, dos 84 lugares do Parlamento 31 serão ocupados por deputados da FMLN e 29 pela Arena (Aliança Republicana Nacionalista, de direita, até agora no governo). Os restantes 24 lugares serão repartidos por quatro pequenos partidos: 14 do Partido da Conciliação Nacional (PCN), cinco do Partido Democrata Cristão (PDC), três do Centro Democrático Unido (CDU) e dois do Partido da Acção Nacional (PAN).

Com estes resultados, a FMLN tem, pela primeira vez desde que se converteu em partido político em Janeiro de 1992, o direito de presidir à Assembleia Legislativa. Na legislatura anterior a Arena detinha o mesmo número de deputados (29), contra 27 da FMLN.

Nas autarquias, para além da capital, principal centro político do país, a Farabundo Martí ganhou em oito das 14 capitais de província, e em 12 dos 19 municípios que rodeiam San Salvador. No total, a FMLN saiu vencedora em mais de 70 dos 262 municípios salvadorense, incluindo os mais importantes.

Para Fabio Castillo, coordenador da FMLN, «o povo salvadorense triunfou em todas as frentes, na frente municipal, na frente parlamentar e sentimos que triunfou também na Frente Farabundo Martí».

Os números da desigualdade

Numa altura em que se comemorou mais um Dia Internacional da Mulher, interessa parar e reflectir um pouco sobre algumas das desigualdades que atingem ainda as mulheres portuguesas. E para isso vamos utilizar alguns dados oficiais.

Começemos por recordar como é que a população se reparte por sexos no nosso País. Assim, no 3.º trimestre de 1999, a população portuguesa atingia, de acordo com as estimativas do INE, 9 990 900, sendo 4 810 500 homens e 5 180 400 mulheres, ou seja, as mulheres representavam cerca de 51,9 por cento da população portuguesa.

Apesar do número de mulheres ser superior ao dos homens, verificava-se precisamente o inverso em termo de população empregada. Na mesma data, ou seja no 3.º trimestre de 1999, segundo também o INE, a população masculina

Inactividade e dependência

Se analisarmos os escalões de idade com maior capacidade produtiva (não incluímos aqui as idades até 24 anos, que são escalões em que muitos jovens ainda estudam) observa-se a seguinte situação:

Dos 25 aos 34 anos, 155 400 mulheres são consideradas inactivas, enquanto o número de homens é apenas 48 500, ou seja, 31 por cento do número de mulheres; no escalão dos 35 aos 44 anos, a situação é ainda mais grave, pois o número de mulheres «inactivas» soma 153 200 e o número de homens apenas 36 900, ou seja, somente 24 por cento do número de mulheres; e no escalão dos 45 aos 54 anos, o número de homens considerados «inactivos» é apenas 50 800, enquanto o número de mulheres atinge 210 900.

Se somarmos os valores anteriores por sexos chegamos a esta conclusão: nos escalões etários mais produtivos (25 aos 54 anos), o número de mulheres «inacti-

durante a sua vida activa rendimentos do trabalho inferiores aos dos homens, como mostraremos mais à frente, são elas que constituem a maioria dos reformados que recebem as pensões mínimas de reforma.

Desemprego atinge mais as mulheres...

Apesar de na propaganda oficial afirmar que a taxa de desemprego continua a baixar no nosso País, o certo é que o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego do IEFP revela, por um lado, uma tendência recente inversa, e, por outro lado, uma situação de profunda desigualdade em relação às mulheres, pois são elas as mais atingidas pelo desemprego.

Assim, de acordo com a «Informação Mensal de Mercado de Emprego» do IEFP, de Janeiro 2000, o desemprego registado em Dezembro de 1999 atingia 341 274, e, em Janeiro de 2000, já era 350 126, ou seja, mais 2,6 por cento do que no mês anterior.

Por outro lado, dos 350 126 desempregados inscritos nos Centros de Emprego, 211 056, ou seja, 60,3 por cento eram mulheres. Portanto, não é só a «inactividade», mas também o desemprego que atinge neste momento fundamentalmente as mulheres, o que revela a profunda desigualdade que continua a existir neste campo.

... e a precariedade também

Se analisarmos a população que tem emprego, concluímos que a precariedade atinge também mais as mulheres do que os homens.

De acordo com o INE, no 3.º trimestre de 1999, os trabalhadores por conta de outrem com contrato permanente, repartiam-se da seguinte forma:

1 557 800 eram homens, e 1 261 600 eram mulheres, ou seja, o número de mulheres com emprego permanente era inferior ao dos homens em 296 200, apesar de constituírem a maioria da população portuguesa.

Por outro lado, a população com contrato a prazo, que aumentou 12,1 por cento entre o 3.º trimestre de 1998 e o 3.º trimestre de 1999, e que neste último trimestre totalizava 483 300, deste total 265 000, ou seja, 54,3 por cento eram mulheres.

Acentua-se a diferença nas remunerações

De acordo com os Quadros de Pessoal publicados pelo Ministério do Trabalho,

entre Março de 1993 e Outubro de 1997 (últimas estatísticas neste momento disponíveis), verificou-se um agravamento na desigualdade das remunerações entre homens e mulheres no nosso País.

Efectivamente, quer se considere a «remuneração média mensal de base» quer se considere o «ganho médio mensal» o agravamento da desigualdade é claro.

Assim, tomando como base a «remuneração média mensal base», o valor auferido pelos homens era superior ao das mulheres 23 396\$00 em Março de 1993 e 27 583\$00 em Outubro de 1997; portanto em cerca de 2 anos a diferença aumentou perto de 17,9 por cento.

Se tomarmos como base o «ganho médio mensal», a diferença entre o valor auferido pelos homens e pelas mulheres cresceu ainda mais: os homens recebiam em média mais 33 095\$00 em 1993, e, em 1997, essa diferença já atingia 39 667\$00.

É esclarecedor observar que esta diferença tenha aumentado mesmo durante o governo PS. Efectivamente, em Outubro de 1995, o «ganho médio mensal» dos homens era 132 057\$00, e, em Outubro de 1997, era de 144 432\$00, ou seja, aumentou 12 375\$00. Em relação às mulheres, o «ganho médio mensal» que era, em Outubro de 1995, de 95 281\$00, passou, em Outubro de 1997, para 104 745\$00, ou seja, aumentou apenas 9 464\$00, o que correspondia somente a 76,5 por cento do acréscimo verificado no ganho médio dos homens durante o mesmo período. E tudo isto de acordo com dados oficiais publicados pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade.

Desigualdades agravam-se na nossa sociedade

Os factos anteriores, revelados pelas próprias estatísticas oficiais, constituem apenas uma pequena amostra das desigualdades que ainda continuam a afectar as mulheres na nossa sociedade. Mas existem muitas outras, algumas mais conhecidas, outras que continuam «invisíveis», e que interessaria denunciar e eliminar.

Basta olhar para os órgãos do poder (autarquias, Assembleia da República, Governo), onde o número de mulheres continua a ser claramente minoritário, facto este que apesar de muitas declarações não tem melhorado nos últimos anos. Portanto, o exemplo de desigualdade continua a vir de «cima».

No próprio ensino e saúde, onde o número de profissionais mulheres é claramente maioritário, no entanto o número de mulheres nos cargos de responsabilidade mais elevados (por ex., professoras catedráticas) continua a ser incompreensivelmente minoritário. Nestas áreas a discriminação é mais camuflada e silenciosa.

Em outras áreas as desigualdades são menos visíveis mas não menos importantes, até porque afectam camadas da população extremamente frágeis, como acontece com as mulheres pensionistas. A esmagadora maioria dos reformados que recebem as pensões mínimas, que são pensões de miséria, são mulheres.

Portanto, na nossa sociedade, as desigualdades que afectam as mulheres continuam a existir e mesmo a agravar-se. Mais que palavras, são necessárias medidas e a criação de condições que levem à sua progressiva e rápida eliminação.



empregada era de 2 653 300, enquanto a feminina era apenas de 2 186 800.

Em resumo, a população total feminina era superior à masculina em 369 900 habitantes, no entanto a que tinha emprego era inferior à masculina em 466 500. É como se sabe, o emprego é para a quase generalidade dos portugueses a única fonte de rendimento, o que significa também a base da sua independência económica. Quem não tem emprego é, na maior parte dos casos, dependente.

Se analisarmos a chamada população inactiva por idades e por sexos no 3.º trimestre de 1999 com base nos dados do INE, detectamos situações também reveladoras de desigualdades que interessa tornar visíveis.

«soma» 512 400, enquanto o número de homens é apenas de 140 900, ou seja, o número de homens «inactivos» representa apenas cerca de 27,5 por cento do número de mulheres em idêntica situação. E «inactividade» está associada, na maioria dos casos, a dependência, a falta de acesso a condições que permitam uma verdadeira igualdade entre os dois sexos.

É importante também chamar a atenção para o facto de com idade igual ou superior a 55 anos existem 640 600 homens «inactivos», e 1 096 900 mulheres, ou seja, mais 71,2 por cento de mulheres do que homens. Neste número, uma parcela significativa são reformados. No entanto, sendo a maioria das mulheres ou «inactivas» ou tendo auferido

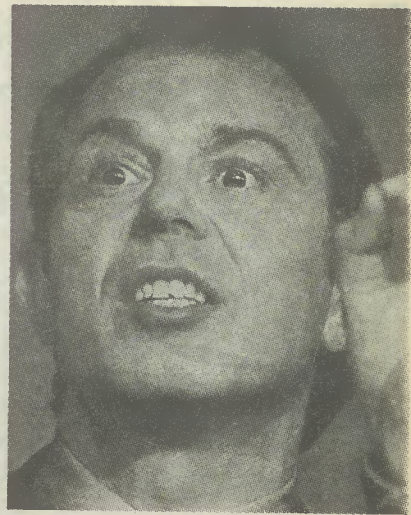
O Partido Trabalhista britânico, «New Labour», de Tony Blair, está à beira de uma perigosa ruptura. Mil militantes estão a abandoná-lo, semanalmente, em consequência dos resultados da eleição interna que determinaram ser Frank Dobson e não Ken Livingstone o candidato às eleições para a presidência da Câmara de Londres.

Já não são apenas os trabalhistas, mas todo o povo britânico, que olham Blair e nele vêem um manipulador com poucos escrúpulos, um oportunista sem princípios que opera na política e no governo com os olhos postos no imediato, sem estratégia para o futuro. Aquilo é tudo embalagem, não tem conteúdo.

Blair mandou o vice-primeiro-ministro, John Prescott, o único que ainda mantém algumas ligações ao mundo do trabalho e aos sindicatos, fazer algumas propostas de circunstância a Livingstone para que desista de candidatar-se à Câmara na qualidade de independente. Mas «Red Ken» ripostou que apenas aceitaria desistir desse projecto se o governo de Blair declarasse inequivocamente que também desistia da intenção

O primeiro-ministro britânico prestou Um péssimo serviço à democracia

• Manoel de Lencastre



deputados trabalhistas à Câmara dos Comuns, por Londres, pelos euro-deputados e pelos candidatos à futura Assembleia da cidade metropolitana. Logo saltou à vista que este último grupo era composto por apenas 75 pessoas, enquanto o primeiro compreendia 49 000 membros do partido e o segundo 443 000 sócios dos sindicatos. Então os referidos 75 tinham um terço da votação percentual em igualdade com os outros 49 000 e 443 000? Era aqui que residia o truque conducente à derrota de Ken Livingstone e à correspondente vitória de Frank Dobson.

A vitória forjada

Vejamos como se distribuíram os votos segundo este sistema blairista, social-democrata, de terceira via, moderno e globalista ao serviço do capitalismo, com a intenção de impedir a entrada de um socialista autêntico na presidência da Câmara de Londres.

Na primeira secção votaram 36 134 dos 49 000 membros do partido em Londres. Na primeira volta, Ken Livingstone obteve 54,9 por cento dos votos, Frank Dobson 35,2 por cento e Glenda Jackson 9,8 por cento dos votos. Na segunda volta, Glenda Jackson desistiu e Ken Livingstone venceu Frank Dobson por 59,8 por cento dos votos contra 40,1 por cento.

Na segunda secção, em que estavam inscritos 443 000 membros dos sindicatos filiados no Partido Trabalhista, Ken Livingstone obteve na primeira volta 70,9 por cento dos votos, Frank Dobson 26,9 por cento e Glenda Jackson 2,1 por cento. Na segunda volta, já sem esta última candidata, Ken Livingstone venceu Dobson por 72 por cento dos votos contra 27,9 por cento. Uma vitória esmagadora.

Na terceira secção, em que votaram 74 dos 75 inscritos, Frank Dobson foi o grande vencedor com 86,4 por cento dos votos nas duas voltas, enquanto Livingstone recolhia 12 por cento na primeira volta e 13,3 por cento na segunda, e Glenda Jackson, que desistiu na segunda volta, se ficava pelos 1,3 por cento na primeira.

Conclusão, divididas por três, as percentagens totais obtidas por Frank Dobson cifraram-se, no fim, em 51,47 por cento, enquanto as de Ken Livingstone não foram além de uma média de 48,4 por cento. Por isso, «Red Ken» perdeu e Frank Dobson venceu.

Os votos dos 65 que votaram na terceira secção a favor de Frank Dobson tiveram valor infinitamente superior aos de 36 134 militantes partidários e aos de 443 000 inscritos nos sindicatos filiados no Partido Trabalhista. Cada voto de um deputado equivalia aos votos de 653 membros do partido. Entre os sindicatos, o voto do AEEU (Amalgamate Engineering and Electrical Union) foi em bloco, o que significa que os filiados não votaram e os dirigentes (73) foram a favor de Frank Dobson (59) e por Ken Livingstone apenas 14.

Gritaram os trabalhadores membros do sindicato: «Mas nós não fomos consultados. Éramos quase todos a favor de Ken». Resposta dos dirigentes sindicais: «A nossa política era a de votar por Frank Dobson e está tudo dito.»

desastrosa de privatizar o Metro de Londres. A verdade é simples: se Livingstone se apresentar ao eleitorado como candidato independente, o «Labour Party», agora a comemorar o 100.º aniversário da sua fundação por Keir Hardie, conhecerá a maior convulsão da sua história depois da saída do «gang dos 4» que formaram o SDP (Social Democratic Party) há 19 anos.

«Red Ken» acabará por vencer

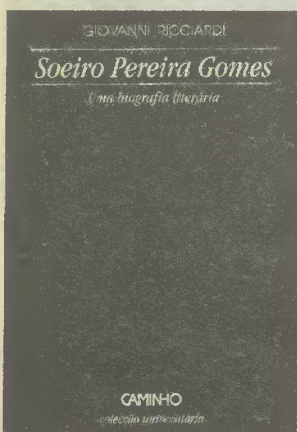
Até este momento, Ken Livingstone tem mantido uma posição cautelosa evitando declarações espectaculares que provoquem os oportunistas da direcção do partido. Mas todo este país sabe que, se se candidatar, a grande metrópole que é Londres votará nele «como um só homem», no próximo dia 4 de Maio, reconduzindo-o ao lugar de onde Margaret Thatcher o fizera sair. Toda a Londres conhece os enormes prejuízos que resultarão da privatização do Metro se Ken não for eleito. O país está confrontado com o caos que se verifica nos caminhos-de-ferro desde que foram privatizados e entregues a novas empresas cujo imediato objectivo não podia ser outro

senão o saque de valores e lucros de maneira quase tumultuosa. As privatizações em questão deram lugar ao aumento dos preços, ao colapso dos horários, à diminuição do pessoal, à não renovação do material circulante (só pintaram as carruagens), a cortes nos serviços - tudo, como a experiência ensina, para elevar os lucros ao máximo. A situação é tão grave que já tiveram lugar alguns espectaculares desastres de que resultaram dezenas de vítimas. Pretende-se que o mesmo aconteça com o «tube» (Metro)? Só Ken Livingstone possui uma política elaborada de transportes para a grande metrópole. Toda a Londres está disso consciente. As manobras de Blair para manter Dobson como candidato não iludem ninguém. Vamos assistir, sem dúvida, a um enorme espectáculo de manipulações em que os «spin doctors» ao serviço do primeiro-ministro trabalham activamente. Tudo o que fazem tem um só objectivo: calar a voz do povo, manter as coisas na tepidez dos que não querem lutar e preferem fugir à realidade, continuar o «big show» dos grandes senhores ministros no cenário do capitalismo.

Ken Livingstone,
o militante
trabalhista
conhecido
como «Red Ken»



Livros



Soeiro Pereira Gomes

Com o subtítulo de *Uma biografia literária*, a *Caminho* acaba de publicar, na sua *Colecção Universitária*, este livro, *Soeiro Pereira Gomes*, da autoria do italiano **Giovanni Ricciardi**, que o escreveu directamente em português, «numa prosa limpa e comunicativa», como assinala em prefácio o escritor **Urbano Tavares Rodrigues**.

Na introdução, **Giovanni Ricciardi** deixa-nos entrever, recordando a história do seu «encontro» com Soeiro, nos idos de 1968, os passos dados na pesquisa que então iniciou sobre a obra e a vida de um escritor, tão longe no tempo e no espaço das ocupações e da vida universitária deste autor. Até que, em 1996...

Mas deixemos ao leitor a sua curiosidade. E demos agora a palavra a **Urbano Tavares Rodrigues**, que nos fala desta obra:

«Ao apurado senso crítico que leva este sociólogo da literatura a valorizar a arte narrativa de Soeiro e a beleza do seu estilo, enquadrando o jovem escritor nos espaços humanos e geo-económicos onde a sua existência decorreu e se formaram a sua consciência cívica e o seu gosto decisivo pela escrita, com forte inclinação poética, acresce a forma como **Giovanni Ricciardi**, sinteticamente, elabora o quadro irrisório e sombrio do fascismo português, com as suas zonas de treva e os seus compromissos e hipocrisias.

«Soube ele, neste livro que se lê com o maior interesse, combinar a extrema fidelidade aos factos com os imprescindíveis juízos de valor, apresentando-nos o ficcionista e o militante unidos a tal ponto que fazem um só, como nos *Contos Vermelhos*, sem se esquecer de acentuar a qualidade estética, que é exemplar em *Esteiros*, nem a vertente algo didáctica e claramente épica de *Engrenagem*.

«Apesar da momentânea ocultação de quase toda a nossa literatura neo-realista, consequência do modelo de sociedade neoliberal, disfarçadamente anticomunista, que vigora em Portugal, **Soeiro Pereira Gomes** continua nas estantes das livrarias e até mesmo em universidades e outras escolas em diálogo com a juventude. Em boa hora vem assim a biografia de **Giovanni Ricciardi** iluminar a sua vida.»

Crónicas da Idade Média

• Ruben de Carvalho

O «Canal Parlamento»

Em artigo publicado na passada segunda-feira, Eduardo Cintra Torres desenvolve no PÚBLICO uma contundente crítica ao «Canal Parlamento» da TV Cabo: «uma inutilidade total» que «ocupa inutilmente uma frequência de TV (sendo as frequências um «bem escasso», conforme se diz sempre)».

Antes de ver de mais perto as observações de ECT, convém recordar como surgiu o «Canal Parlamento».

Tudo começou com a existência na Assembleia da República de um circuito interno de televisão montado com objectivos inteiramente funcionais. Pretendia-se (e conseguia-se) que em todo o edifício fosse possível seguir o que se passava no plenário, proporcionando aos deputados e aos quadros de apoio a possibilidade de desenvolverem trabalho nos gabinetes acompanhando simultaneamente os trabalhos do hemiciclo. O sistema nada tem de original, é comum a outras instituições semelhantes e cumpre um papel estimável no aproveitamento do tempo de trabalho de cada pessoa com funções dentro da AR.

A funcionalidade elementar do circuito interno traduzia-se numa natural simplicidade operacional: controlo remoto das câmaras fixas, movimentos visando quase exclusivamente proporcionar a imagem de quem em cada momento usasse da palavra, tudo traduzido num peso mínimo sob o ponto de vista técnico e humano.

Para além da componente informativa interna, o circuito foi ainda proporcionando ao longo dos tempos um útil apoio às estações de TV, fornecendo-lhes imagens que as câmaras próprias não tivessem captado por ausência de operadores próprios ditada pela gestão de meios de cada uma.

A «aproximação do eleitorado»...

Com o aparecimento da TV Cabo e a possibilidade de cedência de um dos respecti-

vos canais, apossou-se de alguns deputados um piedoso entusiasmo que visava pura e simplesmente nele injectar a imagem do referido circuito interno. Disseram-se as coisas mais gongóricas sobre a inestimável «aproximação com os eleitores» que a operação proporcionaria, a correspondência às «novas tecnologias» e à «modernidade», enfim, o parlamento entrava numa nova época graças a uma operação que, além do mais, não teria custos: a TV Cabo assegurava a ligação, o parlamento apenas tinha de se deslocar com uma ficha para fazer a ligação...

Convém recordar que nem todos os Grupos Parlamentares partilharam deste desvanecimento de que foi destacado animador o deputado José Magalhães, do PS.

O Grupo Parlamentar do PCP chamou na altura a atenção para dois ângulos que considerou relevantes. Em primeiro lugar, seria inevitavelmente medíocre a imagem proporcionada por um circuito interno puramente funcional a partir do momento que fosse transformada em programação emitida ao público por um canal televisivo. Antecipando dois anos as observações agora feitas por Eduardo Cintra Torres, chamou-se a atenção para que uma emissão de TV não é propriamente um retrato puro e simples da realidade, mas um complexo acto informativo que envolve profissionais, técnicas, critérios, etc. Daqui que fosse uma pura estultícia afirmar que toda a operação se iria fazer sem custos: inevitavelmente que, no mínimo, a breve prazo se iriam colocar exigências de aumento de equipamentos, contratação de técnicos, etc., que assegurassem melhor qualidade informativa às emissões, o que, obviamente, envolveria custos não negligenciáveis. A situação já se consumou, com propostas de aquisição de câmaras móveis, ampliações de regies, admissão de mais profissionais.

Em segundo lugar, disse o PCP, este inevitável percurso iria introduzir na gestão política do parlamento um problema com-

plexo: a insuficiência da solução inicial cedo ou tarde acabaria por se revelar, dando origem ao lógico aparecimento de propostas no sentido de assegurar uma melhor qualidade às emissões. Só que tal qualidade determina um tratamento profissionalizante das emissões, mas sob a direcção da própria Assembleia, ou seja, a Assembleia tenderia, no mínimo, a dispor efectivamente de uma «estação de TV» própria, o que de imediato coloca a questão da sua direcção e da definição de critérios informativos.

A verdade é que se poderá ir à procura de soluções tecnicamente profissionais, mas quem define profissionalmente os critérios informativos?! Prosaicamente, esta «estação de televisão» transformar-se-á no instrumento de poder que inevitavelmente todas são, com a agravante de este se situar no seio de uma instituição naturalmente muito sensível aos equilíbrios políticos.

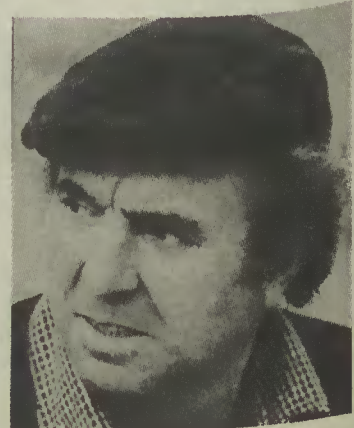
Um instrumento político

Não custa pois entender que os grupos parlamentares da Oposição não tenham achado razoável que o presidente da AR tenha nomeado o seu correligionário e deputado socialista José Niza para «director» da «estação»!

As observações de Eduardo Cintra Torres surgem assim com bastante razão de ser, pecando contudo por dois aspectos: primeiro, toda esta situação era previsível quando se deram os primeiros passos há dois anos e meio; em segundo lugar, sendo razoáveis as sugestões que faz, quer quanto a um possível conteúdo de um «Canal Parlamento», quer quanto ao seu funcionamento (concurso público aberto a profissionais, acompanhamento pelo Parlamento do cumprimento das regras definidas) cabe perguntar se não existem todas as razões para supor que, seja qual for a solução, a maioria socialista não oferece quaisquer garantias de isenção e independência...



Durante anos, João Martins espalhou o seu talento pela imprensa portuguesa: o Avante!, O Diário, a Bola e tantos outros acolheram os seus desenhos que, como se constata, mantêm essa perenidade que o humor e o sentido crítico concedem aos caricaturistas. João Martins ficaria certamente feliz se pudesse ter lido os jornais desta semana e eternizado com o seu traço o ex-dirigente da UDP Acácio Barreiros, hoje secretário de Estado PS para a Defesa do Consumidor, anunciando que o Governo vai dar cartões multibanco a 3 milhões de portugueses para «combater a exclusão social neste domínio» e, oh! caridade, para «vencer uma certa desconfiança das pessoas em relação aos bancos»!!!! Os bancos, desvanecidos, agradecem. Pudera! Este ano conta-se que sejam abertas cem mil novas contas bancárias: se o dinheiro de plástico significar apenas 10 contos por mês em cada uma, a banca passará a ter à sua disposição mais 12 milhões de contos de depósitos! Uma caricatura, com urgência...



Gastronomia

• José Labaredas

Açordinha
a contento

O Beija era maltês de pau e manta, rebelde, não deixando que nenhum lavrador lhe fizesse o ninho atrás da orelha, resposta sempre pronta na ponta da língua. Oferecia a sua força de trabalho (parca) aqui e ali, sem poiso certo, percorrendo as estradas desse seu Alentejo de sol a pino, de cardos e de pedras e de relações ínfimas de trabalho. Gostava de se aventurar na lonjura e raro se mantinha muito tempo em casa de um mesmo patrão.

Na praça de jorna, para aguçar a atenção do capataz e ser seguramente contratado e para iludir a proverbial fama de cavador sofrível, exibia uma enxada de folha larga que antes pedira emprestada a algum camarada mas, à entrega do trabalho das searas, lá se apresentava, afinal, munido da sua

avantajado a denotar algum sangue negro de quinhentos que se miscigenara insidiosamente na árvore genealógica, sem pergaminhos, da família; segundo outros, porque ao fim dessas tardes de domingo, depois de ingurgitar todo o pão, a magra mantinha de toucinho e o bojudo garrafão da murraça, ficava de lábio inferior descaído sobre o peito cogitando sobre a sua existência de deserddado da mais ínfima dignidade humana; pretextando ainda outros que as açordas que desde menino constituíam a base da sua alimentação lhe tinham, por uma espécie de mutação genética, feito pender progressivamente o lábio inferior.

Quando os dias de invernã se apresentavam enfarruscados e cinzentos, de nuvens baixas, Beija, a atestar esse seu pendor dietético monótono desde a meninice, tinha um dito costumeiro que se tornara bem popular entre os camaradas de trabalho: chamava-lhes dias "açórdiveis", isto é, "bons para a açorda", ao canto do borralho.

Numa dessas tardes domingueiras de estiagem inclemente, na roda dos camaradas que se entretinham a jogar renhidas partidas de chinquillo que Beija sempre seguia com entusiasmo mas sem participar directamente no jogo pois a mão já lhe perdera a pontaria, à passagem por perto do patrão que os saudou em tom paternal, Beija, praticamente tragadas que estavam todas as magras vidualhas, como que reflectiu em viva e revoltada voz perante os camaradas:

— Isto dos comeres está munto mal fêto!

O patrão, habituado às suas tiradas desconcertantes e que revelavam uma sagaz filosofia de vida, voltou atrás e como que em desafio, questionou-o:

— Então porquê, Beija?

Beija, olhando-o sobranceiro, retorquiu-lhe, expondo com vagares antigos:

— Os comeres haviam de estar enterrados... As açordas e as migas gatas aí a uns vinte centímetros... as sopas de cação a meio metro... os pezinhos de coentrada aí a um metro... os perus aí a um metro e meio... o lombo e costelas e o borrego assado e de ensopado aí a uns dois metros!

Depois de uma pausa em que avaliou o silêncio expectante do patrão, concluiu: — É que assim, a gente, a quem cresceram os dentes agarrados ao cabo da enxada, habituados a cavar toda a vida, podíamos comer sempre do melhor!

— Então tu ias-te sempre aos lombos e aos perus, não Beija?, respondeu-lhe o patrão Fernandes, seguindo uma lógica irrefutável.

Beija não se desmanchou. Rapou a última e ínfima fatia de toucinho, depositou-a sem pressas sobre a larga fatia de pão sobranço, deu uma dentada espaçada e, depois de limpar a boca à manga da camisa deslavada, ingurgitou uns derradeiros golos de vinho e só depois levantou a vista matreira para o senhor Fernandes e, displicentemente, respondeu-lhe, definitivo:

— Ná, ê cá contento-me só c'uma açordinha!



pequena enxadinha de folha exígua e já romba, pois Beija, malsão, não se deixava escravizar pelo trabalho árduo. Desde que, há anos, a companheira o abandonara, farta de uma vida insegura, sempre catando o tostão para a bucha de amanhã, que não se lhe conheciam amores duradouros, talvez também por ter um sentido de independência exacerbado, não dando mão a ninguém, como popularmente se diz.

Depois de pela manhã cuidar da leira das verduras, as tardes de domingo — a esse tempo único descanso semanal e lenitivo para as agruras do campo — gozava-as, invariavelmente, sentado no poial do monte, à sombra protectora da alpendrada, garrafão do tinto ao lado, cortando de uma peça de toucinho cru que fora destacar à grande manta da salga-deira, depois de o limpar cuidadosamente do excesso de sal com a velha cochila, finíssimas fatias, acompanhando essas pequenos nacos incrivelmente estreitos, quase transparentes, com generosos tassalhos de um grande pão caseiro e rudes golos de vinho, o olhar perdido na distância como que procurando horizontes risonhos para a sua tão anónima quanto desgraçada vida.

Segundo uns, a alcunha — Beija — adviera-lhe do lábio

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Na hora

Pontos nos ii

São a favor dos pobres? São. Digamos. Com certeza. É o que todos dizem. A questão não são os pobres, mas a pobreza. Está aqui a ciência. Só isso faz sentido.

Ou há associação de beneficência ou há partido.

À mesa do café

Meu compromisso é pra já.

Tu ainda estás ontem.

Daí concordo seja um bocado difícil dialogarmos.

A menos que me proves que o teu ontem está certo hoje, ou que o meu «já» é uma miragem.

Fica. Eu sigo viagem.

Sátira

Morreu. Tem o ar solene de quem há-de estar a votar na estabilidade.

Projecto

Não vou passar o resto dos meus dias a folhear o álbum de fotografias.

Não vou viver à custa das histórias das mil passadas glórias.

Amigos que já foram querem que eu use as mãos onde eles moram

mas atentas aos novos materiais novas tecnologias.

Dar nova arte aos nossos ideais para moldar os dias.

Trabalhadores

Não queres que ninguém te julgue operário. Bem. Mas não trabalhas? Não vendes o teu suor? Afinal, o que entendes por ser trabalhador?

Têxtil, mineiro, ganga de raiz professor, jornalista? Exacto. Tanto trabalho a tanto, dá xis. É mau, se não tiveres sindicato.

O Prado Coelho é um operário. E o Bettencourt Resendes. E o João Pinto, o Paulo Pires. São operários a Bárbara Guimarães a Fátima Lopes, o Carlos Cruz e o Herman.

Usam fato macaco mas por dentro. Ou vestem a ganga dos recibos verdes.

Um dia, deixam de ser úteis, vão (como sempre sucede a quem trabalha) para além do que foi uma ilusão e não há nada que lhes valha. Nada.

A velhice, a doença, o esquecimento...

É assim mesmo, camarada.

(Desculpa o atrevimento)

Cartoon

• Monginho

O CARNAVAL DE TODOS OS DIAS...



Religiões

• Jorge Messias

A falsa revisão da Concordata

Se acaso fosse legítimo alimentar alguma dúvida sobre o assunto, a leitura de três artigos de opinião - recentemente distribuídos pela Agência Ecclesia, do Secretariado Nacional das Comunicações Sociais, órgão da Conferência Episcopal - acerca dos termos de uma próxima revisão da Concordata, bastaria para dissipar a incerteza. Assinam essas peças três destacados católicos: D. Eurico Dias Nogueira, Arcebispo Primaz Emérito de Braga, o Prof. Manuel Saturnino Gomes, Director da Faculdade de Teologia da Universidade Católica, e o reputado constitucionalista Prof. Jorge Miranda. Todos eles, figuras públicas de relevo.

É interessante assinalar como entre estes três homens - um representante do alto clero, um mestre do ensino católico e um notável jurista de formação confessional - se estabelece um consenso e uma complementaridade total de pontos de vista.

«Uma concordata é o meio normal e mais adequado para definir o relacionamento de um Estado com a Igreja

1940 teve em vista encerrar uma profunda crise causada, trinta anos antes, pela separação republicana entre a Igreja e o Estado. «Acintosa», é como D. Eurico classifica essa lei de 1911 que a hierarquia católica até agora não conseguiu revogar.

Já Saturnino Gomes, mestre em Teologia, aborda a questão de ângulo um pouco diferente. Ataca os críticos da Concordata, elogia nesta área as posições políticas então adoptadas pelo governo do ditador Salazar, descreve como *anti-religiosas* as leis de separação da I República e passa ao importante espaço do financiamento da Igreja: «O capítulo dos benefícios fiscais não é intocável: somos o mais abertos possível!... Manter a situação actual?... Isonomia alargada unicamente às dioceses e institutos de vida consagrada?... Possibilidade dos fiéis destinarem uma percentagem dos seus impostos em benefício da Igreja?... Porque não prever a criação de um Instituto ou de um Fundo, para onde revertesse anualmente uma soma atribuída pelo Estado à Igreja?».

Depois, Jorge Miranda fecha a ronda dos notáveis. Começa pelo fim: «Uma leitura atenta da Concordata de 1940 mostra que a quase totalidade das suas normas... não contradizem os princípios de liberdade e igualdade da Constituição de 1976.» Em seguida enumera resumidamente os 31 preceitos do articulado concordatário. Admite que em 22 dos seus artigos, a Concordata procura simplesmente integrar-se na ordem constitucional de fachada vigente nos anos 40. E considera que, no jogo verbal em que o constitucionalista consente participar, 11 dos artigos da Concordata são, parcial ou totalmente, inconstitucionais. Pormenor ao que parece de somenos, visto que o não impede de reconhecer que «a Concordata representou no período imediato subsequente a 1974, marcado por instabilidade, um importantíssimo factor de enquadramento e de segurança jurídica». De desejar que «sem dramatismo nem precipitação, mas com serenidade e em tempo útil, uma nova Concordata possa ser estabelecida». E de considerar (declaração estupefacente na pena deste constitucionalista), que as normas do Acordo Missionário «são historicamente situadas, com que se pretende preservar não tanto interesses da Igreja Católica quanto interesses do Estado Português».

É, afinal, uma nova consagração do direito de ingerência. No trágico jogo das lutas civis africanas, que peso negativo terá tido um acordo missionário caduco desde 1974 mas semi-secretamente mantido em vigor? Que apoios ao neocolonialismo? Que coberturas a outros tráficos secretos?

Não concedamos crédito a quem nos vier dizer que a Igreja Católica institucional mudou e continua a mudar! É ingenuidade ou rematada corrupção.



Católica» - escreve o bispo de Braga que aproveita para recordar uma passagem do Protocolo Adicional subscrito pelo dr. Salgado Zenha, em 1975, por ocasião da única pequena alteração cosmética que o texto concordatário sofreu ao longo de 60 anos - «Mantêm-se em vigor os outros artigos da Concordata de 7 de Maio de 1940.» D. Eurico conclui, então, que uma próxima revisão do diploma apenas deve considerar alterações julgadas «necessárias ou convenientes». E lembra que o acordo de

Pontos Cardeais

A regata

A regata luso-brasileira de veleiros que largou há dias de Lisboa rumo ao Brasil, repetindo a viagem de Pedro Álvares Cabral e no âmbito das comemorações dos 500 anos do «achamento do Brasil», sofreu um desaire onde menos se esperaria: em pleno território português, mais concretamente na Madeira. E porquê? Porque Alberto João Jardim, presidente do governo regional, decidiu proibir os 14 veleiros participantes na regata Brasil 2000 de se abrigarem na marina do Funchal, numa breve escala da viagem, abrindo apenas uma excepção à caravela *Boa Esperança*, que teve permissão de atracar na marina, enquanto os outros 14 veleiros participantes foram remetidos para o cais Sul do Porto do Funchal e as 23 embarcações que acompanham a regata foram, liminarmente, recambiadas para a marina de Tenerife, nas ilhas Canárias. Segundo explicou João Jardim, em mais um comunicado pessoal e oficial, não passa de «provincianismo» «julgar que nós, Madeirenses, iríamos tirar barcos da marina do Funchal para aí abrigar uns forasteiros».

Mais tarde ou mais cedo, este homem ainda vai ao fundo. E só com o peso da asneira.

As missas

Quando se fala das *performances* de Alberto João Jardim, a coisa fica como as cerejas - agarra-se uma e vêm outras atrás. Como estamos perto de novas eleições regionais, mais uma vez o senhor presidente Jardim anda a fazer propaganda eleitoral no adro das igrejas e à saída das missas, num programa contado ao minuto, coor-

denado com os horários religiosos e «batendo» todas as freguesias. Apresenta-se, como sempre, muito disponível e compincha, distribuindo graçolas, desfiando um rol de benfeitorias por si realizadas e acrescentando muitas outras a realizar, rematando com uma democrática disponibilidade para «ouvir críticas e sugestões». Foi nesse período que tudo se destrambelhou, dado que uma cidadã, madeirense e emigrante, o interpelou dizendo que fora obrigada a sair para o estrangeiro porque não encontrava trabalho na Madeira. Jardim desmentiu-a de imediato, afirmando que «quem a mandara dizer aquilo não sabia que a taxa de desemprego na freguesia era de 1%», ao que a queixosa contrapôs números bem mais negros e conhecidos de todos os presentes. Resultado: Jardim virou-lhe as costas e foi pregar para outra freguesia...

Casas

O *Diário de Notícias* informou esta semana que cresce, diariamente, o número de portugueses habitantes da raia que procuram casa em Espanha, dado que tanto o aluguer como a compra de habitação própria são entre um terço e metade mais baratos que em Portugal. E as contas são simples de fazer: como a distância entre a habitação em Espanha e o trabalho em Portugal anda pelos 10 ou 15 quilómetros, é compensador habitar do lado de lá e trabalhar do lado de cá.

A selvática especulação imobiliária que grassa pelo país já deu nisto: a transferência crescente de mais-valias portuguesas para Espanha, agora também no sector imobiliário...

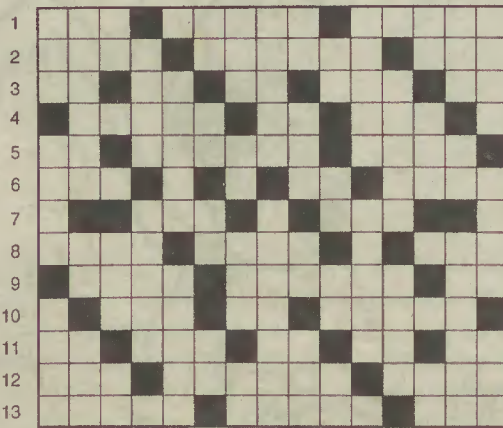
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Contr. da prep. a com o art. def. os; angústia; envergas. 2 - Desmoronar-se; áureo; ave-do-paraiso. 3 - Art. def.; outra coisa; pref. que exprime a ideia de dois; sedimento; palavra havaiana que designa lavas ásperas e escoriações. 4 - Relativo ao eixo; avenida (abrev.); consta. 5 - Pref. ind. de movimento, direcção; que não contém água; faculdade. 6 - Preposição; particula afirmativa do dialecto provençal; carne do músculo da perna do boi. 7 - Filtra; mula. 8 - Espécie de padiola, para transporte de doentes; projectil de arma de fogo; cordel delgado. 9 - Pedacinho de qualquer coisa; diz-se de algo que apresenta esta cor; pron. pess. 10 - Grande resplendor; alternativa; idiota. 11 - Pref. design. de negação; ausência; a ti; Associated Press (abrev.); graceja. 12 - Qualidade; qualquer utensílio adequado a uma arte ou ofício; estimar. 13 - Coisa aflitiva; antepenúltimo planeta do nosso sistema solar; tempo.

VERTICAIS: 1 - Lugar dos sacrificios; parte do lombo do boi, entre a pá e a extremidade do cachaço; existência. 2 - Atrevido; antes de Cristo; fruto da noqueira. 3 - Nota musical; pref. que exprime a ideia de alguém de; forma antiga de mim. 4 - Risca; extremidades. 5 - Arremesso; lubrificar. 6 - Abrev. de nada ou não; medida itinerária chinesa; principio do alfabeto; mil e cinquenta em numeração romana. 7 - Pref. de origem latina que exprime a noção de inferioridade, de dependência, de aproximação e substituição; quinhentos e cinquenta em numeração romana; suf. nom. de origem latina, que exprime a ideia de origem ou relação; designa nojo ou desprezo. 8 - Abrilhantar; assobiar. 9 - Grito de dor, de alegria; impulso rápido; atmosfera; emprega-se para excitar ou animar. 10 - Cento e cinquenta em num. romana; Correio da Manhã (sigla); pedra de amolar; pref. de origem grega que exprime a ideia de separação, privação. 11 - Objecto; ligara. 12 - Via de comunicação principal numa cidade; carta geográfica ou celeste. 13 - Ruim; amarra com nó; a min. 14 - Bolo chato e circular de farinha de arroz e azeite de coco, usado na Ásia; extraterrestre (sigla); repetir. 15 - Vento que sopra do lado onde nasce o Sol; serviu-se de; indignação.

SOLUÇÃO: 1 - Contr. da prep. a com o art. def. os; angústia; envergas. 2 - Desmoronar-se; áureo; ave-do-paraiso. 3 - Art. def.; outra coisa; pref. que exprime a ideia de dois; sedimento; palavra havaiana que designa lavas ásperas e escoriações. 4 - Relativo ao eixo; avenida (abrev.); consta. 5 - Pref. ind. de movimento, direcção; que não contém água; faculdade. 6 - Preposição; particula afirmativa do dialecto provençal; carne do músculo da perna do boi. 7 - Filtra; mula. 8 - Espécie de padiola, para transporte de doentes; projectil de arma de fogo; cordel delgado. 9 - Pedacinho de qualquer coisa; diz-se de algo que apresenta esta cor; pron. pess. 10 - Grande resplendor; alternativa; idiota. 11 - Pref. design. de negação; ausência; a ti; Associated Press (abrev.); graceja. 12 - Qualidade; qualquer utensílio adequado a uma arte ou ofício; estimar. 13 - Coisa aflitiva; antepenúltimo planeta do nosso sistema solar; tempo.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

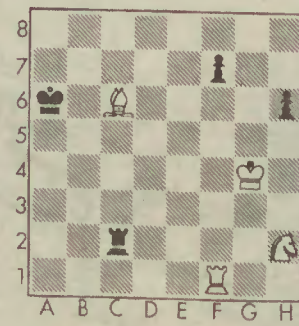


SOLUÇÃO: 1 - Contr. da prep. a com o art. def. os; angústia; envergas. 2 - Desmoronar-se; áureo; ave-do-paraiso. 3 - Art. def.; outra coisa; pref. que exprime a ideia de dois; sedimento; palavra havaiana que designa lavas ásperas e escoriações. 4 - Relativo ao eixo; avenida (abrev.); consta. 5 - Pref. ind. de movimento, direcção; que não contém água; faculdade. 6 - Preposição; particula afirmativa do dialecto provençal; carne do músculo da perna do boi. 7 - Filtra; mula. 8 - Espécie de padiola, para transporte de doentes; projectil de arma de fogo; cordel delgado. 9 - Pedacinho de qualquer coisa; diz-se de algo que apresenta esta cor; pron. pess. 10 - Grande resplendor; alternativa; idiota. 11 - Pref. design. de negação; ausência; a ti; Associated Press (abrev.); graceja. 12 - Qualidade; qualquer utensílio adequado a uma arte ou ofício; estimar. 13 - Coisa aflitiva; antepenúltimo planeta do nosso sistema solar; tempo.

Xadrez

DCCXLIV - 16 DE MARÇO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000X10
Por: *Aleksei Troitzki*
«Shakmaty URSS», 1934

Pr.: [4]: Ps. f7, h6 - Tc2 - Ra6
Br.: [4]: Ch2 - Rc6 - Tf1 - Rg4



Branças jogam e ganham

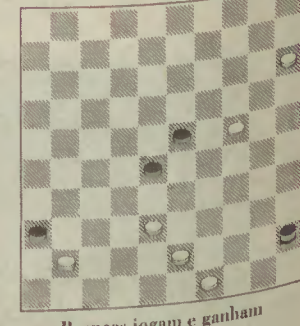
SOLUÇÃO DO N.º 2000X10 [A.T.]:
1. Tf6, Th2; 2. Bg2+, Ra7; 3. Tf7+, Rb6; 4. Tf2, Rc7; 5. Td2, Rb6; 6. Tc2, Ra5; 7. Tf7, R-; 8. Bb7 (c6) #

Damas

DCCXLIV - 16 DE MARÇO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000D10

Por: *R. Bergsma*
[NL.], 1948

Pr.: [1]: 23-28-36-(44)
Br.: [6]: 15-24-38-41-43-49



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000D10 [R.B.]:
1. 43-39, (36x47=D); 2. 39-33, (28x39); 3. 49-43, (47x20); 4. 43x34, (45x29); 5. 15x33 +

A. de M. M.

A. de M. M.

ALMADA - **Debate com Álvaro Cunhal** sobre «A validade e actualidade do projecto comunista»: sexta-feira, 17, 21h, na SFUAP. **Almoço** no CT de Almada com **Odete Santos**: domingo, dia 19.

ALCÁCER DO SAL - **Almoço** no Centro Cultural e Soc. do Bairro do Laranjal, com **José Vitoriano**: sábado, dia 18, 13h

ALPIARÇA - **Almoço** no Pavilhão da Feira, com **Jerónimo de Sousa**: domingo, 13h

AVIS - **Convívios** em **Alcórrego** (no Salão da Creche) e **Ervedal** (no CT) - ambos sábado, 18, às 16h.

AZEITÃO - **Almoço** em **Vendas de Azeitão**, C.M.U.P., domingo, 19, 12h30, com **Álvaro Cunhal**.

BARREIRO - **Jantar** com **juvens militantes** do Partido: sábado, 21h, CT Concelhio, com **Carlos Humberto**.

CASCAIS - **Almoço convívio e debate** sobre a actividade do Partido e da CDU na freguesia: sábado, 13h, CT de Cascais.

CASTELO BRANCO - **Jantar e convívio** no Rest. Zé dos Cachopos: sexta, 17, 19h30, com **Lúisa Araújo**

CONDEIXA - **Jantar e debate** com **Ilda Figueiredo**: sábado, 20h30, Casa do Povo do Sebal

COUÇO - **Almoço** na Casa do Povo, com **Domingos Abrantes**: sábado, 13h

ESTREMOZ - **Jantar e convívio** com **José Casanova**: sábado, 19h30, no salão dos Bombeiros Voluntários

FUNDÃO - **Jantar** no restaurante «Mário's»: sexta, 19h30, com **Aurélíio Santos**.

LISBOA - **Almoço** (matança do porco) do Sector Público na **Quinta da Atalaia**: sábado, com **Albano Nunes**

MÉRTOLA - **Almoço** no CT do PCP, com **Carlos Brito**: domingo, dia 19, 13h

MONTEMOR-O-NOVO - **Almoço** com **José Casanova**: sábado, dia 18, 13h, na Esc. Secundária.

OVAR - **Jantar** no restaurante A Gaiyota, no Furadouro, com **Honório Novo**: sábado, 20h.

PALMELA - **Jantar** na Quinta do Melro, com **Domingos Abrantes**: sexta-feira, dia 17, 20h. **Jantar** no Grupo Desportivo de **Asseiceira/Poçoirão**, com **Lino de Carvalho**: sábado, 20h

PINHAL NOVO - **Almoço** no CT, com **Valdemar Santos**: sábado, 13h

PAREDES - **Jantar** no restaurante O Verde, em Gandra, com **Agostinho Lopes**: sábado, 20h30

PORTEL - **Almoço** nos Bombeiros Voluntários: sábado, 13h, com **António Vitória e Vidigal Amaro**.

REDONDO - **Jantar** no Restaurante Galito, Aldeia da Serra: sábado, 19h30.

SALVATERRA DE MAGOS - **Almoço** nos antigos Celeiros da EPAC, com **Octávio Teixeira**: sábado.

SANTA MARIA DA FEIRA - **Almoço** no Centro de Trabalho, com **Francisco Lopes**: domingo, 13h

SANTA IRIA DA AZÓIA - **Jantar** com **Henrique de Sousa**: sábado, 20h.

TORRES NOVAS - **Jantar** no restaurante Ritonicho, com **Francisco Lopes**: sábado, 20h

VIDIGUEIRA - **Almoço** no restaurante A Encruzilhada: domingo, 12h30

VILA VIÇOSA - **Almoço** em **Bencatel**, com **Raimundo Cabral**: domingo, 13h, restaurante O Lagar

VILA FRANCA DE XIRA - **Poesia/convívio** na Galeria Bar do Centro de Trabalho: sexta-feira, 21h.

Defender, Reforçar e Renovar o Serviço Nacional de Saúde

Debate promovido pelo Sector da Saúde da ORL com a participação de **Edgar Correia**, **Natália Filipe** e dos médicos **Cipriano Justo** e **António Araújo**
Hoje, quinta-feira, 21h, Hotel Lisboa Plaza

Debate:

«ONDE ESTÁ A REVOLUÇÃO?»
Sexta-feira, 17, 22h30, CT do PCP de Santos
(Lg. De Santos - Lisboa)

Debate em Lisboa

promovido pela Org. Ensino Superior, com **Sérgio Ribeiro**:
«A Cimeira do Emprego e a Globalização»
Segunda-feira, 20, 21h30, CT Vitória

Convívio no CT de Algueirão

Sexta-feira a partir das 21h30

Melhores salários Emprego com direitos Mais valor ao trabalho

– Campanha Nacional do PCP de contacto com os trabalhadores

No decurso da campanha lançada na passada terça-feira, a decorrer de 14 de Março a 15 de Abril, a generalidade das organizações do PCP promove acções junto dos trabalhadores, privilegiando os contactos nas empresas, com o apoio de um folheto e de outros materiais de edição nacional e local.

Para os próximos 8 dias, podemos divulgar as seguintes:

Distrito de AVEIRO:

Distribuições nas empresas:

Hoje, quinta-feira - Renault Expresso, Vista Alegre, Quinta Nova, em **Ílhavo**
Sexta-feira, 17 - Clio Branco, C.J.Clark, Cerne, em **C. Paiva, Arouca**. Renault Expresso, Águas do Luso, Cirne, ex-Somepal, na **Mealhada**.
Segunda-feira, 20 - Clio Branco, Simoldes, Silampos, Osvaldo Pinto, Albertino Bastos, em **Oliveira de Azeméis**. Renault Expresso, Silva & Irmão, Handy, Arrancar, Revigrés, A.P.Vidal, Grafilarte, em **Águeda**
Quarta-feira, 22 - Renault Expresso, Sanitana, Pavigrés, Esmaltina, na **Anadia**. Clio Branco, Corfi, Fosforeira, Viúva de Sá, Poli-Poli, Câmara Municipal, Cetap, Eurospuma, em **Espinho**
Sexta-feira, 24 - Clio Branco, Arsopi, Progresso, Cole, Viciada, em **Vale de Cambra**.

Encontro de trabalhadores do Material Eléctrico - Sábado, dia 18, às 14h30, no Salão Paroquial de **Ovar**, com a participação de **Ilda Figueiredo e Francisco Lopes**

No concelho do BARREIRO:

Distribuições nas empresas:

Hoje, quinta-feira - Portugal Telecom e Trabalhadores das Autarquias.
Sexta-feira, 17 - EMEF/Ferrovários, Trabalhadores das Autarquias (Nicola e TCB)
Sábado, 18 - Feira Nova/Lavradio e Catarina Eufémia
Terça-feira, 21 - SLE, Adubos Portugal, Essence.
Quinta-feira, 23 - Sete Portais
Sexta-feira, 24 - Soflusa.

Distrito de LEIRIA:

Distribuições nas empresas:

Quinta-feira, 23 - Estaleiros da CM Marinha Grande, Mortensen, Cimpor e Macenam, na **Marinha Grande**. Atlantis e Spal, em **Alcobaça**. Roca, em **Leiria**.
Sexta-feira, 24 - Idal e Frigorífica, no Porto de Pesca de **Peniche**. Molde, Scala, Bordalo Pinheiro e Promol, em **Caldas da Rainha**

Distrito de LISBOA:

Distribuições nas empresas:

Quinta-feira, 16 - Hotel Ritz e Hotel Sheraton, CTT Terreiro do Paço e Conde Redondo, em **Lisboa**. Euronadel, em **Cascais**. Cometna e Velan (Famões) e Zona Industrial da Pontinha, em **Odivelas**. Estações da CP de todo o concelho de Vila Franca, OGMA (Alverca), Atral e CIPAN, DAN-CAKE (Póvoa de Sta. Iria), no concelho de **Vila Franca de Xira**.
Sexta-feira, 17 - Fábrica Barros, B. Janz, Renault, Sorel: EDP/M, Pombal e Portugal Telecom, Vimeca, em **Lisboa**. UNOR e CODAN, em **Odivelas**. Solvay e Estação CP da Póvoa de Sta. Iria, Grupo Previdente/Alverca, trabalhadores das JF Alverca e Vialonga, em **Vila Franca**.
Segunda-feira, 20 - Hotel Penta, Portugal Telecom, Apeadeiro CP Entre-

campos, Metro Campo Grande, em **Lisboa**. Euronadel e Legrand, em **Cascais**. Feira do Silvado, em **Odivelas**. CIMPOR e pequenas empresas da zona, em **Vila Franca**.

Terça-feira, 21 - OGFE e Feira da Ladra; Lanalgo; EDP/Barb. du Boca-ge, CTT/Casal Ribeiro, Port. Telecom/Picoas; Seg. Social (Areiro, Sal-danha, Alameda, CNP; Instituto Meteorológico, LNEC; TAP, ANA e Portugalgália, em **Lisboa**. Recheio e P. Rendeiro (Abóboda), em **Cascais**. Contel, em **Odivelas**. Socobre, Dustrimetal, Santos e Ferreira, Fateleva, Henkel e Colgate, em **Vila Franca**.

Quarta-feira, 22 - Hotel Tivoli e Hotel Meridien; Min. Agricultura, INETI, ITN; Hovione, Rhone Poulenc, em **Lisboa**. Gel Peixe (Sete Casas), Lever/Sacavém, Triunfo/Camarate, em **Loures**. Oficinas da CM de Cascais e Vitronh, em **Cascais**. Tadeu e Francelina e Vulcano, em **Odivelas**. Macol, Vatel e pequenas empresas da zona, em **Vila Franca**.

Quinta-feira, 23 - Carris/Sto. Amaro, em **Lisboa**. Suma, em **Cascais**. Empresas junto à UNOR, em **Loures**

Distrito de PORTALEGRE:

Acções diversas nas seguintes localidades:

Sexta-feira, 17 - **Avis, Sousel e Fronteira**
Quarta-feira, 22 - **Campo Maior e Arronches**

PORTO

Visita à EMEF - Com a participação de **Honório Novo**, encontro com estruturas dos trabalhadores e administração, e almoço no refeitório da empresa com os trabalhadores: segunda-feira, dia 20

Distrito de SANTARÉM

Distribuições nas empresas:

Segunda-feira, 20 - AJN Metalúrgica, FNI-Fábrica Nacional de Iluminação e Lisboargos, em **Muge**. Incompol e João de Deus, em **Porto Alto**.
Terça-feira, 21 - Portugal Telecom, Fiação e zonas urbanas, em **Torres Novas**. Olimar Metalúrgica e zonas urbanas, em **Alcanena**. ZI-Curtumes, em **Vila Moreira**. EMEF e estação da CP, no **Entroncamento**.
Quarta-feira, 22 - Hospital, Centro Reg. da Seg. Social, Zona Industrial e zonas urbanas, em **Santarém**

Distrito de SETÚBAL

Encontro Regional de Setúbal de Quadros do PCP da área do Trabalho - Sábado, 18, das 10 às 17h30 no Clube Recreativo Piedense, **Cova da Piedade**, com a participação de **Jerónimo de Sousa**

VIANA DO CASTELO:

Sessão pública sobre os projectos de lei que o PCP vai apresentar na AR sobre emprego e direitos dos trabalhadores: sexta-feira, 17, às 21h30, no Auditório do Grupo Desportivo e Cultural dos ENVC, com a participação de **Jerónimo de Sousa**

LISBOA

Reunião distrital

sobre o trabalho partidário com as novas gerações de trabalhadores
Hoje, quinta-feira, 18h30, no CT Vitória, com a participação de **Carlos Carvalhas**

VI ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA AMADORA

Sábado, 18, das 10 às 18h,
no Recreios da Amadora

4ª Assembleia da Organização da Zona Norte de Lisboa

Salão Nobre do Pav. Carlos Lopes –
Sábado, 15h

CARTAXO

Assembleia da Org. Concelhia

Domingo, 19 de Março, 14h30
Centro Social Vale da Pedra
Às 12h30 - almoço-convívio
Participa **Albano Nunes**

TOMAR

4ª Assembleia da Org. Concelhia
Domingo, 19 de Março, 14h30, Centro de Trabalho

LARANJEIRO

5ª Assembleia da Org. da Freguesia
Sábado, dia 18, 15h, no CIRL

MONTELAVAR

1ª Assembleia da Org. da Freguesia
Sábado, dia 18, 21h30, no CT, com
António Cordeiro

QUELUZ

6ª Assembleia da Org. da Freguesia
Sábado, dia 18, 15h,
no Ginásio do Belenenses de Queluz
com **Marília Villaverde Cabral**

AMADORA

Venteira - Plenário de militantes da freguesia: hoje, dia 16, às 21h no CT

ESTREMOZ

Veios, S. Domingos de Ana Loura - Plenários nas sedes das Juntas de Freguesia respectivas, ambos hoje, dia 16, 18h

LISBOA

Seguros - Plenário de militantes sobre a situação sindical e social no Sector e tarefas do Partido: quinta-feira, 16, 18h, CT Vitória
Debate sobre Saúde - Terça-feira, 21, 19h, CT Vitória, com **Edgar Correia**

LOURES

9ª Assembleia da Célula dos Trabalhadores Municipais: no Refeitório da CM, sábado, 14h

Catujal - Sessão sobre Saúde nos Reformados do Catujal, com **Bernardino Soares**: sexta-feira, 21h

ODIVELAS

Plenários preparatórios da 2ª Assembleia da Organização Concelhia de Odivelas:
- Sector de Empresas - Hoje, Quinta-feira, 18h, CT de Odivelas
- Célula do PCP na Com. Instaladora do Município de Odivelas - Sexta, 17, às 13h, no CT de Odivelas

- Caneças - Sábado, 16h, CT de Caneças
- Olival Basto - Sábado, 15h, no Salão da Junta de Freguesia

- Póvoa Sto. Adrião - Sábado, às 15h, no Salão da Junta de Freguesia

SANTARÉM

Plenários preparatórios da 6ª Assembleia da Organização Regional de Santarém:

- **Entroncamento** - Sexta, 17, 21h, no CT
- **Coruche** - Célula da CM: Sexta, 17h, refeitório da Câmara

- **Tomar** - Sábado, 15h, no CT

- **Abrantes** - Sábado, 15h, no CT

- **Cartaxo** - Domingo, 14h30, no CT

- **Salvaterra de Magos** - Quinta, dia 23, 21h, no CT

- **Samora Correia** - Sexta, dia 24, 21h, no CT

- **Alpiarça** - Sábado, dia 25, 21h, no CT

- **Coruche** - Sábado, dia 25, 15h, no Refeitório da CM no Rossio

- **Vila Nova da Barquinha** - Domingo, dia 26, 15h.

SEIXAL

Freguesia do Seixal - Plenário da organização, com a participação de **José Paleta**: sábado, 15h30, CT

Pequenos e Médios Empresários - Reunião no CT, sexta-feira às 21h30.

Fernão Ferro - Plenário da organização da freguesia: domingo, 10h

SINTRA

Algueirão - Plenário-debate sobre a história do PCP, com a participação de **Dias Lourenço**: sábado, 18, 16h30, no Centro de Trabalho.

Almargem do Bispo - Plenário da freguesia, em casa do cam. Miguel Rodrigues: sexta-feira, 21h30

VILA FRANCA DE XIRA

Debate sobre Emprego, com **Arménio Carlos**: sábado, 21h30, CT de Vila Franca

Póvoa de Sta. Iria - Plenário para discutir o próximo Congresso: domingo, 15h

ATVer

«Os Virtuosos»,
do britânico
Mark Herman

«Estão todos Bem», com Michèle
Morgan e Marcello Mastroianni



Relação Fiel e Verdadeira

(Quinta, 00.35, RTP 2)

Primeira obra da realizadora **Margarida Gil**, este filme aborda o drama de uma jovem da aristocracia nortenha que é dada em casamento a um outro aristocrata arruinado que se serve do casamento como meio de resolver os seus problemas financeiros. Adaptado de um relato datado do século XVII, o filme denuncia a impunidade da violência no casamento e a concepção conservadora e reaccionária do papel do homem e da mulher, com boas interpretações de **Catarina Alves**, **António Sequeira Lopes** e **Laura Soveral**.

Os Virtuosos

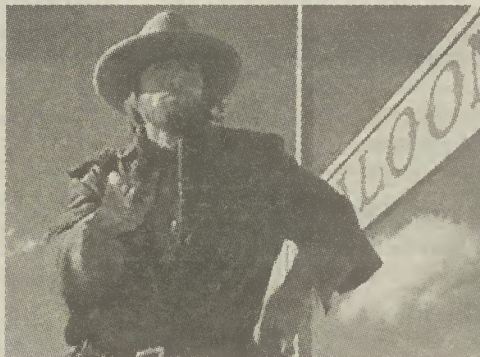
(Sexta, 23.30, RTP 2)

Realizador preocupado com a abordagem no cinema dos problemas sociais do seu país, **Mark Herman**, realizador britânico da melhor linhagem de um **Ken Loach** ou um **Mike Leigh**, debruça-se neste filme sobre uma pequena comunidade mineira, agitada pelo encerramento de uma mina e sob o espectro do desemprego. Mas a mensagem mais profunda do filme acaba por se tornar ainda mais aliciente pelo tom de crónica satírica com que o cineasta observa criticamente uma sociedade dominada pelo neo-liberalismo. A não perder.

Estão Todos Bem

(Sábado, 01.15, RTP 2)

Prestigiado fotógrafo, largamente premiado, **Giuseppe Tornatore** dedicou-se ao documentário televisivo e a sua fama de realizador de ficção chegou justamente com o seu segundo filme, o notável *Cinema Paratso*. Em *Estão Todos Bem*, **Tornatore** continua a explorar, com inegável talento, a atmosfera nostálgica dos seus filmes, desta vez contando-nos a história de um velho reformado que percorre a Itália de visita aos filhos, aproveitando o realizador para fazer as suas



«O Rebelde de Kansas», de (e com) Clint Eastwood

incurções nas memórias do cinema italiano. Com um excelente **Marcello Mastroianni**.

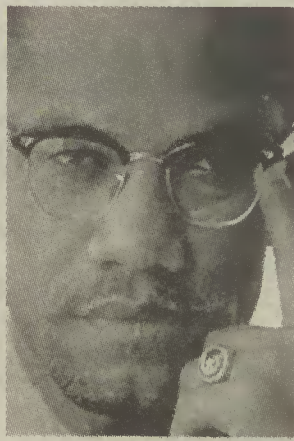
O Rebelde de Kansas

(Sábado, 14.00, SIC)

Josey Wales, fazendeiro do Missouri, vê os seus filhos e a sua mulher massacrados pelos Nortistas. Junta-se, então, aos Sulistas e prossegue o combate mesmo após o fim da Guerra Civil. Os seus amigos aceitam a amnistia mas são mortos por *Fletcher*. *Wayles* parte para o Oeste, para as reservas dos índios *Comanches* com um velho *Cherokee*, uma jovem *Navajo*, uma velha e sua filha, que salva da captura dos *Comanches*, acabando por se entender com estes e estabelecendo-se numa propriedade, até travar um último combate com *Fletcher*. Este é o segundo «western» de **Clint Eastwood** e, recheado de cenas de acção concisas e brutais, é um dos melhores filmes do género dos anos 60, independentemente das reservas que possa suscitar do ponto de vista ideológico.

E ainda...

Larry Flint, (Quinta, 23.45, SIC)
Irma Vep, (Segunda, 22.50, RTP 2)
Detesto o Amor, (Terça, 22.15, RTP 2)
Casamento por Conveniência, (Terça, 23.30, SIC)
A Promessa, (Quarta, 22.15, RTP 2)



Cabo e Satélite

Escândalos, Mentiras e Vídeos

Assim se intitula mais uma noite temática do canal **Arte**, hoje debruçando-se sobre a manipulação jornalística e, em geral, sobre a venalidade da comunicação social nos nossos dias. Tudo começa às 19.40, com o filme «*The Big Carnival*» (espera-se que na versão original), de **Billy Wilder**, datado de 1951 (ver foto), com **Kirk Douglas** no papel de um repórter que explora com grande desonestidade um acidente numa mina em proveito do seu jornal. Segue-se um documentário sobre a imprensa *tablóide* britânica, outro filme que

aborda as mentiras televisivas, ainda um outro documentário sobre as aventuras escandalosas de «*Mimi*» **Papandréou** e, finalmente, uma curta-metragem («*Paparazzi*») sobre a rodagem do filme «*Mépris*» de **Godard** e a perseguição dos jornalista a **Brigitte Bardot**.
(Arte, domingo, entre as 19.40 e as 00.10)

Personagens do século XX

O documentário hoje transmitido nesta excelente série do canal «*História*» debruça-se sobre uma das personalidades mais importantes da luta dos cidadãos negros norte-americanos pelos direitos cívicos – **Malcolm X** –, assassinado em 1965.
(História, segunda, das 21 às 22 horas)

Quinta, 16

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria/
Culinária
12.30 Concurso:
«Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Ciclismo: G.P. Portugal
Telecom
15.30 Boa Tarde
16.30 Espaço Infantil-Juvenil
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
20.50 Remate
21.05 Concurso:
«Quem Quer Ser Milionário?»
21.45 Parque Maior
23.00 A Lenda da Garça
23.45 Senadores
01.15 24 Horas
01.45 1ª. Página
02.20 «A Hiena Assassina – 2»
(de Chuen Chan, Hong
Kong/1983, com Jackie Chan.
Artes Marciais.)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.00 Futebol:
Portugal-Austria (Sub-16)
16.55 Diana e Dodi
18.00 Informação Religiosa
18.30 Macacos e... Macacos
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.25 Segredos dos Oceanos
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
22.50 «O Estrangeiro Louco»
(de Tony Gatilif, Fr./1997, com
Romain Duris, Rona Hartner,
Izidor Serban. Drama.)

Sexta, 17

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria/
Culinária
12.30 Concurso:
«Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Ciclismo: G.P. Portugal
Telecom
15.30 Boa Tarde
16.30 Espaço Infantil-Juvenil
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
20.50 Remate
21.05 Concurso:
«Quem Quer Ser Milionário?»
21.40 A Raia dos Medos
22.40 A Lenda da Garça
23.30 «Vingança do Clã»
(de John Irvin, EUA/1989, com
Patrick Swayze, Liam Neeson,
Adam Baldwin, Helen Hunt.
«Thriller».)
01.25 24 Horas
02.50 1ª. Página

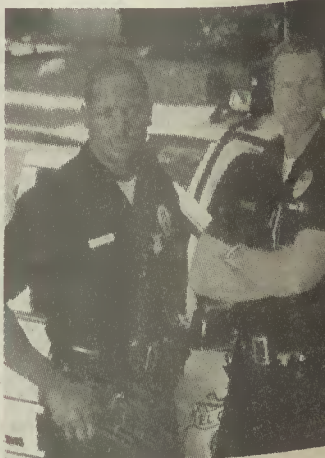
▼ RTP 2

07.00 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.05 Caminho das Estrelas
16.55 Documentário
18.00 Informação Religiosa
18.30 Encontros Sub-aquáticos
(Estreia)
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.35 Segredos dos Oceanos
21.30 Jornal 2
22.15 Aqui, Europa
22.45 Acontece
23.00 Andamentos
23.30 «Os Virtuosos» (de Mark
Herman, Gr.Br./1996, com Pete

Sábado, 18

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
10.55 Atletismo: Campeonato
do Mundo de Corta Mato
12.45 Jornal da Tarde
13.45 Ciclismo:
G.P. Portugal Telecom
15.15 Top +
16.30 Academia de Polícia
17.35 Aqui, Europa
17.50 Jet 7
18.40 Ciclismo:
G.P. Portugal-Telecom
18.55 Futebol:
Salgueiros-Boavista
21.00 Telejornal
22.05 Santa Casa
23.50 Cone(s)ertos na Cave
00.25 Loja do Cidadão
01.25 Serviço de Urgência
02.25 Máquinas
03.00 24 Horas



Hora tardia para «Perigo Iminente», na RTP 2

03.20 Futebol:
Sporting-F.C.Porto (Resumo)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 O Prazer de Criar
12.40 A Terra
13.30 Quem Sai aos Seus
14.00 Parlamento
15.00 Desporto (inclui Futebol:
Portugal-Escócia – Sub-16)
19.30 Magazine 2001
20.00 Jornal 2
20.45 A Outra Face da Lua
22.15 Dinheiro Vivo
22.45 O Lugar da História
23.45 Allô, Allô
00.15 Liga de Cavalheiros
(Estreia)
00.45 French and Saunders
01.15 «Estão Todos Bem»
(de Giuseppe Tornatore,
It./Fr./1990, com Marcello
Mastroianni, Marino Cenna,
Michèle Morgan.
Ver Destaque.)

▼ SIC

07.30 Zip Zap
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «O Rebelde de Kansas»
(de Clint Eastwood, EUA/1976,
com Clint Eastwood, Chief Dan
George, Sondra Locke.
«Western».)
15.40 Rallye de Portugal
16.10 Big Show Sic (+ Rallye
de Portugal)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.10 Negócio Fechado
23.40 «Encontros Virtuais»
(de Sybill Richards, EUA/1998,
com Elizabeth Kaitan, Taylor
St. Claire. Erótico.)
01.40 Rallye de Portugal
02.00 Último Jornal
02.35 «Meteeoro» (de Ronald
Neeme, EUA/1979, com Sean
Connery, Natalie Wood, Karl
Malden. Catástrofe.)

▼ TVI

09.00 Animação
12.00 Top Rock
13.15 Desporto: Contra-
Ataque
14.45 Caras Lindas
16.15 «O Grande Jogo»
de Richard Michaels,
EUA/1991, com Carolyn
Mignini, Coleen Camp.
Drama.)
18.15 Directo XXI
18.30 Olhó Vídeo
19.45 «Perigo de Conspiração»
(de Larry Elikann, EUA/1998,
com Doug Savant, James
Heckhouse. Drama.)
21.45 Todo o Tempo do
Mundo
22.55 «O Adens Adindo» (de
Robert Allan Acker, EUA/1999,
com Mia Farrow, Colm Feore,
Panou. Drama.)
00.55 «Duro e Implacável»
(de Larry Ferguson, EUA/1994,
com Charlie Sheen, Courtney
Vance. Drama.)

00.35 «Relação Fiel e
Verdadeira» (de Margarida
Gil, Port./1987, com Catarina
Alves, António Sequeira, Laura
Soveral, Cremilda Gil.
Ver Destaque.)
02.10 Mistérios de Ruth
Rendell

▼ SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Médico de Família
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
17.15 Rallye de Portugal
18.00 Vila Madalena
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra
21.00 A Loja do Camilo
21.30 Terra Nostra
22.30 Esta Semana
23.45 «Larry Flynt» (de Milos
Forman, EUA/1996, com
Woody Harrelson, Courtney
Love, Edward Norton.
Drama.)
02.10 Rallye de Portugal
02.30 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
12.30 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
18.00 Asas nos Pés
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 Marés Vivas
21.00 Programa a designar
22.00 Ri-te, Ri-te
23.00 Reis da Música Nacional
01.05 «Um Casamento»
(de Charles Burnet, EUA/1998,
com Halle Berry, Lynn Whitfield.
Drama.)

Postlewaithe, Tara Fitzgerald,
Ewan McGregor. Ver Destaque.)
01.30 Departamento de
Homicídios

▼ SIC

08.00 Rali do Quénia
08.30 Buéréré
10.20 Rallye de Portugal
11.00 Malueos do Riso
12.00 Médico de Família
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
17.45 Rallye de Portugal
18.00 Vila Madalena
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra
22.10 Chuva de Estrelas
23.35 Jogo Limpo
02.00 Rallye de Portugal
02.20 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
12.30 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
18.00 Asas nos Pés
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 Marés Vivas
21.00 Programa a designar
22.00 Ri-te, Ri-te
23.00 Reis da Música Nacional
01.05 «Um Casamento»
(de Charles Burnet, EUA/1998,
com Halle Berry, Lynn Whitfield.
Drama.)

Domingo, 19

- ▼ RTP 1**
- 07.00 Infantil/Juvenil
- 11.55 Atletismo: Campeonato do Mundo de Corta Mato
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Made in Portugal
- 15.15 «O Caso Cartier» (de Rod Holcomb, EUA/1984, com Joan Collins, David Hasselhoff, Telly Savalas. Telefilme.)
- 17.10 «Batalha Além das Estrelas» (de Jimmy Murakami, EUA/1980, com Richard Thomas, Robert Vaughn. Ficção Científica.)
- 19.10 Major Alvega
- 20.00 Telejornal
- 21.05 Agora é que São Elas
- 22.20 Domingo Desportivo
- 23.40 Nada é Sagrado
- 00.50 Prazeres



A Liga dos Campeões domina o desporto na RTP

- 01.30 24 Horas
- 01.50 Liga de Campeões
- 02.50 «Dedos de Aço-2» (de Chen Chi-Hwa, Hong Kong/1980, com Jackie Chan, Lung Jun-er. Artes Marciais.)

- ▼ RTP 2**
- 07.00 Euronews
- 09.00 Programa Religioso
- 10.25 Atletismo: Campeonato do Mundo de Corta Mato
- 11.55 Missa
- 13.00 Caminho das Estrelas
- 14.00 Quem Sai aos Seus
- 14.30 Onda Curta: Curtas Metragens
- 15.00 Desporto 2
- 19.00 Rotações
- 19.30 Jornal de África
- 20.00 Bombordo
- 20.30 Artes e Letras: «Peter Eisenmann»
- 21.30 Jornal 2
- 22.15 Horizontes da Memória
- 22.45 A Grande Obra
- 23.35 Travessa do Cotovelo
- 00.45 Teatro: «A Importância de ser Constante»

- ▼ SIC**
- 07.30 Zip Zap (+ Rallye de Portugal)
- 12.15 BBC Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 «Viagem Clandestina» (de Jonathan Kaplan, EUA/1985, com Meredith Salenger, John Cusack. Aventuras.)
- 16.30 «Força Aérea Um» (de Wolfgang Petersen, EUA/1997, com Harrison Ford, Gary Oldman, Glenn Close. Acção.)
- 19.00 Futebol: Benfica-Alverca
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Residencial Tejo
- 22.15 Herman Sic
- 00.15 «Montana» (de Jennifer Leitzes, EUA/1997, com Kyra Sedgwick, Stanley Tucci, Robbie Coltrane. «Thriller».)
- 02.15 Último Jornal
- 02.45 Rallye de Portugal
- 03.10 O Guarda-Costas

- ▼ TVI**
- 09.00 Animação
- 11.00 Programas Religiosos (inclui Missa)
- 13.00 Portugal Português
- 14.15 Caras Lindas
- 15.45 «O Super-Pai» (de Blair Treu, EUA/1996, com Ben Diskin, Jarrett Lennon. Drama.)
- 17.45 Cocktail Nacional
- 19.15 Directo XXI
- 19.30 «Acção no Alasca» (de Bruce Pittman, EUA/1996, com Alyssa Milano, Cameron Bancroft. Acção.)
- 21.30 Todo o Tempo do Mundo
- 22.40 Os Médicos
- 23.40 «Fiebreiro de Morte» (de Joyce Chopra, EUA/1995, com Alley Mills, Andra Linley. Policial.)
- 01.40 «Coração Americano» (de Martin Bell, EUA/1992, com Edward Furlong, Jeff Bridges. Drama.)

Segunda, 20

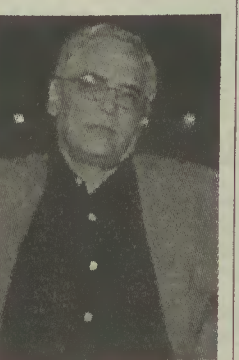
- ▼ RTP 1**
- 07.00 Hora Viva
- 10.00 Praça da Alegria / Culinária
- 12.30 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 A Usurpadora
- 15.00 Espaço Infantil-Juvenil
- 17.30 Boa Tarde
- 19.00 Regiões
- 20.00 Telejornal
- 20.50 Remate
- 21.05 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
- 21.40 A Senhora Ministra
- 22.15 A Lenda da Garça
- 23.00 Jogo Falado
- 00.50 24 Horas
- 01.15 1ª. Página
- 01.35 «O Espelho do Crime» (de David Hartwell,

- EUA/1994, com Eric Roberts, Kelly Preston. «Thriller».)

- ▼ RTP 2**
- 07.00 Euronews
- 17.30 Informação Gestual
- 16.00 Caminho das Estrelas
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Universidade Aberta
- 19.45 Basquetebol: Aveiro-Benfica
- 21.30 Jornal 2
- 22.30 Acontece
- 22.50 «Irma Vep» (de Olivier Assayas, Fr./1996, com Maggie Cheung, Jean-Pierre Léaud. Drama.)
- 00.40 Perigo Iminente

- ▼ SIC**
- 08.00 Buééré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 12.00 Sai de Baixo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 O Juiz Decide
- 15.00 Ponto de Encontro
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Vila Madalena
- 19.00 A Força de um Desejo
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Terra Nostra
- 22.10 Roda de Milhões
- 00.30 «Juiz e Jurado» (de John Eyres, EUA/1996, com David Keith, Martin Kove, Paul Koslo. Fantástico / Acção.)
- 02.30 Último Jornal

- ▼ TVI**
- 09.00 Animação
- 12.30 Estrela de Fogo
- 13.30 TVI Jornal
- 14.30 Louca Paixão
- 16.00 Animação
- 19.00 Olhó Vídeo
- 19.30 Directo XXI
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Quero Justiça
- 22.40 «Sentença Cumprida» (de Glen Pitre, EUA/1999, com Bo Hopkins, Catherine Oxenberg. Drama.)
- 00.45 «Confronto de Rivais» (de Christopher Coppola, EUA/1993, com Charlie Sheen, James Coburn. Acção.)



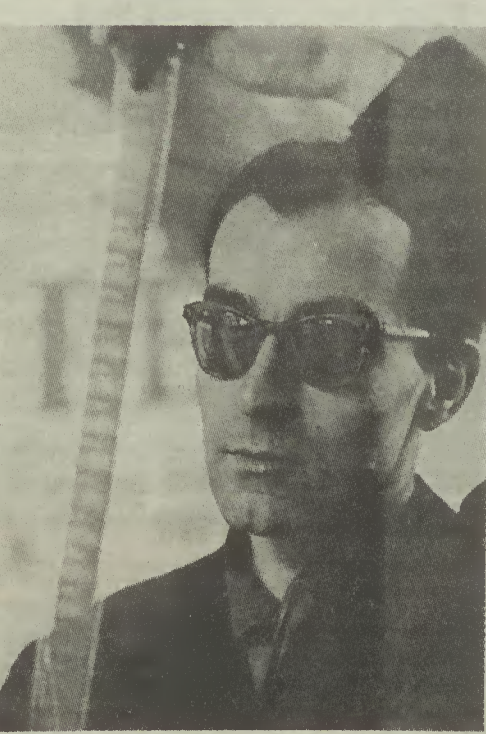
La Féria encena «A Importância de Ser Constante», de Oscar Wilde, para a RTP 2

Terça, 21

- ▼ RTP 1**
- 07.00 Hora Viva
- 10.00 Praça da Alegria / Culinária
- 12.30 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 A Usurpadora
- 15.00 Espaço Infantil-Juvenil
- 17.30 Boa Tarde
- 19.00 Regiões
- 19.35 Liga dos Campeões: Herta-F.C.Porto
- 21.45 Telejornal
- 22.35 Remate
- 22.50 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
- 23.30 Não És Homem Não És Nada
- 24.00 A Grande Entrevista
- 01.30 Liga dos Campeões (resumos)
- 02.30 24 Horas
- 02.55 1ª. Página
- 03.15 Os Hughleys

- ▼ RTP 2**
- 07.30 Euronews
- 17.30 Informação Gestual
- 18.30 Informação Religiosa
- 18.30 Macacos e... Macacos
- 19.00 Espaço Infantil-Juvenil
- 20.00 Jornal 2
- 21.00 Acontece
- 21.15 Caminho das Estrelas
- 22.15 «Detesto o Amor» (de Laurence Ferreira Barbosa, Fr./1996, com Jeanne Balibar, Jean-Quentin Chatelain. Comédia.)
- 00.30 Ponto de Mutação: China de Hoje (estréia)

- ▼ SIC**
- 08.00 Buééré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 12.00 Sai de Baixo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 O Juiz Decide
- 15.00 Ponto de Encontro
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Vila Madalena
- 19.00 A Força de um Desejo
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Médico de Família
- 22.15 Terra Nostra



«Godard contra a TV», em «Toda a Verdade» na SIC

- 23.30 «Casamento por Conveniência» (de Peter Weir, EUA/1990, com Gérard Depardieu, Andie MacDowell. Comédia Romântica.)
- 01.30 Último Jornal
- 02.05 Toda a Verdade: Godard Contra a TV

- ▼ TVI**
- 09.00 Animação
- 12.30 Estrela de Fogo
- 13.30 TVI Jornal
- 14.30 Louca Paixão
- 16.00 Animação
- 19.00 Olhó Vídeo
- 19.30 Directo XXI
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 «O Informante» (de Jim McBride, EUA/1997, com Timothy Dalton, Cary Elwes. «Thriller».)
- 23.00 «O Regresso ao Inferno» (de Tony Cinciripini, EUA/1998, com Rosanna Arquette, William Forsythe. Drama.)
- 01.05 «Morte à Porta» (de Eric Till, EUA/1996, com Johnny Gallecki, Judith Light. Drama.)

Quarta, 22

- ▼ RTP 1**
- 07.00 Hora Viva
- 10.00 Praça da Alegria / Culinária
- 12.30 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 A Usurpadora
- 15.00 Espaço Infantil-Juvenil
- 17.30 Boa Tarde
- 19.00 Regiões
- 19.40 Liga dos Campeões: Chelsea-Lazio
- 21.45 Telejornal
- 22.35 Remate
- 22.50 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
- 23.20 As Lições do Tonecas
- 24.00 Liga dos Campeões (Resumos)
- 01.00 24 Horas
- 01.25 1ª. Página
- 01.45 «O Duende Assassino» (de Mark Jones, EUA/1993, com Jennifer Aniston, Ken Olandt. Terror.)

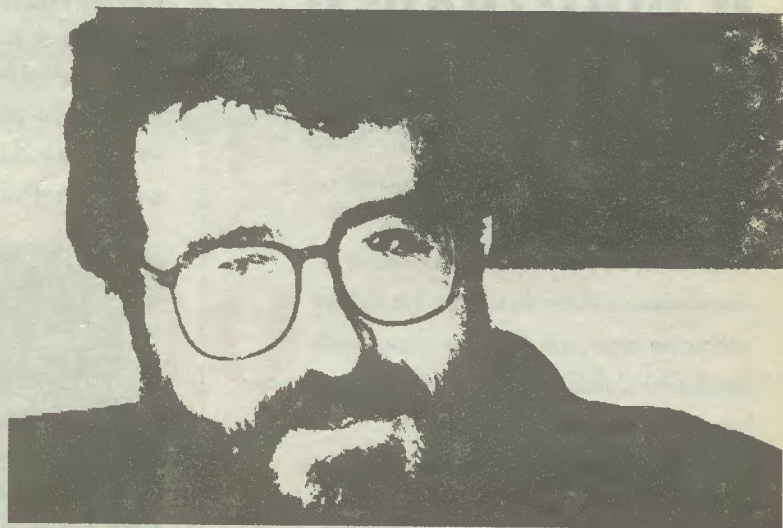
- ▼ RTP 2**
- 07.00 Euronews
- 17.30 Informação Gestual
- 16.00 Caminho das Estrelas
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Espaço Infantil-Juvenil
- 20.00 Jornal 2
- 21.00 Acontece
- 21.15 Caminho das Estrelas
- 22.15 «A Promessa» (de Luc e Jean-Pierre Dardenne, Bélg./Fr./Lux./1996, com Jérémie Renier, Olivier Gourmet. Drama.)
- 24.00 Zoom

- ▼ SIC**
- 08.00 Buééré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 12.00 Sai de Baixo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 O Juiz Decide
- 15.00 Ponto de Encontro
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Vila Madalena
- 19.00 A Força de um Desejo
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Terra Nostra
- 22.00 Jornalistas
- 23.40 «Psicopata na Noite»

TVisto

Correia da Fonseca

O Reitor



O CNL – Canal Notícias de Lisboa é, como se sabe, aquele quinto canal português de televisão, só acessível por cabo, que começou a emitir em Setembro último. A circunstância de apenas poder ser visto por quem recebe a TV por cabo limita muito, já se vê, o seu impacto nacional e exclui-o praticamente da sacrossanta guerra de audiências, mas não tanto quanto talvez se pense. O caso é que já são muitos milhares os assinantes do CNL e que, por outro lado, há alturas em que é tão enjoativa a programação dos quatro canais da RTP, da SIC e da TVI, que muitos optam pelo desafogo de tentar o CNL.

O CNL é um canal de escassos meios e que não pode esconder a pobreza. Há-de ter sido por isso que a SIC adquiriu há pouco tempo o seu controlo, o que, já se vê, envolve a perspectiva talvez meramente académica de próxima sujeição do canal aos critérios do dr. Emídio Rangel. Se estes forem o que é previsível, o CNL ganhará audiências e receitas publicitárias, perderá a qualidade que ainda o caracteriza. É que o CNL, mordido por penúrias e eivado de inexperiências, a repetir programas para encurtar custos, tem apesar de tudo alguma qualidade.

Essa qualidade reside sobretudo na abundância de programas falados que excedem os serviços noticiosos correntes. Nem todos são óptimos, longe disso, mas não me lembro de nenhum que seja idiota, o que no contexto da televisão portuguesa não é nada mau. De entrevistas individuais ou colectivas, o certo é que com alguns deles aprendi coisas acerca da actual cultura jovem e da presença dos jovens na cultura. É evidente, aliás, que o CNL faz a sua mais forte aposta nos segmentos juvenis da sociedade portuguesa.

Nem sempre, porém, ou não exclusivamente. Pelas rubricas de entrevistas têm passado, como entrevistadores, algumas figuras da TV que não estávamos habituados a ver nessa função. Foi, por exemplo, o caso de Fernando Tordo. Outros são já homens da área cultural há muito tempo, como José Jorge Letria, que há semanas apresenta a série «Políticos na gaveta». Começou muito bem: entrevistando António Arnault, um homem que foi como que politicamente assassinado por ter incorrido na infracção de obstinadamente defender um Serviço Nacional de Saúde a sério.

O mais recente entrevistado no momento em que escrevo foi José Barata Moura, militante comunista e reitor da Universidade Clássica de Lisboa. A entrevista decorreu sob o signo de uma particularidade curiosa: Barata Moura aderiu ao PCP pela mão de José Jorge Letria, que entretanto abandonou o Partido, decerto para dar vaga a outro. E também por isso, mais ainda por o entrevistador ser Letria, a conversa abordou rapidamente temas que directa ou indirectamente têm a ver com o que por aí se diz das perplexidades que «as grandes mutações do nosso tempo» supostamente devem suscitar nos comunistas e que, de resto, muitos estimulam e atijam, eles lá sabem porquê, mas nós também.

«É óbvio»

Acerca dos pontos suscitados, seria útil transcrever aqui longamente as palavras de Barata Moura. Na impossibilidade de o fazer, registo ao menos breves passagens. Sobre o percurso e o fim da URSS, não se esqueceu de salientar a «envolvência externa ou uma tenaz externa de pressões violentíssimas, inclusivamente militares» que acompanharam os erros cometidos. E quanto a Marx e Lênine: «o Marx é uma referência incontornável para todo um esforço de compreensão da mecânica do capitalismo, e também das suas limitações estruturais» (...) «Aí, a contribuição, depois, do Lênine relativamente àquela fase que rodeia (interrupção de JLL) ... estava a referir-me mais às questões do imperialismo e, portanto, de uma forma de capitalismo que já não era bem o capitalismo que Marx conhecia (...)». Há-de ter sido por estas e muitas outras razões que, quando Letria o questionou, como era inevitável, sobre a tão falada renovação do PCP, José Barata Moura respondeu, não sem antes referir que a renovação é indispensável para qualquer partido, que sem ela morre, e também que o PCP já deu ao longo de décadas provas de sobrevivência: «É óbvio que quando as pessoas falam de renovação estão a pensar noutra coisa. Estão a pensar em que haja uma ruptura com a natureza, com a identidade de um partido que é o Partido Comunista.»

A talhe de foice

• Henrique Custódio

O multibanco

Com a presença do próprio Primeiro-Ministro, António Guterres, o Governo assinou esta semana um protocolo com o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, e os representantes das mais destacadas entidades bancárias com balcões abertos no nosso país. Objectivo do protocolo: possibilitar a utilização de cartões multibanco «a cerca de três milhões de portugueses economicamente desfavorecidos», combatendo assim «a exclusão social neste domínio». Modus faciendi: a instituição de um sistema de acesso a serviços mínimos bancários «praticamente gratuitos», que conta com «a adesão voluntária dos principais bancos portugueses». Nesta coisa de quantificar benfeitorias, Salazar dizia que beber vinho era dar de comer a um milhão de portugueses. O Governo de António Guterres vai mais longe e afirma que usar o multibanco é dar a felicidade a três milhões de pobres. Consta que na bebedeira se vê a dobrar, mas Guterres, sem embebedar ninguém, vê gente feliz a triplicar.

Acácio Barreiros, secretário de Estado para a Defesa do Consumidor, exemplificou as vantagens deste protocolo com os pagamentos do gás, da água ou da electricidade, que os tais três milhões de «portugueses economicamente desfavorecidos» estão impedidos de realizar através do multibanco. E Acácio proclama, formidável: «Compete ao Estado criar condições que garantam, ao maior número possível de cidadãos, a utilização desses serviços, combatendo a exclusão social neste domínio».

Elas aí estão. As condições. E o combate à exclusão. E o cartão multibanco, agora definido pelo Governo como «um serviço bancário de primeira necessidade» cuja «indisponibilidade» (palavra de Acácio) «é susceptível de substanciar factor de exclusão ou estigmatização social», formulação que o outro Acácio, o conselheiro, não desdenharia. Mas não quero ser bota-abaxio. Admito, mesmo, que este «protocolo do multibanco» é como se diz das mezinhas, se não faz bem também não faz mal. O pior é outra coisa, resumida numa pergunta: que adianta ter um cartão multibanco para fazer pagamentos, se não há dinheiro na conta nem maneira de lá o pôr?

Uma só pergunta. E três milhões de portugueses sem resposta, agitando melancolicamente o cartão frente às caixas multibanco para, semanas depois, voltarem a enfileirar frente aos guichets das repartições a pagar com atraso e multa as contas do costume. Sim, que isto dos pagamentos por multibanco tem data fixada e não dilata prazos, coisa que parece ter escapado aos inventores deste protocolo, na euforia de ajudar os mais desfavorecidos.

Finalmente, este protocolo do multibanco não apenas contou com a «adesão voluntária dos principais bancos portugueses» como obteve, destes, o compromisso de apenas cobrarem um máximo de 670\$00/ano a cada um dos três milhões de titulares destes cartões, generosidade que o Governo considera «de grande alcance social».

Lá alcance tem. É que 670\$00 cobrados a três milhões de cidadãos dá para riba de dois milhões de contos. Benemeritamente extorquidos pelos bancos aos mais pobres dos portugueses por um cartão de remota utilidade...

Melhores salários, emprego com direitos mais valor ao trabalho

Campanha em marcha

Um encontro com a participação de Carlos Carvalhas e de centenas de quadros comunistas de sindicatos, comissões de trabalhadores e células de empresa marcou anteontem o arranque da campanha que o PCP vai dirigir aos trabalhadores.



A campanha agora lançada, sob o lema «Melhores salários, emprego com direitos, mais valor ao trabalho», será levada a cabo até 15 de Abril (calendário de iniciativas na Agenda, pág. 29).

No seu lançamento, o secretário-geral do Partido, depois de referir os objectivos desta campanha e os moldes em que se vai desenvolver, anunciou que o grupo parlamentar comunista vai apresentar neste período um conjunto de projectos legislativos, indo ao encontro de reivindicações e aspirações justas dos trabalhadores e do movimento sindical unitário, nomeadamente, sobre a redução progressiva do horário semanal de trabalho para as 35 horas, e sobre a precariedade e a falta de aplicação das leis do trabalho.

O PCP vai também apresentar projectos-leis sobre contratos a prazo, actualiza-

ção das pensões dos reformados da Função Pública e para a criação de um fundo de garantia para que os trabalhadores recebam créditos devidos em situações de falência de empresas. Outra iniciativa legislativa procurará, em situações de transferência e cedência dos trabalhadores em empresas desmembradas, garantir os direitos que detinham na empresa de origem.

A campanha de contacto, diálogo e debate com os trabalhadores encerrará a 15 de Abril, com um encontro nacional de quadros do PCP, no Forum Picoas, e constitui igualmente um apelo para que os trabalhadores reforcem o PCP, sublinhou Carlos Carvalhas, notando que no documento apresentado pelo Governo PS à Cimeira Europeia não haja «uma palavra, sequer, sobre o necessário combate à precariedade».

Agricultura

Faltam medidas de fundo

O escoamento da batata, principalmente nas regiões de Trás-os-Montes e Beira Interior, e a provável multa aos produtores de leite por ultrapassagem das quotas foram questões analisadas pela Comissão Política do PCP, que se mostra preocupada com o facto de a esta situação se juntar uma perspectiva de mau ano agrícola decorrente da seca e um Orçamento do Estado particularmente gravoso para a agricultura.

De facto, os produtores da batata voltam a ser confrontados com problemas de escoamento, atribuídos à entrada no mercado português de batata espanhola e francesa a preços que rondam os 11\$00 e os 18\$00, pelo que as negociações previstas com alguns grandes grupos de distribuição apenas servem para «remediar a crise», já que dificilmente o preço da batata alcançará os 35\$00/40\$00 necessários para tornar a sua produção rentável.

Por isso, para além da criação decidida pelo Governo de uma linha bonificada a alguns produtores, da fiscalização sobre a batata comercializada e da eventual garantia de preços mínimos, urge «propostas de fundo». E como a batata é o único produto agrícola não integrado num regulamento de produção e comercialização apoiado no orçamento comunitário, o PCP defende que o Governo considere a possibilidade de propor ao Conselho a concretização de uma OCM para a batata e, nesse sentido, vai apresentar na Assembleia da República uma proposta de resolução.

Multas insuportáveis

Também os produtores de leite estão ameaçados de penalizações entre um e dois milhões de contos por ultrapassarem as respectivas quotas leiteiras.

O PCP lembra que, quando a quota portuguesa foi negociada, ela era largamente superior ao volume de produção portuguesa de leite e Portugal tinha níveis de produtividade por vaca inferiores à média comunitária mas que, entretanto, a produção foi subindo e, em vésperas das negociações da Agenda 2000, considerou-se que o aumento de 1,5% dessa quota, a concretizar em 2003, era «satisfatório», não se compreendendo a ameaça que agora paira sobre os agricultores.

A medida avançada pelo Governo, de manter a expulsão da produção leiteira dos pequenos agricultores através do resgate de quotas, merece, entretanto, a inteira discordância do PCP, não só porque a receita do leite constitui «o ordenado mensal» de muitos pequenos agricultores mas também porque a liquidação da pequena produção desagregaria ainda mais a actividade agrícola de

regiões já ameaçadas de desertificação.

O PCP considera, pois, imperioso que o Governo «assuma decididamente a defesa dos interesses dos agricultores portugueses, usando para isso da sua condição de País na Presidência da União Europeia».

Algarve «Precários» reclamam

Uma comissão de trabalhadores «precários» da Função Pública do Algarve promoveu terça-feira frente ao Governo Civil de Faro uma concentração contra o alastramento do trabalho precário, afirmando uma moção com as suas reivindicações.

Os trabalhadores afirmam que, após o processo de integração em curso, dos funcionários a «recibos verdes», já existem quase outros tantos trabalhadores «precários» a trabalhar para o Estado, em particular nas escolas e estabelecimentos de saúde.

Os trabalhadores exigem o descongelamento das vagas para ingresso de acordo com as reais necessidades dos serviços e a integração de todos os precários com funções permanentes nos serviços.

Transportes públicos em luta

A greve na Carris e no Metro afectaram profundamente, esta terça-feira, as normais deslocações quotidianas em Lisboa. Decretada por todas as estruturas sindicais, a greve na Carris, a terceira realizada este ano, tem como objectivo exigir aumentos salariais mínimos da ordem dos seis por cento, contra os dois por cento que a Administração da empresa tem oferecido.

No Metro, a greve, que decorreu entre as 6.30 e as

10.30 da manhã, foi decidida pelo Sindicato dos Trabalhadores de Tracção do Metropolitano (STTM), um sindicato independente que abrange maquinistas, factores, encarregados de tracção e inspecções de tracção. A paralisação justifica-se pelo impasse nas negociações do acordo de empresa e uma tentativa de redução das regalias consagradas no AE em vigor.

Também em Coimbra cerca de 93 por cento dos motoristas dos Serviços Municipalizados

de Transportes Urbanos (SMTUC) aderiram à greve de protesto contra a não aplicação do diploma que prevê a reestruturação das carreiras.

Os motoristas agentes únicos dos SMTUC estiveram reunidos em plenário, desfilando depois pelas ruas da «baixa» de Coimbra para a Câmara Municipal e Governo Civil, onde entregaram uma moção a reivindicar a aplicação do decreto-lei 498/99, sobre a reestruturação das carreiras.

